ARY JOSÉ VANAZZI, Prefeito Municipal de São Leopoldo.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I:

CÓDIGO MUNICIPAL
DE MEIO AMBIENTE
E ZONEAMENTO AMBIENTAL

Índice

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I - DA POLÍTICA MUNICIPAL INTEGRADA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL ................................................................. 4

CAPÍTULO II - DOS CONCEITOS .......................................................... 5

CAPÍTULO III - DAS Diretrizes ............................................................. 12

CAPÍTULO IV - DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL .................................. 13

TÍTULO II - DO SISTEMA MUNICIPAL INTEGRADO DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO E FINALIDADE ..................................... 14

CAPÍTULO II - DA ATUAÇÃO MUNICIPAL INTEGRADA ................................. 15

CAPÍTULO III - DOS INSTRUMENTOS .................................................... 15

TÍTULO III - DO MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I - DO AR ............................................................................ 16

CAPÍTULO II - DO SOLO E SUBSOLO .................................................. 17

CAPÍTULO III - DAS ÁGUAS ................................................................ 18

CAPÍTULO IV - DOS SONS E RUÍDOS ................................................... 20

SEÇÃO I - DOS NÍVEIS DE PRESSÃO SONORA EM RELAÇÃO AO USO DO SOLO .... 22

CAPÍTULO V - DA FLORA .................................................................... 22

SEÇÃO I - DA VEGETAÇÃO PÚBLICA URBANA .................................... 24

SEÇÃO II - DAS PraÇAS PÚBLICAS E ÁREAS VERDES COMPLEMENTARES .. 25

CAPÍTULO VI - DA ARBORIZAÇÃO URBANA .......................................... 25

SEÇÃO I - DO PLANEJAMENTO DA ARBORIZAÇÃO MUNICIPAL .............. 26

SEÇÃO II - DO CRITÉRIO DE ARBORIZAÇÃO ...................................... 26

SEÇÃO III - DA PODA ........................................................................ 27

SEÇÃO IV - DA SUPRESSÃO ............................................................... 28

SEÇÃO V - DO TRANSPLANTE ............................................................. 29

SEÇÃO VI - DA IMUNIDADE AO CORTE DA ÁRVORE ............................ 29

SEÇÃO VII - DO PROCEDIMENTO DA SUPRESSÃO E SUBSTITUIÇÃO ...... 29

CAPÍTULO VII - DA FAUNA ................................................................ 30

SEÇÃO I - DA FAUNA SILVESTRE ......................................................... 30

SEÇÃO II - DA FAUNA URBANA .......................................................... 31

SEÇÃO III - DO ADESTRAMENTO ......................................................... 32

SEÇÃO IV - DA CONDUÇÃO DE CÃES EM VIAS PÚBLICAS E CRIAÇÃO EM
RESIDÊNCIAS E CANIS .................................................................. 32

SEÇÃO V - DA CRIAÇÃO, MANUTENÇÃO, REPRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE
CÃES .................................................................................................. 33

SEÇÃO VI - DOS CãES CONDUZIDOS OU SOLTOS EM VIAS PÚBLICAS .......... 33

SEÇÃO VII - DO CONTROLE DO TRANSPORTE COM TRAÇÃO ANIMAL ........ 33

CAPÍTULO VIII - DO IMPACTO VISUAL AO AR LIVRE ......................... 34
TÍTULO V - DOS RECURSOS HÍDRICOS E ÁREAS ÚMIDAS

SEÇÃO I - DA PROTEÇÃO ÀS ÁGUAS

CAPÍTULO I - DA PROTEÇÃO ÀS ÁGUAS

SEÇÃO II - DOS RESÍDUOS SÓLIDOS ORDINÁRIOS DOMICILIARES

SEÇÃO III - DOS RESÍDUOS SÓLIDOS ESPECIAIS

SUBSEÇÃO I - DOS RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO

SUBSEÇÃO II - DOS RESÍDUOS DE SAÚDE

SUBSEÇÃO III - DAS PILHAS E BATERIAS

SUBSEÇÃO IV - DAS LÂMPADAS FLUORESCENTES

SUBSEÇÃO V - DOS PNEUMÁTICOS

SEÇÃO IV - DO CONTROLE DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

SEÇÃO V - DOS SUPORTES PARA APRESENTAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS À COLETA

SEÇÃO VI - DA COLETA E DO TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS OU PASTOSOS

SEÇÃO VII - DA FISCALIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

SEÇÃO VIII - DA LOGÍSTICA REVERSA

CAPÍTULO V - DO CONTROLE DE VETORES E ZOONESES

TÍTULO VII - DO CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL

CAPÍTULO I - DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ÂMBITO MUNICIPAL

SEÇÃO I - DAS ESTAÇÕES DE RADIO BASE

SEÇÃO II - DA MINERAÇÃO

SEÇÃO III - DAS REDES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

SEÇÃO IV - DOS POSTOS DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

SEÇÃO V - DA TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

CAPÍTULO II - DOS CONTRATOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS

SEÇÃO I - DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC

SEÇÃO II - DO TERMO DE COMPENSAÇÃO VEGETAL - TCV

CAPÍTULO III - DO CADASTRO DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS

SEÇÃO I - DA TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - TACFA

CAPÍTULO IV - DA LICENÇA TURÍSTICA AMBIENTAL - LTA

TÍTULO VIII - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

CAPÍTULO I - DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL OBJETIVA

CAPÍTULO II - DAS PROIBIÇÕES

SEÇÃO I - POLUIÇÃO DO AR

SEÇÃO II - POLUIÇÃO DO SOLO E SUBSOLO

SEÇÃO III - POLUIÇÃO SONORA

SEÇÃO IV - POLUIÇÃO ELETROMAGNÉTICA

SEÇÃO V - POLUIÇÃO DAS ÁGUAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
Estado do Rio Grande do Sul
SEÇÃO VI - SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL ................................................... 88
SEÇÃO VII - POLUIÇÃO VISUAL AO AR LIVRE ............................................................. 88
SEÇÃO VIII - ATIVIDADE PESQUEIRA ........................................................................ 89
SEÇÃO IX - FLORA ........................................................................................................ 90
SEÇÃO X - CIRCOS E ESPETÁCULOS ........................................................................ 90
SEÇÃO XI - ARBORIZAÇÃO .......................................................................................... 91
SEÇÃO XII - ATOS LESIVOS À LIMPEZA PÚBLICA ..................................................... 91
SEÇÃO XIII - FAUNA SILVESTRE E URBANA ............................................................. 92
SEÇÃO XIV - CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL ............... 92
SEÇÃO XV - CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL ............................. 93
SEÇÃO XVI - DOS POSTOS DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES .. 93
CAPÍTULO III - DAS PENALIDADES ............................................................................. 93
SEÇÃO I - CIRCOS E ESPETÁCULOS ......................................................................... 99
SEÇÃO II - ARBORIZAÇÃO .......................................................................................... 99
SEÇÃO III - FAUNA URBANA ..................................................................................... 100
SEÇÃO IV - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - TCFA ............ 100
CAPÍTULO IV - DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ........................................ 100
TÍTULO IX - DOS INCENTIVOS FISCAIS E FINANCEIROS ........................................ 104
CAPÍTULO I - DOS INCENTIVOS FISCAIS ................................................................ 104
CAPÍTULO II - DO SELO VERDE MUNICIPAL .......................................................... 105
TÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS ..................................... 106
Anexo A - Padrões para substituição de mudas ......................................................... 107
Anexo B - Tabela de valores, em UPM’s, para licenças ambientais ........................... 108
Anexo C - Tipologias, Porte e Potencial Poluidor de Empreendimentos Licenciáveis no
Ambito do Município de São Leopoldo ...................................................................... 109
Anexo D - Valores, em Reais, devidos a títulos de TCFA por estabelecimento, por trimestre ...... 111
Anexo E - Atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais –
TCFA .......................................................................................................................... 112

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
Estado do Rio Grande do Sul
TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I - DA POLÍTICA MUNICIPAL INTEGRADA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL

Art. 1º. Esta lei institui o Código Municipal de Meio Ambiente e Zoneamento de São Leopoldo, regulando os direitos e obrigações concernentes ao controle, recuperação, conservação e preservação do meio ambiente no município, integrando-o ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e ao Sistema Estadual de Proteção Ambiental - SISEPRA, coerente com a Política Municipal Integrada de Saneamento e Gestão Ambiental.

Art. 2º. A Política Municipal Integrada de Saneamento e Gestão Ambiental e esta lei, respeitadas as competências da União e do Estado do Rio Grande do Sul, têm por objetivo assegurar a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de São Leopoldo, mediante o licenciamento e o controle de todas as formas de poluição, fiscalização, recuperação e preservação dos recursos ambientais, considerando o meio ambiente um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo das atuais e futuras gerações.

Art. 3º. O meio ambiente é bem de uso comum do povo, patrimônio comum de toda coletividade, e sua proteção é dever do município e de todas as pessoas e entidades que, para tanto, no uso da propriedade, no manejo dos meios de produção e no exercício de atividades produtivas, deverão respeitar as limitações administrativas e demais determinações estabelecidas pelo Poder Público Municipal, com vistas a assegurar um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

Art. 4º. As áreas verdes, morros, parques, jardins, praças, arroios, nascentes, banhados, Unidades de Conservação - UC’s - e reservas ecológicas municipais são patrimônio público inalienáveis.

Art. 5º. As pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que exerçam atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, são responsáveis, direta ou indiretamente, pelo tratamento, acondicionamento, transporte e destinação final dos resíduos, efluentes e emissões industriais produzidos.

Art. 6º. O causador de poluição ou dano ambiental, em todos os níveis, independente de culpa, será responsável e deverá reparar e/ou indenizar o dano, sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas estabelecidas em lei federal, estadual ou municipal.

Parágrafo Único. A reparação prevista no caput deste artigo deverá ser a mais completa possível, sendo prioritária a recuperação integral do meio ambiente e, não sendo esta viável, haverá indenização pelo dano causado.

Art. 7º. Qualquer cidadão poderá, e o serviço público deverá provocar a iniciativa do município ou do Ministério Público, para fins de propositura de ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente ou a bens de valor histórico, artístico, cultural e paisagístico.

Art. 8º. Para a implementação e acompanhamento da política ambiental e do presente lei, deverão ser observados os seguintes princípios, além daqueles previstos na Política Municipal Integrada de Saneamento e Gestão Ambiental:

I - compatibilização com a legislação ambiental nacional e estadual;

II - unidade na política e na gestão ambientais, sem prejuízo da descentralização das ações;

III - compatibilização entre as políticas setoriais e demais ações ambientais;
IV - continuidade, no tempo e no espaço, das ações básicas de gestão ambiental;

V - estabelecimento de diretrizes específicas para o gerenciamento dos recursos hídricos do município, através de uma política complementar às políticas nacional e estadual de recursos hídricos e de planos de uso e gestão ambiental das bacias hidrográficas.

Art. 9º. Ficam sob o controle do órgão ambiental do município as atividades industriais, comerciais, rurais e de prestação de serviços, tanto públicas quanto privadas, caracterizadas como fontes fixas de poluição ambiental.

CAPÍTULO II - DOS CONCEITOS

Art. 10. Para os efeitos desta lei consideram-se:

I - agrotóxicos e afins como os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas, e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;

II - águas dominiais como aquelas o que o Poder Público detém como qualquer particular, não estando destinados nem ao uso comum, nem a uso espacial, sendo, portanto, bens disponíveis, podendo ser alienados, sob determinadas condições;

III - águas subterrâneas como as águas do subsolo que ocorrem na zona saturada dos aquíferos passíveis de serem captadas para fins de abastecimento;

IV - ambiente urbano como as relações da população e das atividades humanas, organizadas pelo processo social, de acesso, apropriação e uso e ocupação do espaço urbanizado e construído;

V - anelamento como o corte da casca circundando o tronco da árvore, impedindo a circulação da seiva bruta e elaborada, podendo levar o vegetal à morte;

VI - animais da fauna urbana como todos aqueles adaptados ao meio antropizado, que procurem alimento ou sejam alimentados por interferência humana;

VII - animais silvestres como todas as espécies, terrestres ou aquáticas, representantes da fauna autóctone e migratória de uma região do país;

VIII - anúncios como quaisquer indicações executadas sobre veículos de divulgação presentes na paisagem, visíveis de locais públicos, cuja finalidade seja promover estabelecimentos comerciais, industriais ou profissionais, empresas, produtos de qualquer espécie, idéias, pessoas ou coisas, classificando-se em anúncio orientador, anúncio promocional, anúncio institucional e anúncio misto;

IX - aquífero como massas rochosas, com alta porosidade e permeabilidade, contidas entre pacotes de rochas impermeáveis, capaz de acumular água;

X - arborização urbana como aquela adequada ao meio urbano, visando à melhoria da qualidade paisagística e ambiental, com o objetivo de recuperar aspectos da paisagem natural e urbana além de atenuar os impactos decorrentes da urbanização;

XI - Área Construída Computável - ACC - como a área total construída descontada da área de garagem;

XII - Área de Preservação Permanente - APP - como a faixa de preservação situada ao longo dos cursos d’água, nascentes, reservatórios e em topos e encostas de morros, destinada à manutenção da qualidade do solo, das águas e também para funcionar como “corredor de fauna”;

XIII - Área Total Construída - ATC - como a soma das áreas de todos os pavimentos;

XIV - área verde como todo o espaço livre, urbano, com piso permeável, de interesse ambiental e/ou paisagístico, de domínio público ou privado, sendo sua conservação e preservação justificada pelo órgão ambiental do município;

XV - áreas alagadiças como áreas ou terrenos que se encontram temporariamente saturados de água decorrentes das chuvas, devido a má drenagem;

XVI - áreas não edificáveis como as áreas comprometidas e atingidas pelas faixas de drenagem, situadas nas áreas urbanas do município, em cada uma das
margens dos rios, córregos, arroios e riachos que compreendem as águas correntes, os banhados e as nascentes;

XVII - banhados como qualquer área que tenha água superficial ou que o solo seja saturado por tempo suficientemente longo para o desenvolvimento de plantas aquáticas e solos hidromórficos;

XVIII - bens de uso e interesse comum de todos os cidadãos e do município, com as limitações que a legislação em geral e especialmente a Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965 estabeleceram, como:

a) a vegetação de porte arbóreo, em logradouro público do perímetro urbano do município;

b) as mudas de espécie arbóreas e as demais formas de vegetação natural, plantadas em áreas urbanas de domínio público;

c) a vegetação de porte arbóreo de preservação permanente, de acordo com a Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965 e suas alterações;

XIX - colorimetria como o procedimento analítico através do qual se determina a concentração de espécies químicas mediante a variação de cor, isto é, a absorção de energia radiante - luz;

XX - COMAR como o Comando Aéreo Regional da Força Aérea Brasileira;

XXI - conservação como o manejo da biosfera, compreendendo a preservação, manutenção, utilização sustentável, restauração e melhoria do ambiente natural;

XXII - degradação ambiental como a alteração adversa das características ambientais necessárias para a manutenção da qualidade de vida, resultante, direta ou indiretamente de atividades que:

a) prejudiquem a saúde, o sossego, a segurança e o bem-estar da população;

b) atentem contra as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

c) atentem desfavoravelmente os recursos naturais, tais como a fauna, flora, os demais organismos vivos, a água, o ar e o solo;

d) lançem materiais ou energia em desacordo com os padrões e parâmetros estabelecidos pela legislação federal, estadual e municipal;

XXIII - demais organismos vivos como os representantes dos reinos Fungi, Monera e Protista;

XXIV - derivação da água como o uso da água que demande desvio do respectivo curso natural;

XXV - desenvolvimento sustentável como a condição de atender as necessidades de recursos da atual geração sem comprometer o direito de acesso das futuras gerações aos mesmos ou a semelhantes recursos;

XXVI - Diâmetro à Altura do Peito - DAP - como o diâmetro do caule da árvore em uma altura de 1,30m - um metro e trinta centímetros do solo;

XXVII - distúrbio por ruído ou distúrbio sonoro como qualquer som que:

a) ponha em perigo ou prejudique a saúde de seres humanos ou animais;

b) cause danos de qualquer natureza à propriedade pública ou privada;

c) possa ser considerado incômodo ou que ultrapasse os níveis máximos fixados nesta lei;

XXVIII - ecossistema como o conjunto de interações entre os seres vivos e o ambiente que caracteriza determinada área;

XXIX - ecossistemas de São Leopoldo como as formações de Floresta Estacional Semidecidual e sua zona de tensão com a Floresta Ombrófila Mista, os banhados e as áreas de campo, todos pertencentes ao bioma Mata Atlântica, além de todas as formas de vida que deles dependem;

XXX - empresa de grande porte como a pessoa jurídica que tiver receita bruta anual superior a R$ 12.000.000,00 - doze milhões de Reais;
XXXI - empresa de médio porte como a pessoa jurídica que tiver receita bruta anual superior a R$ 1.200.000,00 - um milhão e duzentos mil reais - e igual ou inferior a R$ 12.000.000,00 - doze milhões de Reais;

XXXII - empresa de pequeno porte como a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, não enquadrada como microempresa, tiver receita bruta anual superior a R$ 244.000,00 - duzentos e quarenta e quatro mil Reais - e igual ou inferior a R$ 1.200.000,00 - um milhão e duzentos mil Reais;

XXXIII - Escala de Ringelmann como a escala gráfica utilizada para promover a avaliação colorimétrica da densidade de fumaça, sendo constituída de seis padrões com variações uniformes de tonalidades entre o branco e o preto;

XXXIV - espaços territoriais especialmente protegidos como as áreas geográficas públicas ou privadas, dotadas de atributos ambientais relevantes, sujeitos a regime jurídico especial, que impliquem utilização sustentada;

XXXV - espécie exótica como espécie que não é nativa da região considerada;

XXXVI - espécies autóctones ou nativas como aquelas representativas da fauna ou flora nativa do Rio Grande do Sul;

XXXVII - Estação Rádio Base - ERB - como o conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de telecomunicação, seus acessórios e periféricos, instalados em contêineres, e/ou outras construções que os abrigam e complementam, localizados em ambientes externos ou de uso comum de edificações ou associados a estruturas de sustentação;

XXXVIII - estado de emergência como qualquer situação de excepcionalidade, que possa ocasionar danos irreversíveis ao meio ambiente, à integridade física ou psíquica da população ou bens materiais;

XXXIX - Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EI V - como o documento que apresenta o conjunto dos estudos e informações técnicas relativas à identificação, avaliação, prevenção, mitigação e compensação dos impactos na vizinhança de um empreendimento ou atividade, de forma a permitir a análise das diferenças entre as condições que existiriam com a implantação do mesmo e as que existiriam sem essa ação;

XL - Estudos de Impacto Ambiental - EIA - como um conjunto de atividades científicas ou técnicas que incluem o diagnóstico ambiental, a autenticação, previsão e medição dos impactos, a definição de medidas mitigadoras e programas de monitoração dos impactos ambientais;

XLI - faixas de drenagem como as áreas não edificantes situadas ao longo dos cursos d’água, dimensionadas para garantir o perfeito escoamento das águas pluviais das bacias hidrográficas;

XLII - fauna como o conjunto de espécies animais;

XLIII - flora como conjunto de espécies vegetais;

XLIV - floresta como associação de espécies vegetais arbóreas nos diversos estágios sucessionais, onde coexistem outras espécies, que variam em função das condições climáticas e ecológicas;

XLV - fonte de poluição como toda e qualquer atividade, instalação, processo, operação ou dispositivo, móvel ou não, que independentemente de seu campo de aplicação ou possam induzir, produzir ou gerar poluição do meio ambiente;

XLVI - fonte efetiva ou potencialmente poluidora como toda a atividade, processo, operações, as maquinarias, equipamentos ou dispositivo, móvel ou não, que possa causar emissão ou lançamento de poluentes;

XLVII - fontes móveis como os meios de transporte, em especial os veículos automotores, providos de motores com combustão interna, emissores de gases ditos poluentes;

XLVIII - horário diurno como aquele compreendido entre as 7:00 horas e 19:00 horas dos dias úteis;

XLIX - horário noturno como aquele compreendido entre as 22:00 horas e às 7:00 horas;

LI - horário vespertino como aquele compreendido entre as 19:00 horas e às 22:00 horas;

LII - impacto ambiental como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

a) a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
b) as atividades sociais e econômicas;
c) a biota;
d) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
e) a qualidade dos recursos ambientais;

LII - impacto de vizinhança como a significativa repercussão ou interferência que constitua impacto no sistema viário, impacto na infra-estrutura urbana ou impacto ambiental e social, causada por um empreendimento ou atividade, em decorrência de seu uso ou porte, que provoque a deterioração das condições de qualidade de vida da população vizinha, requerendo estudos adicionais para análise especial de sua localização, que poderá ser proibida, independentemente do cumprimento das normas de uso e ocupação do solo para o local;

LIII - impacto na infra-estrutura urbana como a demanda estrutural causada por empreendimentos ou atividades que superem a capacidade das concessionárias nos abastecimentos de energia, água, telefonia, esgotamento sanitário ou pluvial;

LV - impacto no sistema viário como as interferências causadas por um grande número de viagens e/ou trânsito intenso, gerando conflitos na circulação de pedestres e veículos;

LVII - infração como toda ação ou omissão que impor te na inobservância de preceitos estabelecidos ou na desobediência de determinações de caráter normativo dos órgãos e das autoridades administrativas competentes;

LVIII - infrator, com responsabilidade solidária, o executor, o mandante e quem, de qualquer modo, contribua para a infração;

LXII - licenciamento ambiental como procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;
LXIX - medidas de emergência como aquelas que visam a evitar ocorrência ou impedir a continuidade de uma situação crítica ou de calamidade;

LXX - medidas mitigadoras como as destinadas a prevenir impactos adversos ou a reduzir aqueles que não podem ser evitados;

LXXI - meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

LXXII - microempresa como a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R$ 244.000,00 - duzentos e quarenta e quatro mil Reais;

LXXIII - muda como o exemplar jovem de espécies vegetais;

LXXIV - nascente como ponto ou área no solo ou numa rocha de onde a água flui naturalmente para a superfície do terreno ou para uma massa de água;

LXXV - orla como a faixa de cem metros a partir da linha de margem do corpo d'água;

LXXVI - padrões como limites quantitativos e qualitativos oficiais regularmente estabelecidos;

LXXVII - parâmetros como um valor qualquer de uma variável independente, referente a elemento ou tributo que configura a situação qualitativa e/ou quantitativa de determinada propriedade de corpos físicos a caracterizar, sendo estes capazes de servir como indicadores para restabelecer a situação inicial de determinado corpo físico quanto a uma certa propriedade;

LXXVIII - pesca como todo ato tendente a retirar, extrair, coletar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidróbios, suscetíveis ou não de aproveitamento econômico, ressalvadas as espécies ameaçadas de extinção, constantes nas listas oficiais da fauna e da flora;

LXXIX - plano de manejo como um projeto dinâmico que determina o zoneamento de uma Unidade de Conservação - UC, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades, estabelecendo diretrizes básicas para o manejo da unidade;

LXXX - poço tubular profundo como o poço de diâmetro reduzido, perfurado com equipamento especializado;

LXXXI - poda drástica como a eliminação total das ramificações terciárias, secundárias ou primárias de qualquer espécie arbórea ou arbustiva;

LXXXII - poluidor como a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável diretamente ou indiretamente por atividade causadora poluição;

LXXXIII - poluição como toda e qualquer alteração dos padrões de qualidade e da disponibilidade dos recursos ambientais e naturais, resultantes de atividades ou de qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, mediata ou imediatamente:

a) prejudique a saúde, a segurança e o bem-estar das populações ou que possam vir a comprometer seus valores culturais;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) comprometam as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

e) alterem desfavoravelmente os patrimônios genéticos e culturais - histórico, arqueológico, paleontológico, turístico, paisagístico e artístico;

f) lançem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

g) criem condições inadequadas de uso do meio ambiente para fins públicos, domésticos, agropecuários, industriais, comerciais, recreativos e outros;

LXXXIV - poluição sonora como toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar da coletividade ou transgride as disposições fixadas nesta lei;

LXXXV - poluições como a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável diretamente ou indirectamente por atividade causadora poluição;

LXXXVI - preservação como a manutenção de um ecossistema em sua integridade, eliminando o mesmo ou evitando nele qualquer interferência humana, salvo aquelas destinadas a possibilitar ou auxiliar a própria preservação;
LXXXVII - qualidade ambiental como a manutenção da adequada intensidade, concentração, quantidade e características de toda e qualquer forma de matéria e energia ou matéria presente nos recursos ambientais;

LXXXVIII - recursos ambientais como o ar atmosférico, as águas superficiais e subterrâneas, o solo, o sub solo, os elementos da biosfera e os demais componentes dos ecossistemas, com todas as suas inter-relações, necessárias à manutenção do equilíbrio ecológico;

LXXXIX - Relatório de Impacto Ambiental - RIMA - como o documento do processo de avaliação de impacto ambiental que deve esclarecer, em linguagem corrente, todos os elementos de proposta e de estudo, de modo que estes possam ser utilizados na tomada de decisão e divulgados para o público em geral;

XC - Relatório de Impacto de Vizinhança - RIV - como o relatório sobre as repercussões significativas dos empreendimentos sobre o ambiente urbano, apresentado através de documento objetivo e sintético dos resultados do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV, em linguagem adequada e acessível à compreensão dos diversos segmentos sociais;

XCI - resíduo sólido especial como os resíduos sólidos que, por sua composição, peso ou volume, necessitam de tratamento específico, ficando assim classificados:
   a) resíduos produzidos em imóveis, residenciais ou não, que não possam ser dispostos na forma estabelecida para coleta regular;
   b) resíduos provenientes de estabelecimentos que prestem serviços de saúde;
   c) resíduos gerados em estabelecimentos que realizam o abastecimento público;
   d) resíduos provenientes de estabelecimentos que comercializam alimentos para consumo imediato;
   e) resíduos produzidos por atividades ou eventos instalados em logradouros públicos;
   f) resíduos gerados pelo comércio ambulante;
   g) outros que, por sua composição, se enquadrarem na classificação acima, inclusive veículos inservíveis, excetuando-se o resíduo industrial e radioativo, objeto de legislação própria;

XCII - resíduo sólido ordinário domiciliar, para fins de coleta regular, como os resíduos sólidos produzidos em imóveis, residenciais ou não, que possam ser acondicionados em sacos plásticos, e dispostos à coleta conforme volumes, nos dias e horários estabelecidos pela programação do Poder Público Municipal;

XCIII - resíduo sólido público como os resíduos sólidos provenientes dos serviços de limpeza urbana executados nas vias públicas;

XCIV - resíduos de serviços de saúde como aqueles provenientes de atividades de natureza médico-assistencial, de centros de pesquisa e de desenvolvimento e experimentação na área de saúde, farmácias e drogarias, laboratórios de análises clínicas, consultórios médicos e odontológicos, hospitais e clínicas médicas e outros prestadores de serviços de saúde, que requerem condições especiais quanto ao acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final, por apresentarem periculosidade real ou potencial à saúde humana, animal e ao meio ambiente;

XCV - resíduos sólidos como todos aqueles que resultam das atividades humanas em sociedade, aí incluídos os de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de limpeza pública, e que estão no estado sólido, semisolúvel ou líquido, não possuindo, neste último caso, forma de tratamento convencional;

XCVI - resíduos sólidos industriais como aqueles provenientes de atividades de pesquisa e de transformação de matérias primas e substâncias orgânicas ou inorgânicas em novos produtos, por processos específicos, bem como, os provenientes das atividades de mineração, de montagem e manipulação de produtos acabados e aqueles gerados em áreas de utilidade, apoio e administração das indústrias;

XCVII - resíduos sólidos perigosos como aqueles que, em função de suas propriedades físicas, químicas ou infectantes, possam apresentar riscos à saúde pública ou à qualidade do meio ambiente;

XCVIII - resíduos sólidos reversos como aqueles restituídos ao gerador, através da logística reversa, visando ao seu reaproveitamento, tratamento e disposição final da forma ambiental e economicamente mais adequada possível;
XCIX - ruído como qualquer som que causa ou tende a causar perturbações ao sossego público, ou produzir efeitos psicológicos e/ou fisiológicos negativos aos seres humanos;

C - ruído de fundo como todo e qualquer som que esteja sendo emitido durante o período de medições, que não aquele objeto das medições;

Cl - salubridade ambiental como o estado de qualidade ambiental capaz de prevenir a ocorrência de doenças relacionadas ao meio ambiente e de promover o equilíbrio das condições ambientais e ecológicas que possam proporcionar o bem-estar da população;

CII - saneamento ambiental como o conjunto de ações que visam a alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, por meio do abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária do uso e ocupação do solo, prevenção e controle do excesso de ruídos, manejo de águas pluviais, controle de vetores de doenças transmissíveis e demais obras e serviços especializados;

CIII - serviços de construção civil como qualquer operação em canteiro de obra, montagem, elevação, reparo substanrial, alteração ou ação similar, demolição ou remoção no local, de qualquer estrutura, instalação ou adição a estas, incluindo todas as atividades relacionadas, mas não restritas à limpeza do terreno, movimentação, detonação e paisagismo;

CIV - som como o fenômeno físico provocado pela propagação de vibrações de mecânicas em um meio elástico, dentro de faixa de frequência de 16Hz a 20kHz e possível de excitar o aparelho auditivo humano;

CV - som incômodo como toda e qualquer emissão de som medida dentro dos limites reais de propriedade da parte supostamente incomodada, a 1,50m - um metro e cinqüenta centímetros - da divisa e a 1,20m - um metro e vinte de centímetros - do solo, que:

a) ultrapasse em mais de 10 dB - A, B, C o valor do ruído de fundo, em resposta lenta, sem tráfego ou;

b) ultrapasse os seguintes limites:

1) horário diurno: 70 dB - A, B, C;

2) horário vespertino: 60 dB - A, B, C;

3) horário noturno: 50 dB - A, B, C;

CVI - sub-bacia hidrográfica como parte de uma bacia hidrográfica de um rio maior, correspondente a um de seus afluentes ou tributário e seu entorno, considerada Área de Preservação Permanente - APP;

CVII - tratamento de esgoto como o processo ao qual o esgoto é submetido com o objetivo de eliminar seus constituintes nocivos à saúde;

CVIII - Unidade de Conservação - UC - como espaços territoriais com limites definidos e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de preservação e conservação, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

CIX - vegetação como flora característica de uma região;

CX - vegetação de porte arbóreo como vegetal lenhoso que apresenta, quando adulto, o caule com diâmetro à altura do peito - DAP=8 - oito - centímetros;

CXI - vegetação de porte arbóreo de preservação permanente como aquela que, por sua localização, extensão ou composição florística, constitua elemento de importância ao solo e a outros recursos naturais e paisagísticos, podendo estar em área de dominio público ou privado, de acordo com a legislação vigente;

CXII - vegetação natural como aquela que se desenvolve sem interferência humana, podendo ser primária ou secundária;

CXIII - vegetação primária como a vegetação de máxima expressão local, com grande diversidade biológica, sendo os efeitos das ações antrópicas mínimas, a ponto de não afetar significativamente suas características originais de estrutura e espécies;

CXIV - vegetação secundária ou em regeneração como a vegetação resultante de processos naturais de sucessão, após supressão total ou parcial da vegetação primária por ações antrópicas ou causas naturais, podendo ocorrer árvores remanescentes da vegetação primária;
CXV - veículos de tração animal como aqueles com circulação permitida nas vias municipais, meio de transporte de carga de duas rodas - carroça - ou transporte de pessoas - charrete e similares - tracionado por eqüinos;
CXVI - vetores como os seres vivos que veiculam o agente infeccioso, sendo capazes de transmiti-lo de um hospedeiro a outro;
CXVII - vibração como movimento de oscilação transmitido pelo solo, ou por uma estrutura qualquer, perceptível por uma pessoa;
CXVIII - vizinhança como as imediações do local onde se propõe o empreendimento ou atividade considerada uma área de até cem metros a partir dos limites do terreno;
CXIX - zona de mistura como a região do corpo receptor onde ocorre a diluição inicial de um efluente;
CX - zona sensível a ruído ou zona de silêncio como aquela que, para atingir seus propósitos, necessita que lhe seja assegurado um silêncio excepcional;
CXII - zona sensível a ruídos como as áreas situadas no entorno de hospitais, escolas, creches, unidades de saúde, bibliotecas, asilos e área de preservação ambiental;
CXIII - zoneamento de uso do solo como aquele definido nos termos da Lei Municipal n.º 6.125, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de São Leopoldo;
CXIV - zoonoses como as doenças transmitidas por animais ao homem e que são comuns aos homens e animais.

CAPÍTULO III - DAS DIRETRIZES

Art. 11. Para o cumprimento das atribuições da presente lei, o município de São Leopoldo desenvolverá ações permanentes de planejamento, proteção e fiscalização do meio ambiente, incumbindo-lhe:
I - estabelecer normas e padrões de qualidade ambiental;
II - prevenir, combater e controlar a poluição e as fontes poluidoras, assim como qualquer outra prática que cause degradação ambiental;
III - fiscalizar e disciplinar a produção, o armazenamento, o transporte, o uso e o destino final de produtos, embalagens e substâncias potencialmente perigosas à saúde pública e aos recursos naturais;
IV - fiscalizar, cadastrar, pesquisar e proteger a vegetação remanescente e fomentar o plantio de árvores;
V - incentivar e promover a recuperação das margens e leito do Rio dos Sinos, banhados, arroios, nascentes e outros corpos d’água e das encostas erodidas ou sujeitas à erosão.

Art. 12. O município incentivará o uso de fontes alternativas de energia e de recursos naturais, tendo em vista diminuir o impacto causado por estas atividades.

Art. 13. O município desenvolverá programas de arborização com as seguintes metas:
I - implantar e manter hortos florestais destinados à recomposição da flora nativa e a produção de espécies vegetais diversas, destinadas à arborização urbana;
II - promover ampla arborização dos logradouros públicos da área urbana, utilizando, preferencialmente, espécies nativas.

§ 1º. É de competência do município o plantio de árvores em logradouros públicos, sendo que este definirá o padrão de muda, as medidas do canteiro e a espécie vegetal mais apropriada a ser plantada.

§ 2º. Obedecidas às normas regulamentares do órgão ambiental municipal, a pessoa física ou jurídica poderá plantar espécies vegetais na via pública, assumindo, conjuntamente, a responsabilidade por sua manutenção e cuidados.
§ 3.º Nos casos em que se fizer necessário o corte ou a poda de árvores em áreas particulares ou públicas, a pessoa física ou jurídica deverá pedir autorização prévia ao órgão ambiental do município.

§ 4.º A população também é responsável pela conservação da arborização das vias públicas, devendo denunciar cortes ou podas irregulares ao órgão ambiental.

CAPÍTULO IV - DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL

Art. 14. São atribuições do órgão municipal de meio ambiente:
I - participar do planejamento das políticas públicas e da proposta orçamentária do município no que tange ao meio ambiente;
II - atuar como órgão gestor da coordenação do Sistema Integrado de Saneamento e Gestão Ambiental - SINGEA - e das respectivas ações integradas planejadas pelo mesmo;
III - implementar, seguir e normatizar os projetos existentes no Sistema Integrado de Saneamento e Gestão Ambiental - SINGEA - e sugerir as leis complementares, decretos e emendas relacionadas ao meio ambiente;
IV - realizar o controle e o monitoramento das atividades produtivas e dos prestadores de serviços quando potencial ou efetivamente poluidores ou degradadores do meio ambiente;
V - propor, acompanhar e avaliar os Estudos de Impacto Ambiental - EIA’s - e Relatórios de Impacto Ambiental - RIMA’s, executados em território municipal;
VI - manifestar-se mediante estudos e pareceres técnicos sobre questões de interesse ambiental para a população do município;
VII - promover a educação ambiental integrada;
VIII - articular-se com organismos federais, estaduais, municipais e organizações não governamentais - ONG’s - para a execução coordenada e a obtenção de financiamentos para a implantação de programas relativos à preservação, conservação e recuperação dos recursos ambientais, naturais ou não;
IX - apoiar as ações das organizações da sociedade civil que tenham a questão ambiental entre seus objetivos;
X - autorizar, acompanhar e ter acesso aos resultados de pesquisas científicas efetuadas em áreas de preservação do município;
XI - propor e acompanhar a realização de exames laboratoriais para fins de diagnóstico ambiental ou relacionados com saúde pública;
XII - recomendar ao Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA - normas, critérios, parâmetros, limites, índices e métodos para o uso dos recursos ambientais do município;
XIV – desenvolver, com a participação dos órgãos e entidades do Sistema Integrado de Saneamento e Gestão Ambiental – SINGEA, o zoneamento ambiental;
XV - manter, fiscalizar, monitorar, fiscalizar, proteger e proteger os recursos naturais do município, especialmente as Áreas de Preservação Permanente - APP’s, assim como exemplares de valor da fauna, flora e demais organismos vivos;
XVI - executar a fiscalização e o controle das atividades poluidoras, vistoriando os estabelecimentos e atividades produtivas, comerciais, de prestação de serviços e do uso de recursos ambientais pelo setor público ou privado, emitindo pareceres técnicos quanto à funcionamento e funcionamento das mesmas;
XX - exercer o poder de polícia administrativa para condicionar e restringir o uso e gozo dos bens, atividades e direitos, em benefício da preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente;
XXI - emitir notificações e auto de infração e aplicar multas, quando da constatação e/ou prova testemunhal de infração às leis ambientais;
XXII - dar início a processo administrativo ou judicial para apuração de infrações decorrentes da inobservância da legislação ambiental em vigor;
XXIII - estabelecer padrões para descarte de resíduos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas industriais e as normas para transporte, disposição e destino final de qualquer tipo de resíduo resultante de atividades industriais e comerciais;
XXIV - conceder licenciamento para atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, de mineração, cortes, podas e plantios de espécies vegetais em áreas públicas e privadas, de competência do município;
XXV - licenciar a localização, a instalação, a operação e a ampliação das obras e atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;
XXVI - determinar as penalidades disciplinares e compensatórias pelo não cumprimento das medidas necessárias à preservação e/ou correção de degradação ambiental causada por pessoa física ou jurídica, pública ou privada;
XXVII - propor e discutir com outros órgãos públicos medidas necessárias à gestão ambiental integrada no município;
XXVIII - incentivar o uso de tecnologias não agressivas ao ambiente;
XXIX - dar apoio técnico, administrativo e financeiro ao Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA;
XXX - dar apoio técnico e administrativo ao Ministério Público, nas suas ações institucionais em defesa do meio ambiente;
XXXI - elaborar projetos ambientais, de forma integrada e participativa;
XXXII - aplicar os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros, segundo as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA;
XXXIII - executar outras atividades correlatas atribuídas pela administração municipal, pelo Sistema Estadual de Proteção Ambiental - SISEPRA e/ou pelo Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.

TITULO II - DO SISTEMA MUNICIPAL INTEGRADO DE SACENAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO E FINALIDADE

Art. 15. Para organizar e coordenar os projetos, programas e ações comuns em saneamento e meio ambiente fica instituído o Sistema Municipal Integrado de Saneamento e Gestão Ambiental - SINGEA.

§ 1.º O Sistema Integrado de Saneamento e Gestão Ambiental - SINGEA - propõe-se a organizar um conjunto de iniciativas institucionais que, respeitadas as respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação e viabilização de projetos e programas comuns, materializados através da execução de ações conjuntas em saneamento e meio ambiente.

§ 2.º A atuação articulada e cooperativa do Sistema Municipal Integrado de Saneamento e Gestão Ambiental - SINGEA - voltar-se-á para viabilizar a toda população níveis crescentes de qualidade e salubridade ambiental, tendo o compromisso de defender, proteger e conservar os recursos naturais para o benefício das gerações atuais e futuras.

Art. 16. O Sistema Municipal Integrado de Saneamento e Gestão Ambiental - SINGEA - é composto pelos órgãos da administração direta e indireta do Município que guardam algum tipo de relação com o saneamento e o meio ambiente, vinculado organicamente à instância governamental do desenvolvimento urbano, sanitário e ambiental.
§ 1.º A coordenação do Sistema Municipal Integrado de Saneamento e Gestão Ambiental - SINGEA - será integrada pelos órgãos afins: o Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE, o órgão ambiental do município, a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEPLAN, a Secretaria Municipal de Habitação - SEMHAB, a Secretaria Municipal da Educação, Esporte e Lazer - SMED, a Secretaria Municipal da Saúde - SEMSAD, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Social - SEMEDES, a Secretaria Municipal de Segurança Pública - SEMUSP, a Secretaria Municipal de Obras Viárias e Serviços - SEMOV, a Secretaria Municipal Orçamento Particpativo - SECOP - e também pela Procuradoria Geral do Município - PGM, divididos em órgãos gestores e órgãos co-gestores do Sistema Municipal Integrado de Saneamento e Gestão Ambiental - SINGEA:

I - o órgão ambiental do município atuará como órgão central, técnico, de planejamento e execução da política de meio ambiente, recursos hídricos, sub-bacias e de resíduos sólidos;

II - o Serviço Municipal de Água e Esgotos – SEMAE atuará como órgão central, técnico, de planejamento e execução da política de abastecimento de água e esgotos;


§ 2.º Caberá ao órgão ambiental do município e ao Serviço Municipal de Água e Esgotos – SEMAE a tarefa de gestores da coordenação do Sistema Municipal Integrado de Saneamento e Gestão Ambiental - SINGEA.


CAPÍTULO II - DA ATUAÇÃO MUNICIPAL INTEGRADA

Art. 19. Cabe aos órgãos gestores do Sistema Municipal Integrado de Saneamento e Gestão Ambiental - SINGEA - implementar os instrumentos da Política Municipal Integrada de Saneamento e Gestão Ambiental e, prioritariamente:

I - participar da elaboração e acompanhar a implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada do Saneamento Ambiental - PLAMASA;

II - participar da elaboração e acompanhar a implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada das Sub-Bacias do Rio dos Sinos;

III - participar da elaboração e acompanhar a implementação desta lei;

IV - promover o controle ambiental integrado: licenciamento e fiscalização ambiental;

V - promover a educação ambiental integrada;

VI - viabilizar e coordenar a elaboração anual do Relatório Municipal de Qualidade Ambiental - RMQA;

VII - difundir e consolidar o controle social, potencializando a atuação do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA.

CAPÍTULO III - DOS INSTRUMENTOS

Art. 20. São instrumentos da Política Municipal Integrada de Saneamento e Gestão Ambiental:

I - o Plano Municipal de Gestão Integrada de Saneamento Ambiental - PLAMASA;
II - o Plano Municipal de Gestão Integrada das Sub-Bacias do Rio dos Sinos;

III - o controle ambiental integrado e a adequação de atividades efetiva ou potencialmente degradadoras ou poluidoras;

IV - a política municipal de regularização fundiária sustentável;

V - a gestão unificada em Educação Ambiental;

VI - o estabelecimento de normas, padrões, critérios e parâmetros de qualidade ambiental;

VII - Relatório Municipal de Qualidade Ambiental - RMQA;

VIII - os diagnósticos ambientais;

IX - o Plano Diretor Municipal - PDM, Lei Municipal n.º 6.125, de 19 de dezembro de 2006, as leis de parcelamento, uso e ocupação do solo e demais instrumentos de controle do desenvolvimento urbano;

X - a avaliação de impactos ambientais e as análises de riscos;

XI - as auditorias ambientais e audiências públicas;

XII - os incentivos à criação ou absorção e desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à melhoria da qualidade e salubridade ambiental;

XIII - a estruturação das Unidades de Conservação Municipal;

XIV - o Plano Diretor Municipal - PDM, Lei Municipal n.º 6.125, de 19 de dezembro de 2006;

XV - a prestação de informações relativas ao saneamento ambiental;

XVI - a adoção de critérios e indicadores de sustentabilidade para seleção de empresas e prestadores de serviços, nas aquisições e contratações do Poder Público Municipal;

XVII - os acordos, convênios, consórcios e outros mecanismos associados de gerenciamento de recursos ambientais;

XVIII - o Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA;

XIX - o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA;

XX - a Conferência Municipal de Meio Ambiente e Saneamento.

TÍTULO III - DO MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I - DO AR

Art. 21. Na implementação desta lei, para o controle da poluição atmosférica, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - exigência da adoção das melhores tecnologias técnica e ambientalmente disponíveis nos processos industriais e de controle de emissão, visando a assegurar a redução progressiva dos níveis de poluição;

II - melhoria na qualidade ou substituição dos combustíveis e otimização da eficiência do balanço energético;

III - implantação de procedimentos operacionais adequados, incluindo a implementação de programas de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de controle da poluição;

IV - adoção de sistema de monitoramento periódico ou contínuo das fontes de emissão de material particulado, por parte das empresas responsáveis, sem prejuízo das atribuições de fiscalização dos órgãos competentes;

V - proibição de implantação ou expansão de atividades que possam resultar em violação dos padrões fixados;

VI - seleção de áreas mais propícias à dispersão atmosférica para a implantação de fontes de emissão, quando do processo de licenciamento, e a manutenção de distâncias mínimas em relação a outras instalações urbanas, em particular hospitais, creches, escolas, residências e áreas naturais protegidas, conforme Plano Diretor Municipal - PDM, Lei Municipal n.º 6.125, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 22. Deverão ser respeitados, entre outros, os seguintes procedimentos gerais para o controle de emissão de material particulado:

I - a estocagem a céu aberto de materiais que possam gerar emissão por transporte eólico deverá obedecer a critérios constantes em projeto, a serem licenciados pelo órgão competente;
II - as vias de tráfego interno das instalações comerciais e industriais deverão ser pavimentadas, ou lavadas, ou umectadas com a freqüência necessária para evitar acúmulo de partículas sujeitas a arraste eólico;

III - as áreas adjacentes às fontes de emissão de poluentes atmosféricos, quando descampadas, deverão ser objeto de programa de reforestamento e arborização, por espécies e manejos adequados, com ênfase a espécies nativas;

IV - sempre que tecnicamente possível, os locais de estocagem e transferência de materiais que possam estar sujeitos ao arraste pela ação dos ventos deverão ser mantidos sob cobertura, ou enclausurados, evitando sua dispersão;

V - as chaminés, equipamentos de controle de poluição do ar e outras instalações que se constituam em fontes de emissão, efetivas ou potenciais deverão ser construídas ou adaptadas para permitir o acesso de técnicos encarregados de avaliações relacionadas ao controle da poluição.

Art. 23. As fontes de emissão deverão, a critério técnico fundamentado pelo órgão competente, apresentar relatórios periódicos de medição, com intervalos não superiores a 01 - um - ano, dos quais deverão constar os resultados dos diversos parâmetros ambientais a serem regulamentados, a descrição da manutenção dos equipamentos, bem como a representatividade destes parâmetros em relação aos níveis de produção.

§ 1.º Deverão ser utilizadas metodologias de coleta e análise estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pelo órgão ambiental do município ou pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA.

§ 2.º O Poder Público Municipal poderá reduzir este prazo nos casos em que os níveis de emissão ou os incômodos causados à população sejam significativos.

§ 3.º O Poder Público Municipal poderá ampliar os prazos por motivos que não dependam dos interessados, desde que devidamente justificado.

Art. 24. Todas as fontes de emissão existentes no município deverão se adequar ao disposto nesta lei, nos prazos estabelecidos pelo órgão ambiental do município, não podendo exceder o prazo máximo de 24 - vinte e quatro - meses a partir da sua publicação.

Art. 25. As empresas de transporte de carga e/ou passageiros, bem como as empresas com frota própria e os responsáveis pela manutenção da regulagem de motores e seus componentes, deverão apresentar informações e dados, necessários para as ações de fiscalização, quando solicitado pelo órgão ambiental do município.

Parágrafo Único. A critério do órgão ambiental do município poderão ser exigidos testes e ensaios necessários para aferição e comprovação dos serviços de manutenção e regulagem realizados.

Art. 26. O órgão ambiental do município, baseado em parecer técnico, procederá a elaboração periódica de proposta de revisão dos limites de emissão previstos nesta lei, de forma a incluir outras substâncias e adequá-los aos avanços das tecnologias de processo industrial e controle da poluição.

Art. 27. Os padrões de qualidade do ar e as concentrações de poluentes atmosféricos ficam restritos, até ulterior regulamentação municipal, aos termos e parâmetros estabelecidos pela legislação federal e estadual.

Art. 28. Durante a situação de agravamento, as fontes fixas ou móveis de poluição do ar, na área atingida, ficarão sujeitas às restrições emergenciais impostas.

CAPÍTULO II - DO SOLO E SUBSOLO

Art. 29. A utilização do solo e do subsolo, para quaisquer fins, far-se-á através da adoção de técnicas, processos e métodos que visem a sua conservação,
melhoria e recuperação, observadas as características geomorfológicas, físicas, químicas, biológicas, ambientais e suas funções sócio-econômicas.

§ 1.º O Poder Público Municipal, através dos órgãos competentes, e conforme regulamento, elaborará planos e estabelecerá normas, critérios, parâmetros e padrões de utilização adequada do solo e do subsolo, cuja inobservância, caso caracterize degradação ambiental, sujeitará os infratores às penalidades previstas nesta lei, bem como a exigência de adoção de todas as medidas e práticas necessárias à recuperação da área degradada.

§ 2.º A utilização do solo e do subsolo compreenderá seu manejo, cultivo, parcelamento, mineração e ocupação.

Art. 30. O planejamento do uso adequado do solo e do subsolo e a fiscalização de sua observância por parte do usuário é responsabilidade do governo municipal.

Art. 31. A proteção do solo e do subsolo no município visa a:
I - garantir o uso racional do solo urbano e do subsolo, através dos instrumentos de gestão competentes, observadas as diretrizes ambientais contidas no Plano Diretor Municipal - PDM, Lei Municipal n.º 6.125, de 19 de dezembro de 2006;
II - garantir o uso do solo cultivável, através do uso e fomento de tecnologias limpas e manejo agroecológico;
III - priorizar o controle da erosão, a contenção de encostas e o reflorestamento das áreas degradadas;
IV - priorizar a utilização do manejo biológico de pragas.

Art. 32. Os planos públicos ou privados de uso de recursos naturais do município de São Leopoldo, bem como os de uso, ocupação, extração de substâncias minerais e parcelamento do solo, devem respeitar as necessidades do equilíbrio ecológico e as diretrizes e normas de proteção ambiental.

Art. 33. Na análise de projetos de uso, ocupação ou parcelamento do solo ou do subsolo, o órgão ambiental do município, no âmbito de sua competência, deverá manifestar-se, dentre outros, necessariamente sobre os seguintes aspectos:
I - usos propostos, densidade de ocupação, desempenho de assentamento e acessibilidade;
II - reserva de áreas verdes e proteção de interesses paisagísticos, ecológicos, arquitetônicos, culturais ou históricos;
III - utilização de áreas com declividade igual ou superior a 30% - trinta por cento, bem como de terrenos alagadiços ou sujeitos a inundações;
IV - saneamento de áreas aterradas com material nocivo à saúde;
V - ocupação de áreas onde o nível de poluição local impeça condições sanitárias mínimas;
VI - proteção do solo, da fauna, da flora e demais organismos vivos e das águas superficiais, subterrâneas, fluentes, emergentes e reservadas;
VII - sistema de abastecimento de água;
VIII - coleta, tratamento e disposição final de efluentes líquidos, resíduos sólidos e emissões atmosféricas;
IX - viabilidade geotécnica, quando o projeto atingir áreas de risco geológico, assim definidas pelo órgão competente.

CAPÍTULO III - DAS ÁGUAS

Art. 34. São objetivos do Código Municipal de Meio Ambiente e Zoneamento Ambiental no tocante à proteção das águas:
I - proteger a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida da população;
II - proteger e recuperar os ecossistemas aquáticos, com especial atenção para as nascentes, os banhados, as bacias de retardo e outras relevantes para a manutenção dos ciclos biológicos;
III - reduzir, progressivamente, a toxicidade e as quantidades dos poluentes lançados nos corpos d’água;
IV - compatibilizar e controlar os usos efetivos e potenciais da água, tanto qualitativa quanto quantitativamente;
V - controlar os processos erosivos que resultem no transporte de sólidos, no assoreamento dos corpos d’água e da rede pública de drenagem;
VI - assegurar o acesso e o uso público às águas superficiais e marginais, exceto em áreas de nascentes e outras de preservação permanente, quando expressamente disposto em norma específica;
VII - o adequado tratamento dos efluentes líquidos, visando a preservar a qualidade dos recursos hídricos.

Art. 35. As diretrizes desta lei aplicam-se a lançamentos de quaisquer efluentes líquidos provenientes de atividades efetivas e potentialmente poluidoras instaladas no município de São Leopoldo, em águas interiores, superficiais ou subterrâneas, diretamente ou através de quaisquer meios de lançamento, incluindo redes de coleta e emissários.

Art. 36. Os critérios e padrões estabelecidos em legislação deverão ser atendidos, também, por etapas ou áreas específicas do processo de produção ou geração de efluentes, de forma a impedir a sua diluição e assegurar a redução das cargas poluidoras totais.

Art. 37. Os lançamentos de efluentes líquidos não poderão conferir aos corpos receptores características em desacordo com os critérios e padrões de qualidade da água em vigor, ou que criem obstáculos ao trânsito de espécies migratórias, exceto na zona de mistura.

Art. 38. As zonas de mistura que estiverem fora dos padrões de qualidade, deverão adequar-se, atendendo critérios a serem estabelecidos pelo órgão ambiental do município.

Parágrafo Único. O órgão ambiental do município promoverá o enquadramento das águas interiores na sua classificação e fixará padrões de qualidade para cada classe, através de normatização, dentro de sua competência.

Art. 39. A captação de água, superficial ou subterrânea, deverá atender aos requisitos estabelecidos pela legislação específica, sem prejuízos às demais exigências legais, sob avaiação técnica e licença ambiental do órgão ambiental do município.

Art. 40. As atividades efetivas ou potencialmente poluidoras ou degradadoras e de captação de água implementarão programas de monitoramento de efluentes e da qualidade ambiental em suas áreas de influência, previamente estabelecidos ou aprovados pelo órgão ambiental do município.

§ 1.º A coleta e análise dos efluentes líquidos deverão ser baseadas em metodologias aprovadas pelo órgão ambiental do município ou pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

§ 2.º Todas as avaliações relacionadas aos lançamentos de efluentes líquidos deverão ser feitas para as condições de dispersão mais desfavoráveis, sempre incluída a previsão de margens de segurança.

§ 3.º Os técnicos do órgão ambiental do município terão acesso a todas as fases do monitoramento que se refere o caput deste artigo, incluindo procedimentos laboratoriais.

Art. 41. Os órgãos e entidades responsáveis pela operação dos sistemas de abastecimento público de água deverão adotar as normas e o padrão de potabilidade da água estabelecidos pelo Ministério da Saúde, pelo Conselho Nacional do Meio
Ambiente - CONAMA - e pela Secretaria Estadual de Saúde, complementadas pelos órgãos competentes do município de São Leopoldo.

Art. 42. É obrigação do proprietário do imóvel a execução de adequadas instalações domiciliares de abastecimento, armazenagem, distribuição e esgotamento de água, cabendo ao usuário do imóvel a necessária conservação.

Art. 43. Fica obrigatório a obtenção de Autorização Ambiental para as atividades de uso de veículos náuticos movidos à propulsão por sucção de água do Rio dos Sinos, tais como jet ski, jet boat, dentre outros.

Art. 44. A classificação das águas interiores situadas no território do município, para os efeitos desta lei, será aquela adotada pela correspondente resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e no que couber, pela legislação estadual.

Art. 45. Todo e qualquer estabelecimento industrial ou de prestação de serviços potencialmente poluidor de águas deverá possuir sistema de tratamento de efluentes líquidos, cujo projeto deverá ser avaliado e aprovado pelo órgão ambiental do município.

Art. 46. As construções de unidades industriais, de estruturas ou de depósitos de armazenagem de substâncias de alto risco aos recursos hídricos, deverão localizar-se a uma distância mínima de 300 - trezentos - metros dos corpos d'água, dotados de dispositivos de segurança e prevenção de acidentes.

Parágrafo Único. Verificando a impossibilidade técnica de ser mantida a distância, de que trata este artigo, a execução do projeto poderá ser autorizada, desde que oferecidas medidas concretas de segurança ambiental, aceitas pelo órgão ambiental do município.

Art. 47. Os padrões de qualidade das águas e as concentrações de poluentes ficam restritos, até ulterior regulamentação municipal, aos termos e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA - e pela legislação estadual.

CAPÍTULO IV - DOS SONS E RUÍDOS

Art. 48. O controle da emissão sonora no município visa a garantir o sossego e bem-estar público, evitando sua perturbação por emissões excessivas ou incômodas de sons de qualquer natureza ou que contrariem os níveis máximos fixados em lei ou regulamento.

Art. 49. Considera-se poluição sonora a emissão de sons, ruídos e vibrações, em decorrência de atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, domésticas, sociais, de trânsito e de obras públicas ou privadas que causem desconforto ou excedam os limites estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pelas posturas municipais, pelas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA - e demais dispositivos legais em vigor, no interesse da saúde, da segurança e do sossego público.

Art. 50. Os órgãos municipais competentes deverão, para fins de cumprimento desta lei e demais legislações pertinentes, determinar restrições a setores específicos de processos produtivos, instalação de equipamentos de prevenção, limitações de horários e outros instrumentos administrativos correlatos, aplicando-os isolada ou combinadamente.

Parágrafo Único. Todas as providências previstas no caput deste artigo deverão ser tomadas pelo empreendedor, às suas expensas, e deverão ser discriminadas nos documentos oficiais de licenciamento da atividade.
Art. 51. A realização de eventos que causem impactos de poluição sonora em Unidades de Conservação - UC’s - e seu entorno dependerá de prévia autorização do órgão ambiental responsável pela respectiva unidade.

Art. 52. Compete ao Poder Público Municipal:
I - divulgar à população matéria educativa e sensibilizadora sobre os efeitos prejudiciais causados pelo excesso de ruído;
II - incentivar a fabricação e uso de máquinas, motores, equipamentos e outros dispositivos com menor emissão de ruídos;
III - incentivar a capacitação de recursos humanos e apoio técnico e logístico para recebimento de denúncias e a tomada de providências de combate à poluição sonora, em todo o território municipal;
IV - estabelecer convênios, contratos e instrumentos afins com entidades que, direta ou indiretamente, possam contribuir com o desenvolvimento dos programas a atividades federais, estaduais ou municipais, de prevenção e combate à poluição sonora;
V - ouvidas as autoridades e entidades científicas pertinentes, submeter os programas à revisão periódica, dando prioridade às ações preventivas;
VI - estabelecer o programa de controle dos ruidos urbanos para fins de controle e monitoramento e exercer o poder de controle e fiscalização das fontes de poluição sonora;
VII - aplicar sanções e interdições, parciais ou integrais, previstas na legislação vigente;
VIII - exigir das pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis por qualquer fonte de poluição sonora, apresentação dos resultados de medições e relatórios, podendo, para a consecução dos mesmos, serem utilizados recursos próprios ou de terceiros;
IX - impedir a localização, ou limitar o horário de funcionamento, de estabelecimentos industriais, fábricas, oficinas ou outros que produzam ou possam vir a produzir ruidos em unidades territoriais, residenciais ou em zonas sensíveis a ruidos;
X - organizar programas de educação e conscientização a respeito de:
  a) causas, efeitos e métodos de atenuação e controle de ruídos e vibrações;
  b) esclarecimentos sobre as proibições relativas às atividades que possam causar poluição sonora;
XI - outras atividades previstas em lei.

Art. 53. A emissão de sons, ruídos e vibrações produzidos por veículos automotores e os produzidos nos interiores dos ambientes de trabalho, obedecerão às normas expedidas, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN - e pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

Art. 54. As medições deverão ser efetuadas com aparelho medidor de nível de som que atenda as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 55. A ninguém é lícito, por ação ou omissão, dar causa ou contribuir para a ocorrência de ruído em desconformidade com a legislação vigente.

Art. 56. Os dispositivos que estabelecerem padrões, critérios e diretrizes sobre a emissão ou proibição de emissão de sons e ruídos produzidos por quaisquer meios ou de qualquer espécie, levarão em consideração, sempre, os locais, horários e a natureza das atividades emissoras, com vistas a compatibilizar o exercício da atividade com a preservação da saúde, da segurança e do sossego público, bem como do meio ambiente.

Art. 57. Estabelecimentos comerciais, sociais e recreativos, que possuam local para estacionamento, deverão manter, às suas expensas e em número compatível com a fluência do público, guardas ou vigilantes com função de orientar a mobilização e o estacionamento de veículos e manter a vigilância de modo a impedir tumulto, alagazarras ou ações que perturbem a ordem e o sossego público.
Art. 58. Para exame e análise dos projetos, planos e dados característicos de interesse das entidades registradas, bem como para vistoria das instalações ou as providências que se fizerem necessárias, o Poder Público Municipal poderá utilizar, além dos recursos técnicos de que dispõem, outros de entidades públicas ou privadas, com as quais mantenha ou não convênio.

Art. 59. Para proceder ao exame, análise e demais providências que se refere o artigo anterior e garantir o cumprimento das demais disposições, normas e regulamentos, fica assegurada, aos agentes credenciados do município, a entrada em qualquer estabelecimento público ou privado.

Art. 60. Caberá ao órgão competente da administração municipal fazer cumprir o disposto nesta lei, no que tange ao controle da poluição sonora do meio ambiente, bem como fiscalizar os estabelecimentos e propriedades responsáveis.

SEÇÃO I - DOS NÍVEIS DE PRESSÃO SONORA EM RELAÇÃO AO USO DO SOLO

Art. 61. Consideram-se prejudiciais à saúde, à segurança e ao sossego público, a emissão de sons e ruídos por quaisquer atividades residenciais, industriais, comerciais, sociais ou recreativas, que ultrapassem os seguintes níveis permitidos:

I - atinjam, no ambiente exterior do recinto, em que tem origem, nível de som de mais de 10 - dez - decibéis - dB - A, B, C acima do ruído de fundo sem tráfego;

II - alcancem, no interior do recinto em que são produzidos, níveis de som superiores aos consideráveis aceitáveis pela Norma NB 95, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou das que lhe sucederem.

§ 1.º Na execução dos projetos de construção ou de reforma de edificações, para atividades heterogêneas, o nível de som produzido por uma delas não poderá ultrapassar os níveis de som estabelecidos no inciso II deste artigo.

§ 2.º A medição dos níveis de som incômodo será no período noturno, efetuado dentro do domicílio ou estabelecimento prejudicado, com as janelas e portas fechadas, sem prejuízo da ventilação necessária e à distância de 1 - um - metro da parede, e não deverão exceder os limites estabelecidos na legislação vigente.

§ 3.º Para efeitos desta lei, as medições deverão ser efetuadas com aparelho medidor de nível de som que atenda às da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 62. Os estabelecimentos que pretendam funcionar no horário noturno, aqui compreendidos as casas de comércio ou diversão pública em geral, deverão, além de obedecer aos critérios estabelecidos nesta lei, apresentar projeto de isolamento acústico, assinado por responsável técnico credenciado.

Parágrafo Único. A concessão de licença para funcionamento do estabelecimento fica condicionada à aprovação do referido projeto.

Art. 63. As atividades que determinam a existência de zonas sensíveis a ruídos incluem escolas, bibliotecas públicas, hospitais e creches, reservas biológicas e parques urbanos e naturais, ou áreas que sejam ou venham a ser consideradas como habitat natural da flora ou da fauna, passível de preservação ecológica.

Art. 64. Ato Administrativo estabelecerá normas e critérios que se fizerem necessários para o cumprimento desta lei, bem como os procedimentos administrativos para a aplicação das penalidades cabíveis.

CAPÍTULO V - DA FLORA

Art. 65. A proteção e a utilização dos ecossistemas do município de São Leopoldo têm por objetivo geral o desenvolvimento sustentável e, por objetivos
específicos, a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social.

Art. 66. O Poder Público Municipal fomentará o enriquecimento ecológico da vegetação dos ecossistemas de São Leopoldo, bem como o plantio e o reflorestamento com espécies nativas, em especial as iniciativas voluntárias de proprietários rurais.

Art. 67. O corte e a supressão de vegetação primária ou secundária ficam vedados quando:
   I - a vegetação:
      a) abrigar espécies da flora, fauna silvestre e demais organismos vivos ameaçados de extinção e a intervenção ou o parcelamento puserem em risco a sobrevivência dessas espécies;
      b) exercer a função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão;
      c) formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária;
      d) proteger o entorno das Unidades de Conservação - UC’s;
      e) ou possuir valor paisagístico, reconhecido pelos órgãos executivos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
      f) exercer a função de proteção de encostas e topos de morros;
      g) estiver localizada em Áreas de Preservação Permanente - APP’s.
   II - o proprietário ou posseiro não cumprir os dispositivos da legislação ambiental, em especial as exigências da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, no que respeita às Áreas de Preservação Permanente - APP’s - e à reserva legal.

Parágrafo Único. Verificada a ocorrência do previsto na alínea a, do inciso I, deste artigo, os órgãos competentes do Poder Executivo Municipal adotarão as medidas necessárias para proteger tais espécies caso existam fatores que o exigam, ou fomentarão e apoiarão as ações e os proprietários de áreas que estejam mantendo ou sustentando a sobrevivência destas.

Art. 68. Os novos empreendimentos que impliquem o corte ou a supressão de vegetação dos ecossistemas do município de São Leopoldo deverão ser implantados preferencialmente em áreas já substancialmente alteradas ou degradadas.

Art. 69. A supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, sendo que a vegetação secundária em estágio médio de regeneração poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social, em todos os casos devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

§ 1.º A supressão de que trata o caput deste artigo dependerá de autorização do órgão ambiental competente.

§ 2.º A supressão de vegetação no estágio médio de regeneração situada em área urbana dependerá de autorização do órgão ambiental do município, mediante anuência prévia do órgão ambiental competente fundamentada em parecer técnico.

Art. 70. A vegetação nativa, elemento necessário do meio ambiente e dos ecossistemas, é considerada bem de interesse comum a todos e fica sob a proteção do Poder Público Municipal, sendo seu uso, manejo e proteção regulados por esta lei e demais documentos legais pertinentes.

Art. 71. O Poder Público Municipal poderá declarar de preservação permanente ou de uso especial a vegetação e as áreas destinadas a:
   I - proteger o solo da erosão;
   II - formar faixas de proteção ao longo de rodovias, ferrovias e dutos;
   III - proteger sitos de excepcional beleza ou de valor científico, histórico,
cultural, paisagístico e ecológico;
IV - asilar populações da fauna, flora e demais organismos vivos ameaçados ou não de extinção, bem como servir de pouso ou reprodução de espécies migratórias;
V - assegurar condições de bem-estar público;
VI - proteger paisagens notáveis;
VII - preservar e conservar a biodiversidade;
VIII - proteger as zonas de contribuição de nascentes;
IX - proteger as áreas de recarga dos aquíferos.

Art. 72. Na utilização dos recursos da flora serão considerados os conhecimentos ecológicos de modo a se alcançar sua exploração racional e sustentável, evitando-se a degradação e destruição da vegetação e o comprometimento do ecossistema dela dependente.

Art. 73. Qualquer espécie ou determinados exemplares da flora, isolados ou em conjunto, poderão ser declarados imunes ao corte, exploração ou supressão, mediante ato da autoridade competente, por motivo de sua localização, raridade, beleza, importância para a fauna ou condição de porte-semente.

Art. 74. A utilização de recursos provenientes de floresta ou outro tipo de vegetação lenhosa nativa será feita de acordo com projeto que assegure manejo sustentado do recurso, através do sistema de regime jardino, de acordo com a legislação vigente.

Art. 75. Na construção de quaisquer obras, públicas ou privadas, devem ser tomadas medidas para evitar a destruição ou degradação da vegetação original, ou, onde isto for impossível, é obrigatória a implementação de medidas compensatórias que garantam a conservação de áreas significativas desta vegetação.

Art. 76. A exploração, transporte, depósito e comercialização, beneficiamento e consumo de produtos florestais e da flora nativa poderá ser feita por pessoas físicas ou jurídicas, desde que devidamente licenciadas no órgão competente e com o controle e fiscalização deste.

Parágrafo Único. O município de São Leopoldo, observando a Política Municipal Integrada de Saneamento e Gestão Ambiental, compromete-se a utilizar, nas obras e serviços públicos, apenas madeira de origem legal.

Art. 77. As matrículas de imóveis deverão informar, a partir da vigência desta lei, obrigatoriamente, em sua descrição, a existência de Áreas de Preservação Permanente - APP’s, cursos d’água, nascentes e árvores protegidas.

SEÇÃO I - DA VEGETAÇÃO PÚBLICA URBANA

Art. 78. A implantação, conservação, reforma e supressão de canteiros, praças e jardins em espaços públicos deverão ter acompanhamento técnico do órgão ambiental do município.

Parágrafo Único. Sob autorização e acompanhamento técnico, a implantação, conservação e reforma de canteiros poderão ser realizadas pela iniciativa privada ou pela sociedade civil organizada, em forma de parceria, com a possibilidade de exploração de mensagens comerciais cujo formato será regulamentado.

Art. 79. O manejo da vegetação de porte arbóreo das áreas públicas será gerenciado pelo órgão ambiental do município.

§ 1.° A poda ou supressão da vegetação de porte arbóreo de que trata o caput deste artigo será permitida de forma a garantir a sanidade vegetal, a segurança da população e o interesse público, de acordo com a orientação técnica do órgão ambiental do município.
§ 2.º A poda ou supressão de árvores em áreas públicas será realizada pelo órgão ambiental do município, ou sob sua orientação e acompanhamento técnico, através de:

I - empresas concessionárias de serviços públicos ou autarquias, desde que autorizados pelo órgão municipal competente;

II - Corpo de Bombeiros nos casos de emergência, em que haja risco iminente à vida ou ao patrimônio público ou privado;

III - particulares treinados, desde que autorizados pelo órgão ambiental do município.

§ 3.º A vegetação de porte arbóreo removida deverá ser repostas em área pública adequada, o mais próximo possível do local removido, com a máxima brevidade e respeitando as características da mesma.

SEÇÃO II - DAS PRAÇAS PÚBLICAS E ÁREAS VERDES COMPLEMENTARES

Art. 80. As áreas verdes urbanas e sua biodiversidade desempenham um papel fundamental no ecossistema urbano, proporcionando significativas funções, ecológicas, econômicas e sociais.

Art. 81. Para efeitos de conservação, preservação e manutenção são compreendidas como áreas verdes:

I - de domínio público:
   a) praças, jardins, parques, hortos florestais e fragmentos de mata nativa;
   b) arborização constante dos sistemas viários;

II - de domínio privado:
   a) chácaras no perímetro urbano e correlatos;
   b) condomínios e loteamentos fechados.

CAPÍTULO VI - DA ARBORIZAÇÃO URBANA

Art. 82. Este capítulo disciplina a arborização urbana e as áreas verdes do perímetro urbano do município, impondo ao cidadão a co-responsabilidade com o Poder Público Municipal na proteção da flora e ainda estabelece os critérios e padrões relativos à arborização urbana.

Art. 83. O órgão ambiental do município é o órgão responsável pela fiscalização da arborização urbana, visando ao cumprimento desta lei.

Parágrafo Único. O titular do órgão ambiental do município poderá, desde que expressamente autorizado pelo Prefeito Municipal, delegar a outros órgãos da administração direta ou indireta, ou entidades particulares, em caso de interesse público, a competência para realização de serviços necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 84. Compete, exclusivamente, ao órgão ambiental municipal publicar normas técnicas e resoluções que auxiliem na aplicação desta lei.

Art. 85. É competência privativa do órgão ambiental municipal o manejo e cadastramento técnico da arborização de ruas, áreas verdes e Áreas de Preservação Permanente - APP’s - em logradouros públicos, respeitando as normas técnicas adequadas.
SEÇÃO I - DO PLANEJAMENTO DA ARBORIZAÇÃO MUNICIPAL

Art. 86. Os novos projetos, para execução dos sistemas de infra-estrutura urbana e sistema viário, deverão compatibilizar-se com o sistema de arborização já existente.

Parágrafo Único. Nas áreas já estruturadas, as árvores existentes que apresentarem interferência com o sistema acima mencionado serão submetidas ao procedimento adequado e a fiação aérea deverá ser convenientemente isolada, de acordo com análise do órgão ambiental municipal.

Art. 87. Os projetos de instalação de equipamentos públicos ou privados, em áreas já arborizadas, deverão estar de acordo com a vegetação arbórea existente e empregar a melhor tecnologia possível, de modo a evitar futuras podas ou a supressão das árvores, sendo que os referidos projetos serão submetidos à análise do órgão ambiental do município.

Art. 88. Os projetos referentes ao loteamento urbano, projetos de edificações e empreendimentos industriais em áreas de vegetação natural deverão ser submetidos à apreciação do órgão ambiental do município, em conjunto com a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEPLAN.

Art. 89. Os projetos, para serem analisados, deverão estar instruídos em conformidade com as normas expedidas pelo órgão ambiental do município.

Art. 90. O órgão ambiental do município, no usufruto de suas atribuições, emitirá parecer técnico objetivando:
I - a melhor alternativa que corresponda à mínima destruição da vegetação natural;
II - os recursos paisagísticos da obra em estudo, devendo definir os agrupamentos vegetais significativos à preservação.

Art. 91. O órgão ambiental do município deverá elaborar, para os loteamentos públicos já existentes, legalizados e que não haja arborização, projeto que defina de forma adequada à arborização urbana da região.

Art. 92. O órgão ambiental do município deverá manifestar-se, no menor prazo possível, sobre a viabilidade técnica dos projetos citados no artigo 87.

Art. 93. Em caso de nova edificação, o alvará de “habite-se” do imóvel só será fornecido após o plantio de mudas adequadas, de acordo com o projeto de arborização aprovado conforme critérios estabelecidos pelo órgão ambiental do município, cuja fiscalização será realizada em conjunto com a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEPLAN. Revogado pela Lei 6.628/08

Art. 94. As edificações com fins comerciais deverão adaptar-se à arborização já existente, sendo proibida supressão de árvores para fins publicitários.

SEÇÃO II - DO CRITÉRIO DE ARBORIZAÇÃO

Art. 95. Para a arborização, em bens de domínio público urbano do município de São Leopoldo, deverão ser plantadas as seguintes árvores:
I - de pequeno porte - nas calçadas que dão suporte à rede elétrica, com largura igual ou superior a 1,5m - um metro e cinqüenta centímetros;
II - de porte médio - nas calçadas opostas à rede elétrica, com largura igual ou superior a 2,40m - dois metros e quarenta centímetros;
III - de grande porte - nas calçadas opostas à rede elétrica, com largura igual ou superior a 3m - três metros;
IV - de pequeno, médio ou grande porte - nas avenidas que possuam canteiros centrais com larguras igual ou superior a 3,5 m - três metros e cinqüenta centímetros;
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
Estado do Rio Grande do Sul

V - de pequeno, médio, ou do tipo colunares ou palmares de estipe - nas avenidas que possuem canteiros centrais com largura inferior a 3,5m - três metros e cinqüenta centímetros.

§ 1.º A distribuição espacial das árvores deverá observar as peculiaridades de cada espécie empregada.

§ 2.º A arborização das calçadas que circundam as praças é de caráter facultativo.

§ 3.º A distância mínima das árvores à aresta externa das guias será de 0,50m - meio metro.

§ 4.º As mudas poderão ter proteção a sua volta.

§ 5.º A área livre permeável no entorno de árvores será:
   a) para as de pequeno porte, no mínimo de 1m² - um metro quadrado;
   b) para as de médio e grande porte, no mínimo de 2m² - dois metros quadrados.

Art. 96. Arborização, em áreas privadas do município de São Leopoldo, deverá ser proporcional às dimensões do local, respeitando-se o paisagismo da região ao qual pertence e os critérios do artigo anterior.

Parágrafo Único. Caberá ao empreendedor as custas, o projeto e a execução da arborização das ruas e áreas verdes, com a devida autorização e inspeção do órgão ambiental do município.

Art. 97. As mudas de árvores poderão ser doadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMAM, podendo o munícipe efetuar o plantio em área de domínio público ou privado, junto a sua residência ou terreno, com a devida licença da Prefeitura, desde que observadas as exigências desta lei e normas técnicas elaboradas e fornecidas pelo órgão ambiental do município.

Parágrafo Único. Visando ao conforto ambiental da cidade, a Prefeitura Municipal poderá exigir do proprietário do imóvel o plantio de árvores no respectivo passeio público.

SEÇÃO III - DA PODA

Art. 98. A poda de árvore em domínio público somente será permitida a:
   I - servidor da Prefeitura, devidamente treinado, mediante ordem de serviço expedida pelo órgão ambiental do município;
   II - empresas responsáveis pela infra-estrutura urbana, em ocasiões de risco efetivo ou iminente à população e/ou patrimônio público ou privado, desde que as mesmas possuam pessoas credenciadas e treinadas, através de curso de poda em arborização urbana, realizado ou fiscalizado pelo órgão ambiental do município;
   III - equipe do Corpo de Bombeiros, nas mesmas condições acima referidas, devendo, posteriormente, emitir comunicado ao órgão ambiental do município, com todas as especificações;
   IV - pessoas credenciadas pelo órgão ambiental do município, através de curso de poda em arborização urbana realizado periodicamente pela mesma.

Art. 99. O munícipe que solicitar a poda de qualquer árvore de logradouro público deverá justificar a necessidade deste procedimento.

Art. 100. A poda em exemplares de logradouro privado dependerá de prévia autorização do órgão ambiental do município, que, após vistoria, atestará a real necessidade desta ação.
Parágrafo Único. Se autorizada, esta será realizada pelo proprietário seguindo estritamente as instruções técnicas fornecidas pelo referido órgão. Redação alterada pela lei 6879/09

Art. 100. O manejo de vegetação (poda, supressão e transplante) em exemplares arbóreos em logradouro públicos e privados depende de prévia autorização do órgão ambiental do município, que, após vistoria, atestar a real necessidade desta ação.

§ 1º - Para a solicitação da autorização de que trata este artigo, fica criada a tarifa para análise técnica de viabilidade de autorização ambiental para o manejo de vegetação (poda, supressão e transplante) em exemplares arbóreos, somente para logradouro privado, no intuito de custear as despesas administrativas relativas a esta atividade.

§ 2º - A tarifa será cobrada conforme tabela de porte constante do anexo F desta Lei.

§ 3º - Autorizado o manejo da vegetação (poda, supressão e transplante) em exemplares arbóreos, este será realizada pelo proprietário em logradouros particulares e pelo poder público em logradouros públicos, seguindo estritamente as instruções técnicas fornecidas pelo referido órgão, ficando o recolhimento e disposição final dos resíduos produzidos a cargo do gerador.

§ 4º - Ficam isentos da tarifa de autorização para manejo da vegetação (poda, supressão e transplante) em exemplares arbóreos, de que trata o caput deste artigo a administração municipal pública direta, bem como o manejo em vegetação de atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, desde que conste na documentação licenciatória.

SEÇÃO IV - DA SUPRESSÃO

Art. 101. A supressão de qualquer árvore, somente será permitida, com prévia autorização escrita do órgão ambiental do município, através de laudo emitido por técnico legalmente habilitado, quando:

I - o estado fitossanitário do exemplar o justificar;
II - a árvore ou parte significativa dela apresentar risco de queda;
III - a árvore estiver causando danos comprovados ao patrimônio público ou privado, não havendo outra alternativa;
IV - se tratar de espécies invasoras, tóxicas e/ou com princípios alérgicos, com propagação prejudicial comprovada;
V - constituir-se em obstáculos fisicamente incontornáveis ao acesso e à circulação de veículos, sendo que para tanto, deverá estar acompanhado de croqui;
VI - constituir-se obstáculos fisicamente incontornáveis para a construção de obras e rebaixamento de guias.

§ 1.º Nos casos dos incisos V e VI, o munícipe deverá anexar ao pedido a aprovação da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEPLAN - ou da Secretaria Municipal de Obras Viárias e Serviços - SEMOV.

§ 2.º As despesas decorrentes da supressão da árvore ficarão a cargo do requerente.

§ 3.º Se em domínio privado, e uma vez autorizada, esta supressão deverá seguir estritamente as instruções técnicas fornecidas pelo órgão ambiental do município.

Art. 102. O órgão ambiental do município, as empresas responsáveis pela infra-estrutura urbana e a equipe do Corpo de Bombeiros poderão realizar a supressão, em caso de emergência real ou iminente à população, desde que acompanhado de técnico legalmente habilitado.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
Estado do Rio Grande do Sul

SEÇÃO V - DO TRANSPLANTE

Art. 103. Sendo inviável a poda ou supressão de indivíduo vegetal, por seu valor histórico, artístico, cultural, ecológico e/ou paisagístico, assim definido pelo órgão ambiental do município, fica facultado ao interessado o transplante do exemplar em questão.

§1.º Para a realização do transplante deverá ser apresentado projeto, elaborado por profissional devidamente habilitado, com apresentação da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

§1.º Para a efetivação destes transplantes, deverá ser previamente firmado Termo de Compensação Vegetal - TCV.

SEÇÃO VI - DA IMUNIDADE AO CORTE DA ÁRVORE

Art. 104. Qualquer árvore poderá ser declarada imune ao corte, mediante ato do Poder Executivo Municipal, levando-se em consideração:
I - sua raridade;
II - sua antiguidade;
III - seu interesse histórico, científico, paisagístico;
IV - sua condição de porta-semente;
V - qualquer outro fato considerado de relevância pelo órgão ambiental do município, mediante parecer técnico.

§ 1.º Compete ao órgão ambiental do município:
a) emitir parecer conclusivo e encaminhá-lo à consideração superior para decisão;
b) cadastrar e identificar, por uso de placas de identificação, as árvores declaradas imunes ao corte, dando apoio à preservação da espécie;

§ 2.º Conforme os critérios dos incisos do caput, o órgão ambiental do município facultará o transplante das espécies consideradas em extinção, conforme legislação vigente.

Art. 105. Qualquer munícipe poderá solicitar a declaração de imunidade ao corte de árvore, mediante requerimento endereçado ao órgão ambiental do município.

Parágrafo Único. A árvore declarada imune será considerada de preservação permanente.

Art. 106. As árvores relacionadas na Lei Municipal n.º 2.011, de 25 de abril de 1979; Lei Municipal n.º 2.559, de 8 de setembro de 1983; Lei Municipal n.º 3.599, de 28 de setembro de 1990; Lei Municipal n.º 3.614, de 03 de dezembro de 1990 e Lei Municipal n.º 3.690, de 16 de setembro de 1991, bem como outras que vierem a ser publicadas, são consideradas imunes ao corte.

SEÇÃO VII - DO PROCEDIMENTO DA SUPRESSÃO E SUBSTITUIÇÃO

Art. 107. O procedimento para pedir autorização visando à supressão e substituição de árvores ocorrerá através de requerimento decidido pela autoridade máxima do órgão ambiental do município, após a juntada de laudo elaborado por técnico, legalmente habilitado, do órgão ambiental do município.

§ 1.º O requerente arcará com as despesas decorrentes e apresentará, se possível, planta ou croqui demonstrando a exata localização da árvore que se pretende suprimir.

§ 2.º As mudas objeto da substituição obedecerão aos padrões constantes, do Anexo A desta lei.
§ 3.º Em caso de construção, rebaixamento de guia ou outra obra que dependa de autorização da Secretaria de Planejamento e Coordenação - SEPLAN - ou da Secretaria Municipal de Obras Viárias e Serviços - SEMOV, essa deverá acompanhar o requerimento.

Art. 108. Indeferido o pedido, o interessado poderá recorrer, no prazo de 30 - trinta - dias, contados da data de vistoria realizada pelo agente do órgão ambiental do município.

§ 1.º O órgão ambiental do município juntará ao recurso novo laudo, encaminhando à autoridade máxima do órgão ambiental do município para decisão.

§ 2.º Indeferido o recurso, o processo será arquivado.

Art. 109. Deferido o pedido, o município terá o prazo de 6 - seis - meses para efetivar a supressão da árvore e de 15 - quinze - dias, a partir da supressão, para substituição da mesma, sob pena prevista nesta lei.

Art. 110. No caso de supressão de árvores, por motivos de acidente de trânsito, o responsável deverá comunicar ao órgão ambiental do município.

Art. 111. Não havendo espaço adequado, no mesmo local para replantio das árvores, comprovado por análise feita por técnico legalmente habilitado, o responsável deverá doar mudas ao órgão ambiental do município para plantio em outra área da cidade.

CAPÍTULO VII - DA FAUNA

SEÇÃO I - DA FAUNA SILVESTRE

Art. 112. As espécies de animais silvestres autóctones, bem como os migratórios, em qualquer fase do seu desenvolvimento, seus ninhos, abrigos, criadouros naturais, habitats e ecossistemas necessários a sua sobrevivência, são bens públicos de uso restrito, sendo sua utilização a qualquer título ou sob qualquer forma, estabelecida pela presente lei.

Art. 113. Esta seção sobre a fauna silvestre tem por fim a sua preservação e a sua conservação com base nos conhecimentos taxonômicos, biológicos e ecológicos.

Art. 114. Compete ao Poder Público Municipal:
I - facilitar e promover o desenvolvimento e difusão de pesquisas e tecnologias;
II - instituir programas de estudo da fauna silvestre, promovendo controle estatístico mediante convênio com entidades públicas ou privadas de ensino e pesquisa, organizações não governamentais - ONG’s - e/ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP’s;
III - estabelecer programas de educação formal e informal, visando à formação de consciência ecológica quanto à necessidade de preservação e conservação do patrimônio faunístico, promovendo a fiscalização da fauna silvestre, espécies raras ou endêmicas e ameaçadas de extinção;
IV - incentivar os proprietários de terras à manutenção de ecossistemas que beneficiem a sobrevivência e o desenvolvimento da fauna silvestre autóctone;
V - criar e manter áreas de preservação, visando à proteção e à preservação de espécies da fauna silvestre autóctone, residentes ou migratórias;
VI - manter cadastro de pesquisadores, criadores e comerciantes que de alguma forma utilizem os recursos faunísticos do município, mantendo um banco de dados sobre a fauna silvestre;
VII - exercer o poder de polícia em ações relacionadas à fauna silvestre no município de São Leopoldo, quer em áreas públicas ou privadas.
Art. 115. São instrumentos da política sobre a fauna silvestre:
I - a pesquisa sobre a fauna;
II - a Educação Ambiental;
III - o zoneamento ecológico;
IV - o incentivo à preservação faunística;
V - o monitoramento e a fiscalização dos recursos faunísticos;
VII - as listas de animais silvestres com espécies raras ou ameaçadas de extinção e endêmicas;
VIII - programas de recuperação e manutenção dos habitats necessários à sobrevivência da fauna;
IX - as Unidades de Conservação - UC’s;
X - o licenciamento ambiental.

Art. 116. O transporte de animais silvestres no município, ou para fora de seus limites, necessitará licença prévia da autoridade competente, exceto em caso previsto na legislação.

Art. 117. A construção de quaisquer empreendimentos que provoquem interrupção de qualquer natureza do fluxo de águas naturais só será permitida quando forem tomadas medidas propostas por estudos que garantam a reprodução das distintas espécies da fauna aquática autóctone.

Parágrafo Único. Para os empreendimentos já existentes serão exigidos os estudos referidos no caput para a renovação da Licença de Operação - LO.

Art. 118. Todas as derivações de águas superficiais deverão ser dotadas de dispositivos que evitem danos irreversíveis à fauna silvestre.

Art. 119. Os animais silvestres autóctones, ou não, que estejam em desequilíbrio no ambiente natural causando danos significativos à saúde pública e animal e à economia municipal deverão ser manejados após estudo e recomendação do órgão competente.

Art. 120. A reintrodução e recomposição de populações de animais silvestres, inclusive aqueles apreendidos pela fiscalização, só poderão ser efetuadas com o aval do órgão competente.

Art. 121. Os animais nascidos nos criadouros comerciais e seus produtos poderão ser comercializados, tomadas as precauções para que isso não seja prejudicial à fauna silvestre nacional ou àquela protegida por tratados internacionais.

SEÇÃO II - DA FAUNA URBANA

Art. 122. A criação de cães, dentro dos limites de São Leopoldo, obedecerá às normas de segurança e contenção estabelecidas nesta lei.

Art. 123. São estabelecidas as seguintes diretrizes para a matéria, objeto desta lei:
I - cães de qualquer origem, raça e idade deverão ser vacinados anualmente contra raiva;
II - a condução de cães, em vias públicas, obedecerá a cautelas como uso de coleira e o porte de guia curta;
III - cães soltos, em vias públicas, serão recolhidos e esterilizados pelos setores competentes do Poder Público Municipal e, após, destinados a seu local de origem ou de seus proprietários, quando identificáveis;
IV - normas específicas para a criação de cães em residências particulares e em canis;
V - limpeza de dejetos de alimentação e fezes de cães, a serem dispostos como resíduos sólidos domiciliares orgânicos;
VI - proibição de veiculação de propaganda que exalte a ferocidade dos cães ou dêem destaque, a esse respeito, a determinada raça;
VII - proibição de atos de crueldade, em seu sentido mais amplo, para com animais;
VIII - proibição de rinhas envolvendo animais;
IX - instalações para criação, manutenção, reprodução e comercialização de cães obedecerá as normas do Título III do Capítulo VII, Seção V desta lei;
X - responsabilidade do proprietário, do criador e daqueles que dispõem da guarda de cães pelos danos causados pelos animais a pessoas, outros animais e ao patrimônio de terceiros;
XI - comunicação de doenças, especialmente no caso de raiva canina - hidrofobia, aos órgãos competentes da Vigilância Sanitária.

Art. 124. O descumprimento destas diretrizes e de suas normas decorrentes sujeita os responsáveis às penalidades previstas.

Art. 125. O município de São Leopoldo promoverá a informação e orientação e exercerá a fiscalização ao cumprimento do previsto nesta lei, através dos órgãos que possuem atribuições para o exercício de fiscalização e orientação.

§ 1.º Nos parques ficará a cargo do órgão ambiental do município.

§ 2.º Nas praças, vias e logradouros públicos ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAD, com o auxílio da Secretaria Municipal de Segurança Pública - SEMUSP.

Art. 126. O município de São Leopoldo fica autorizado a estabelecer convênios e parcerias com entidades públicas ou privadas, bem como fazer uso dos organismos estaduais de segurança pública, para o fiel cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 127. As disposições desta lei, no que couberem, se aplicam a todas as espécies animais da fauna urbana.

SEÇÃO III - DO ADESTRAMENTO

Art. 128. O cão de qualquer raça ou porte usado para guarda de patrimônio público ou privado deverá ser adequadamente adestrado por pessoas especializadas para este fim.

SEÇÃO IV - DA CONDUÇÃO DE CÃES EM VIAS PÚBLICAS E CRIAÇÃO EM RESIDÊNCIAS E CANIS

Art. 129. Os cães devem ser conduzidos, em locais públicos ou em veículos, contidos com guias curtas, coleira e em caixas especiais de transporte, quando necessário.

Art. 130. Os cães devem ser mantidos em condições adequadas à sua contenção, sob vigilância do responsável, de modo a tornar impossível a evasão.

§ 1.º Os pátios cercados com grades, ou outro tipo de cercamento, deverão oferecer segurança àqueles que transitam pelas calçadas, ou àqueles que residem em casas vizinhas.

§ 2.º É obrigação de todo proprietário ou responsável pela criação ou guarda de cães, independente de raça ou porte, mantê-lo em cercamento adequado, protegendo-o contra atropelamentos, doenças, agressões de/ou contra outros animais ou seres humanos e também para evitar a procriação indiscriminada.
SEÇÃO V - DA CRIAÇÃO, MANUTENÇÃO, REPRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE CÃES

Art. 131. O criador, proprietário ou responsável pela guarda do animal, responderá, conforme a lei civil, pelos danos físicos e materiais, decorrentes de agressão do animal a qualquer pessoa, seres vivos ou bens de terceiros.

§ 1.º Considerar-se-á como dano à perturbação a vizinhos aquela produzida por latidos dos cães, constatada a frequência e o alcance do ruído, bem como o mau cheiro oriundo da má conservação dos espaços onde os mesmos se encontram.

§ 2.º A criação, o alojamento e a manutenção de mais de cinco cães, com idade superior a 120 - cento e vinte - dias, caracterizará canil de propriedade privada, cujo funcionamento estará vinculado à liberação de licença ambiental, emitida pelo órgão ambiental do município.

§ 3.º Após vistoria das condições das instalações, destinado aos dejetos e resíduos, bem como a higiene em geral, deverá ser constatado, pelo Agente de Fiscalização Ambiental do órgão ambiental do município, se há técnico ou médico veterinário responsável pelas boas condições dos animais.

§ 4.º Aos estabelecimentos que comercializem cães são aplicadas as normas anteriores, no que couberem, assim como alvará, emitido por órgão responsável do município, renovável anualmente.

Art. 132. Poder Público Municipal não aplicará penalidade administrativa ao caso de ataque de cães a pessoas, se a agressão se der em decorrência de invasão ilícita da propriedade que o cão esteja guardando ou se for realizada em defesa de seu condutor.

Art. 133. Em caso de morte do animal, cabe ao proprietário ou responsável a disposição adequada de seus restos.

SEÇÃO VI - DOS CÃES CONDUZIDOS OU SOLTOS EM VIAS PÚBLICAS

Art. 134. A condução de cães por vias públicas obedecerá à exigência de porte de guia curta e coleira.

Parágrafo Único. Para os cães de raças notoriamente violentas e perigosas é obrigatório também, quando de sua condução em parques, praças ou vias públicas, o uso do equipamento de segurança conhecido como "focinheira".

Art. 135. Os responsáveis pela condução de cães em parques, praças e ruas são responsáveis pela limpeza e remoção das fezes geradas pelos animais.

Art. 136. No exercício de suas funções de acompanhante, cães guias de pessoas portadoras de deficiência física, desde que devidamente adestrados para este fim, terão livre acesso e permanência em locais públicos e privados de uso coletivo, bem como a veículos de transporte coletivo.

SEÇÃO VII - DO CONTROLE DO TRANSPORTE COM TRAÇÃO ANIMAL

Art. 137. Nenhum veículo de transporte com tração animal poderá trafegar pelas ruas urbanas do município não estando devidamente registrado e emplacado, bem como com o animal que o conduz regularmente identificado.

Art. 138. Aos condutores de veículo de tração animal será fornecido, pelo órgão municipal responsável pela mobilidade urbana, após vistoria do veículo e do animal, um cartão de identificação pessoal, credenciando-o à execução de transporte.
Art. 139. O registro dos veículos de tração animal, a concessão da respectiva placa e do credenciamento dos condutores, bem como o cadastro dos animais, serão fornecidos pelo órgão municipal responsável pela mobilidade urbana.

Art. 140. O veículo de tração animal que trafegar sem o devido registro e emplacamento, e sem o registro do animal, será imediatamente apreendido, condicionando-se a sua liberação ao cumprimento do que determinado em legislação complementar.

Art. 141. Somente poderá conduzir veículo de tração animal a pessoa que portar o cartão de identificação, referido no artigo 138, e a documentação do animal, sujeitando-se à apreensão do veículo em caso de descumprimento.

Art. 142. Todo veículo de tração animal que trafegar no município deverá apresentar, nas partes frontal e traseira, as chamadas sinaleiras “olho de gato”, tornando-se exigência indispensável ao respectivo registro.

Art. 143. As placas dos veículos de tração animal deverão ser pintadas com luz fosforescente, possibilitando melhor visualização e identificação à noite.

CAPÍTULO VIII - DO IMPACTO VISUAL AO AR LIVRE

Art. 144. São objetivos do Código Municipal de Meio Ambiente e Zoneamento Ambiental no tocante à poluição visual ao ar livre:
I - ordenar a exploração ou utilização dos veículos de divulgação;
II - elaborar e implementar normas para a construção e instalação dos veículos de divulgação;
III - a proteção da saúde, segurança e o bem-estar da população;
IV - estabelecer o equilíbrio entre o direito público e privado, visando ao bem da coletividade.

Art. 145. A exploração ou utilização de veículos de divulgação presentes na paisagem e visíveis de locais públicos deverá possuir prévia autorização do órgão ambiental competente e não poderão ser mudados de locais sem o respectivo consentimento. Revogado pela Lei 6.628/08

Art. 146. Constituem objetivos do controle da poluição visual no município de São Leopoldo o atendimento ao interesse público, em consonância com os direitos fundamentais da pessoa humana e as necessidades de conforto ambiental, com a melhoria da qualidade de vida urbana, assegurando, dentre outros, os seguintes:
I - o bem-estar estético, cultural e ambiental da população;
II - a segurança das edificações e da população;
III - a valorização do ambiente natural e construído;
IV - a segurança, a fluido e o conforto nos deslocamentos de veículos e pedestres;
V - a percepção e a compreensão dos elementos referenciais da paisagem;
VI - a preservação da memória cultural;
VII - a preservação e a visualização das características peculiares dos logradouros e das fachadas;
VIII - a preservação e a visualização dos elementos naturais tomados em seu conjunto e em suas peculiaridades ambientais nativas;
IX - o fácil acesso e utilização das funções e serviços de interesse coletivo nas vias e logradouros;
X - o equilíbrio de interesses dos diversos agentes atuantes na cidade para a promoção da melhoria da paisagem do município. Revogado pela Lei 6.628/08

Art. 147. Todo anúncio deverá respeitar a vegetação arbórea, definida por normas específicas constantes nesta lei.
Art. 148. Visando à observação do princípio da precaução, das normas de saúde e ambientais, a instalação de Estações Rádio Base – ERB’s, Mini-Estações de Rádio Base, Torres, Sistemas de Rádio-Transmissão e equipamentos afins, autorizadas e homologadas, respectivamente, pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, seguirá as premissas desta lei.

Art. 149. As Estações de Rádio-Base - ERB’s - e equipamentos afins, por esta lei, não se caracterizam como locais de trabalho, devendo ser transitória a permanência de trabalhadores no local.

Art. 150. Excetuam-se do estabelecido no artigo 148 os sistemas transmissores e receptores associados a:
I - radares militares e cívicos, com propósito de defesa ou controle de tráfego aéreo;
II - radioamador, faixa do cidadão.

Art. 151. A implantação de Estações Rádio-Base - ERB’s - e equipamentos afins deverá observar as seguintes diretrizes:
I - prioridade na implantação de Estações Rádio-Base - ERB’s - e equipamentos afins em topos e fachadas de prédios ou construções e equipamentos existentes, desde que autorizada pelo proprietário;
II - promoção do compartilhamento de infra-estrutura na implantação de Estações Rádio-Base - ERB’s - e equipamentos afins;
III - integração à paisagem urbana dos equipamentos das Estações Rádio-Base - ERB’s - e equipamentos afins com as edificações existentes, mediante a pintura dos equipamentos em conformidade com o ambiente, ressalvadas as eventuais exigências legais impostas pelo COMAR;
IV - prioridade na utilização de equipamentos de infra-estrutura já implantados, a exemplo de redes de iluminação pública e de distribuição de energia.

§ 1.º O município de São Leopoldo poderá autorizar, mediante remuneração e/ou contrato, a implantação de Estações Rádio-Base - ERB’s - e equipamentos afins em redes de infra-estrutura, equipamentos e espaços públicos.

§ 2.º Nos casos previstos no parágrafo anterior, a autorização estará condicionada à elaboração de um laudo de avaliação ambiental e ao compromisso de compartilhamento da infra-estrutura com outros interessados, mesmo que haja necessidade de adaptação das instalações.

§ 3.º O laudo de avaliação ambiental que trata o parágrafo anterior terá seus critérios técnicos definidos por norma complementar ou critério técnico do órgão ambiental do município.

§ 4.º Os casos não contemplados nesta lei serão analisados pelo órgão municipal competente.

Art. 152. A instalação de antenas em topos de edifícios e/ou edificações permanentes é admitida desde que:
I - as emissões de ondas eletromagnéticas não sejam direcionadas para o interior da edificação na qual se encontram instaladas, nem para a fachada dos prédios lindeiros, em conformidade com a legislação vigente;
II - sejam garantidas condições de segurança para as pessoas que acessarem o topo do edifício e/ou edificação permanente.

Art. 153. Os responsáveis pela instalação das Estações Rádio-Base - ERB’s - e equipamentos afins em torres poderão ser obrigados a adotar tratamento paisagístico, sempre que o órgão licenciador julgar necessária a proteção paisagística da área.
Art. 154. As áreas de Estações Rádio-Base - ERB’s - e equipamentos afins deverão ser delimitadas com proteção que impeça o acesso de pessoas não autorizadas, mantendo suas áreas devidamente isoladas e aterradas, garantindo que os locais sejam sinalizados com placas de advertência.

Parágrafo Único. As placas de advertência deverão estar em local de fácil visibilidade, seguir padrão estabelecido pelo Poder Público Municipal e conter o nome do empreendedor, telefone para contato, nome e qualificação do profissional responsável, bem como o número da licença de operação e sua validade.

Art. 155. A desobediência à legislação ambiental e sanitária implicará a aplicação das penalidades estabelecidas na legislação municipal em vigor, sem prejuízo da legislação relativa aos crimes ambientais.

CAPÍTULO X - DA ATIVIDADE RURAL E PESQUEIRA

SEÇÃO I - DA ATIVIDADE RURAL

Art. 156. Consideram-se dano ambiental de natureza rural todos os efeitos adversos ao meio ambiente decorrentes da prática de atividades rurais, tais como:
I - contaminação do solo, do subsolo, das águas, dos produtos agropecuários, das pessoas e dos animais, devido ao uso e a manipulação inadequados de agrotóxicos e/ou fertilizantes;
II - disposições de embalagem de agrotóxicos sobre o solo, deixando de fazer a entrega ao sistema de coleta de resíduos rurais;
III - disposição de resíduos orgânicos de animais, particularmente suínos, sobre o solo e nos corpos d’água, exceto através de técnicas adequadas, aprovadas pelo órgão ambiental do município, precedidas de digestão em instalações apropriadas.

Art. 157. O órgão ambiental do município, articulado com o Órgão Gestor Municipal de Educação Ambiental - OGEA, desenvolverá programas de extensão rural e conscientização específicos para o controle dos danos ambientais de natureza rural.

Art. 158. O município de São Leopoldo legislará sobre o uso e armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins.

Art. 159. O comércio e o uso de agrotóxicos e outros biocidas somente serão permitidos mediante prescrição por profissional legalmente habilitado, através da utilização de receituário.

Art. 160. É da competência da Vigilância Ambiental, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAD, a fiscalização do cumprimento da legislação pertinente à matéria.

SEÇÃO II - DA ATIVIDADE PESQUEIRA

Art. 161. A atividade pesqueira pode efetuar-se:
I - com fins comerciais, quando tem por finalidade realizar atos de comércio, na forma da legislação em vigor;
II - com fins desportivos ou de lazer, quando praticada com caniço, linha de mão ou com quaisquer outros permitidos pela autoridade competente e que, em nenhuma hipótese, venha a importar em atividade comercial;
III - com fins científicos, quando exercida unicamente com vistas à pesquisa, realizada por instituições ou pessoas devidamente habilitadas para este fim.

Art. 162. São de domínio público todos os animais, vegetais e demais organismos vivos que se encontrem nas águas dominiais.
Art. 163. A pesca pode ser exercida, obedecidos aos atos emanados do órgão ambiental competente da Administração Pública, em regime de acordo.

§ 1.º A relação das espécies, seus tamanhos mínimos e épocas de proteção serão fixados pelas autoridades competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.

§ 2.º A pesca pode ser proibida, transitória ou permanentemente, em águas de domínio público ou privado.

§ 3.º Nas águas de domínio privado, a pesca requer licenciamento ambiental e o consentimento expresso ou tácito dos proprietários, conforme a Lei n.º 10.406, de 01 de janeiro de 2002 - Código Civil Brasileiro.

Art. 164. O proprietário ou concessionário de represas em cursos d'água, além de outras disposições legais, é obrigado a tomar medidas de proteção à fauna.

Art. 165. Serão determinadas medidas de proteção à fauna em quaisquer obras que importem na alteração do regime dos cursos d'água, mesmo quando ordenadas pelo Poder Público Municipal.

Art. 166. As atividades de fiscalização serão desenvolvidas pelo órgão ambiental do município, podendo esta firmar convênio com instituições públicas e privadas, visando ao cumprimento da presente lei.

CAPÍTULO XI - DAS FONTES MÓVEIS DE POLUIÇÃO

Art. 167. As fontes móveis de poluição serão controladas, no que couber, pelo órgão ambiental do município.

Art. 168. O órgão ambiental do município, conforme critérios e prioridades a serem por ela estabelecidos, poderá exigir que as empresas proprietárias de frota de veículos apresentem plano de auto-fiscalização, de modo a evitar a circulação daqueles que apresentarem problemas de manutenção e emissão excessiva de poluentes, sem prejuízo da fiscalização cabível.

Art. 169. A frota de veículos da Administração Pública Municipal, bem como de suas concessionárias ou permissionárias, deverão ter progressivamente, seus motores regulados, de modo a reduzir a emissão de poluentes atmosféricos e atingir os padrões determinados pela legislação vigente.

§ 1.º Na aquisição de veículos novos, progressivamente, deverão ser considerados critérios de compras sustentáveis, visando à aquisição de veículos dotados da melhor tecnologia ambiental comercialmente disponível.

§ 2.º Progressivamente dar-se-á preferência ao uso de veículos movidos por insumos energéticos limpos, incluindo os combustíveis gerados a partir de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo - MDL.

Art. 170. Os veículos automotores de transporte coletivo em geral, emplacados em São Leopoldo, deverão ser equipados com tubos de descarga verticais.

§ 1.º A extremidade do tubo deverá estar situada atrás da carroceria, acima do nível de seu teto.

§ 2.º A extremidade do tubo de descarga deverá estar voltada para a parte de trás do veículo, formando curva maior ou igual a 60º - sessenta graus.

§ 3.º Para cumprimento desta lei os proprietários de tais veículos disporão de 180 - cento e oitenta - dias para adequarem-se.
Art. 171. Os veículos inservíveis ou irreuperáveis, sucatas e acessórios de veículos, que estiverem expostos a intempéries, bem como sejam propícios à manutenção de vetores de doenças, ou forem abandonados nas vias e logradouros públicos, deverão ser mantidos em locais tecnicamente adequados ou ter sua destinação correta providenciada por seus proprietários ou geradores.

§ 1.º Os veículos, de que trata o caput deste artigo, deverão permanecer na forma em que foram adquiridos e suas partes, peças e acessórios somente poderão ser retirados no momento da transação comercial.

§ 2.º Na hipótese de transgressão pelo proprietário ou gerador, e vindo o Poder Público efetuar esta destinação, o custo correspondente será cobrado em dobro, sem prejuízo das sanções cabíveis.

SEÇÃO I - DA INSPEÇÃO E DA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS EM USO

Art. 172. A emissão de fumaça preta não poderá superar o padrão de emissão estabelecido por regulamento específico.

Art. 173. Os responsáveis pelo lançamento de fumaça, além do estabelecido nesta lei, ficarão sujeitos às cominações previstas na legislação vigente.

CAPÍTULO XII - DO PATRIMÔNIO GENÉTICO

Art. 174. Conforme o disposto nos artigos 23 e 30 da Constituição Federal de 1988 e artigo 13 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, o município de São Leopoldo, desde que comprovado o interesse local, poderá legislar sobre a proteção do patrimônio genético municipal.

Art. 175. Compete ao município a manutenção da biodiversidade pela garantia dos processos naturais que permitam a conservação dos ecossistemas ocorrentes no território municipal.

Art. 176. Para garantir a proteção de seu patrimônio genético compete ao município de São Leopoldo:
I - manter um sistema municipal de áreas protegidas representativo dos diversos ecossistemas ocorrentes no seu território;
II - promover a preservação de amostras dos diversos componentes de seu território genético e de seus habitantes.

TÍTULO IV - DO ZONEAMENTO AMBIENTAL

Art. 177. O zoneamento ambiental fixa as regras de ordenamento do território, tendo como referências as características dos ambientes naturais. Revogado pela Lei 6.628/08

Parágrafo Único. A zona de proteção ambiental corresponde à porção do território com predominância de áreas de ambiente natural, com utilização compatível com a preservação ambiental e ocupação controlada.

Art. 178. A delimitação da zona de proteção ambiental tem como objetivos:
I - manter e melhorar a qualidade ambiental do município;
II - garantir a preservação do ambiente natural;
III - propiciar o lazer da população, compatível com a preservação ambiental;
IV - recuperar as áreas ambientalmente degradadas;
V - contribuir com o desenvolvimento sustentável.
CAPÍTULO I - DO PARCELAMENTO DO SOLO

Art. 179. Os projetos de parcelamento do solo deverão estar aprovados pelo órgão ambiental do município, para efeitos de instalação e ligação de serviços de utilidade pública, bem como para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 1.º O registro em cartório de imóveis só poderá ser realizado após o julgamento pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA - dos Recursos Administrativos interpostos contra as decisões do órgão ambiental do município, os quais deverão ser definitivamente julgados no prazo máximo de 90 - noventa - dias, a partir da data de sua interposição, sem prejuízo de recursos na esfera judicial.

§ 2.º As atribuições previstas neste artigo não excluem outras necessárias à aprovação dos projetos de parcelamento do solo e serão exercidas sem prejuízo das de outros órgãos ou entidades competentes.

Art. 180. A aprovação de projetos de parcelamento do solo para loteamento e desmembramentos fica condicionada à arborização das vias, se necessário, e dos locais destinados às áreas verdes, sob responsabilidade do empreendedor.

Art. 181. No caso de passeio lindeiro ao terreno onde se pretende construir já estar arborizado, deverá o projeto arquitetônico prever o aproveitamento da arborização existente.

Art. 182. Para proteção das árvores plantadas nas vias públicas do município, o Poder Público Municipal poderá receber protetores ofertados por pessoas jurídicas e pessoas físicas.

(Art. 183. Mediante convênio, o Poder Público Municipal poderá conceder o uso e manutenção de canteiros na zona urbana do município.

CAPÍTULO II - DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DAS EDIFICAÇÕES

Art. 184. O órgão ambiental do município, conjuntamente com os órgãos competentes do Poder Público Municipal, fixará normas para aprovação de projetos de edificações públicas e privadas, objetivando o uso coerente e sustentável da água e da energia elétrica.

Art. 185. Os proprietários e/ou usuários de edificações ficam obrigados a cumprir as normas determinadas pelas autoridades ambientais e sanitárias competentes.

Art. 186. Sem prejuízo de outras licenças exigidas em lei, estão sujeitos à aprovação do órgão ambiental do município os projetos de construção, reconstrução, reforma e ampliação de edificações destinadas a:

I - manipulação, industrialização, armazenagem e comercialização de produtos químicos e farmacêuticos;
II - atividades que produzam elementos poluentes que possam contaminar pessoas ou degradar o meio ambiente;
III - indústrias de qualquer natureza;
IV - espetáculos ou diversões públicas, quando potenciais produtores de ruídos. Revogado pela Lei 6.628/08.

CAPÍTULO III - DAS ÁREAS DE USO ESPECIAL

Art. 187. São áreas objeto de especial proteção:

I - as áreas adjacentes às Unidades de Conservação - UC's;
II - as áreas reconhecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO - como Reservas da Biosfera;
III - os bens tombados pelo Poder Público;
IV - as áreas de interesse ecológico, cultural, turístico e científico, assim definidas pelo Poder Público;
V - os banhados.

Parágrafo Único. Em função das características específicas de cada uma dessas áreas, o órgão competente estabelecerá exigências e restrições de uso.

Art. 188. Para o entorno das Unidades de Conservação - UC’s - serão estabelecidas pelo órgão ambiental do município normas específicas para a sua utilização, recuperação e conservação ambiental.

Art. 189. Toda e qualquer Área de Preservação Permanente - APP - ou de reserva legal será considerada de relevante interesse social e não ociosa, devendo ser averbada na matrícula imóvel.

CAPÍTULO IV - DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - UC’s

Art. 190. O município criará e manterá Unidades de Conservação - UC’s - para a proteção dos recursos ambientais, conforme legislação específica.

Art. 191. O enquadramento das Unidades de Conservação - UC’s - em categorias de manejo será baseado em critérios técnico-científicos e submetido a reavaliações periódicas, podendo ser criadas novas categorias.

Art. 192. As Unidades de Conservação - UC’s - serão criadas por ato do Poder Público, devendo esta ser precedida de estudos técnico e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade.

Art. 193. A alteração adversa, tais como a redução da área ou a extinção dos espaços territoriais especialmente protegidos somente será possível mediante Lei Municipal específica.

Art. 194. O Poder Público Municipal poderá reconhecer, na forma da lei, Unidades de Conservação - UC’s - de domínio privado.

Parágrafo Único. Até que seja elaborado o plano de manejo destas áreas, as atividades e obras desenvolvidas nas Unidades de Conservação - UC’s - devem se limitar àquelas necessárias a garantir a integridade dos recursos e ao cumprimento dos seus objetivos.

Art. 195. As áreas verdes públicas e as áreas verdes especiais serão regulamentadas por ato do Poder Público Municipal.

§ 1.º São áreas prioritárias para conservação no município de São Leopoldo a Base Ecológica do Rio Velho, o Parque Henrique Luiz Roessler - “Matinho do Padre Reus”, a Mata do Daniel, o Morro do Paula, além de outras que venham a ser criadas.

§ 2.º Integra o espaço territorial especialmente protegido do município de São Leopoldo, como Unidade de Conservação - UC, o Parque Natural Municipal Imperatriz Leopoldina.

§ 3.º Deverão constar no ato do Poder Público Municipal a que se refere o caput deste artigo diretrizes para a regularização fundiária, demarcação e fiscalização adequadas, bem como a indicação da respectiva área do entorno.

Art. 196. Cada Unidade de Conservação - UC, dentro de sua categoria,
disporá sempre de um plano de manejo, no qual será definido o zoneamento da unidade e sua utilização, sendo vedadas quaisquer alterações, atividades ou modalidades estranhas ao respectivo plano.

§ 1.º O plano de manejo de cada Unidade de Conservação - UC - deverá estar elaborado em no máximo 3 - três - anos após a sua criação.

§ 2.º O plano de manejo poderá ser revisto a qualquer tempo, respeitando seus princípios básicos.

Art. 197. A pesquisa científica no interior das Unidades de Conservação - UC’s - será autorizada pelo órgão administrador, visando ao conhecimento sobre a biodiversidade e demais atributos preservados e a consequente adequação dos planos de manejo, não podendo colocar em risco a sobrevivência das suas populações.

Art. 198. As atividades de educação ambiental nas Unidades de Conservação - UC’s - somente serão desenvolvidas mediante autorização e supervisão do órgão administrador das mesmas, devendo ser desenvolvidas em todas as categorias de manejo.

Art. 199. A visitação pública só será permitida no interior das Unidades de Conservação - UC’s - dotadas de infra-estrutura adequada e nas categorias que a permitam, ficando restritas áreas previstas no plano de manejo.

Art. 200. O município deverá destinar, anualmente, recursos orçamentários específicos para a implantação, manutenção e uso adequado das Unidades de Conservação Municipais.

Art. 201. As Unidades de Conservação Municipais poderão receber recursos ou doações provenientes de organizações privadas, empresas públicas ou de pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 202. Os recursos obtidos com a cobrança de ingressos, com a utilização das instalações e dos serviços das Unidades de Conservação - UC’s, somente poderão ser aplicados na implantação, manutenção ou nas atividades das Unidades de Conservação - UC’s.

Art. 203. Nas Unidades de Conservação Municipais é proibido qualquer atividade ou empreendimento, público ou privado, que danifique ou altere direta ou indiretamente a flora, a fauna, a paisagem natural, os valores culturais e os ecossistemas, salvo aquelas definidas para cada categoria de manejo.

CAPÍTULO V - DOS ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

Art. 204. São considerados de interesse ambiental, as matas ciliares, os banhados, inclusive os internos aos diques, os morros e as demais Áreas de Preservação Permanente - APP’s - definidas em lei, particularmente aqueles sujeitos à inundação, erosão ou que possam acarretar transtornos à coletividade e prejuízos ambientais, através de seu uso inadequado, além das florestas, capões e matas, constituidas por árvores nativas, bem como toda a vegetação natural de seu interior.

Art. 205 É competência do Poder Público Municipal, observando as demais legislações incidentes sobre o assunto:
I - garantir a proteção à faixa de preservação permanente;
II - manifestar-se sobre a viabilidade técnica de obras viárias e implantação de demais infra-estruturas urbanas;
III - incentivar a recuperação dos banhados e outras Áreas de Preservação Permanente - APP’s.
Art. 206. O Plano Diretor de Drenagem Urbana deverá prever a adoção de mecanismos de diminuição dos picos de cheias em locais de contribuição acentuada de águas pluviais nas várzeas dos rios, arroios e córregos e soluções alternativas.

Art. 207. Para todos os efeitos, os banhados, inclusive as internas aos diques, as nascentes e as Áreas de Preservação Permanente - APP’s - serão consideradas áreas não edificáveis.

Art. 208. Consideram-se de preservação permanente, além das definidas em legislação, as áreas, a vegetação nativa e demais formas de vegetação situadas:

I - ao redor das nascentes, ainda que intermitentes, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50m - cinqüenta - metros de largura;
II - no topo de morros;
III - os banhados, incluídos os isolados por diques;
IV - as que abriguem exemplares raros da fauna e flora;
V - as que sirvam de local de pouso ou reprodução de espécies migratórias;
VI - as paisagens notáveis;
VII - a cobertura vegetal que contribua para a resistência das encostas à erosão e a deslizamentos;
VIII - as encostas ou parte destas, com declividade superior a quarenta e cinco graus, equivalente a cem por cento na linha de maior decline;
IX - o entorno dos lagos ou reservatórios d’água naturais ou artificiais, em faixa com metragem mínima de:
   a) de 30m - trinta - metros, para os que estejam situados em áreas urbanas consolidadas;
   b) de 100m - cem - metros, para os que estejam em áreas rurais, exceto os cursos d’água que tenham até vinte hectares de superfície, cuja faixa marginal será de cinqüenta metros;

X - as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo do Rio dos Sinos e seus afluentes, desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:
   a) de 30m - trinta - metros para os cursos d’água de menos de 10m - dez - metros de largura;
   b) de 50m - cinqüenta - metros para os cursos d’água que tenham de 10m - dez - metros a 50m - cinqüenta metros - de largura;
   c) de 100m - cem - metros para os cursos d’água que tenham de 50m - cinqüenta - a 200m - duzentos - metros de largura.

§ 1.º Nas Áreas de Preservação Permanente - APP’s - não serão permitidas atividades que, de qualquer forma, contribuam para descaracterizar ou prejudicar seus atributos e funções essenciais.

§ 2.º As áreas consolidadas, conforme caracterização dada pelo órgão ambiental do município, serão disciplinadas pela Resolução CONAMA n.º 369, de 28 de março de 2006, ou por legislação que a substituir.

§ 3.º No caso de degradação de Áreas de Preservação Permanente - APP’s, poderá ser feito manejo visando a sua recuperação com espécies nativas, segundo projeto técnico aprovado pelo órgão ambiental competente.

CAPÍTULO VI - DO IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 209. A análise para localização dos usos na zona urbana se completará com a exigência de elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV.

Art. 210. Dependerão de elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV - e do respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - RIV, a serem submetidos à análise, aprovação de projeto para obtenção de licenciamento ou
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
Estado do Rio Grande do Sul

autorização de construção ou funcionamento nos órgãos municipais competentes, os seguintes empreendimentos e atividades privados ou públicos, tais como:

I - assistência médica sem internação, laboratórios de análises clínicas e patológicas, instalações radiológicas, de radioterapia, quimioterapia e quimioterapia;

II - clínicas veterinárias com internação ou guarda de animais;

III - serviços de diversões, incluindo boliche, restaurantes, boates, casas de festas e estabelecimentos com música ao vivo ou mecânica;

IV - creches e estabelecimentos de ensino pré-escolar, de ensino fundamental e não seriados, incluindo cursos de línguas, dança, música, artes marciais, academias de ginástica, com Área Construída Computável - ACC - igual ou superior a 2.500m² - dois mil e quinhentos metros quadrados;

V - estabelecimentos de ensino médio, superior e técnico-profissionalizantes e cursos preparatórios com Área Construída Computável - ACC - igual ou maior a 5.000m² - cinco mil metros quadrados;

VI - centros culturais, museus, entrepostos, armazéns, depósitos, centros comerciais, shopping centers, lojas de departamentos, supermercados e hipermercados, pavilhões de feiras e exposições com Área Construída Computável - ACC - igual ou superior a 10.000m² - dez mil metros quadrados;

VII - assistências médicas com internação com Área Construída Computável - ACC - igual ou superior a 15.000m² - quinze mil metros quadrados;

VIII - cinema, teatro, locais de culto e auditório com Área Construída Computável - ACC - acima de 2.000m² - dois mil metros quadrados;

IX - escritórios para prestação de serviços e meios de hospedagem em geral, exceto hotel-ressidência, residencias com serviço ou similares, com Área Construída Computável - ACC - acima de 10.000m² - dez mil metros quadrados;

X - edificações ou grupoamento de edificações com uso comercial ou misto, individual ou coletivo, com área edificável computável igual ou superior a 15.000 m² - quinze mil metros quadrados;

XI - edificações ou grupoamento de edificações com uso residencial e hotel-ressidência, residencias com serviço ou similares com área edificável computável igual ou superior a 20.000m² - vinte mil metros quadrados;

XII - edifícios garagem com Área Total Construída - ATC - igual ou superior a 10.000m² - dez mil metros quadrados;

XIII - garagens de veículos de transportes coletivos, de cargas, transportadoras ou táxis, com Área Total Construída - ATC - igual ou superior a 3.000m² - três mil metros quadrados - ou com Área de Terreno - AT - igual ou superior a 5.000m² - cinco mil metros quadrados;

XIV - lotamentos e condomínios com Área de Terreno - AT - igual ou superior a 50.000m² - cinqüenta mil metros quadrados;

XV - clubes recreativos ou desportivos com Área de Terreno - AT - de até 20.000m² - vinte mil metros quadrados;

XVI - edificações ou grupoamento de edificações com uso industrial, com Área Total Construída - ATC - igual ou superior a 4.000 m² - quatro mil metros quadrados - ou com Área de Terreno - AT - igual ou superior a 5.000 m² - cinco mil metros quadrados;

XVII - empreendimentos com uso extraordinário destinado a esportes e lazer, tais como parques temáticos, autódromos, estádios e complexos esportivos;

XVIII - empreendimentos que requeiram movimento de terra com volume igual ou superior a 30.000m³ - trinta mil metros cúbicos;

XIX - intervenções e empreendimentos que constituam objeto de uma operação urbana consorciada;

XX - terminais rodoviários, metroviários e hidroviários;

XXI - túneis, viadutos, garagens subterrâneas, vias expressas rodoviárias e metroviárias;

XXII - postos de abastecimento de combustíveis;

XXIII - intervenções que modificuem o sistema viário implantado ou previsto na legislação;

XXIV - estabelecimentos prisionais;

XXV - instalação de Estação de Rádio Base - ERB.
§ 1.º A aprovação e licenciamento de edificações unifamiliares ficam isenta da elaboração do EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV - e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - RIV.

§ 2.º A aprovação e licenciamento de edificações não enquadradas neste artigo deverão ser submetidos à avaliação setorial de órgãos municipais competentes.

§ 3.º O Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV - serão exigidos para aprovação de projetos de modificação ou ampliação sempre que a área a ser ampliada for maior do que 30% - trinta por cento - da área de projeto que se enquadrar em quaisquer das disposições deste artigo.

§ 4.º O Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV, também serão exigidos, para aprovação de projetos ou ampliações mesmo que a área a ser ampliada seja menor do que 30% - trinta por cento, quando o projeto existente, aprovado após a entrada em vigor desta lei, acrescido da área de ampliação, passar a se enquadrar nas metragens estabelecidas em qualquer das disposições deste artigo.

§ 5.º O Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV - será exigido mesmo que o empreendimento ou atividade esteja sujeito ao estudo de impacto ambiental, requerido nos termos da legislação ambiental.

Art. 211. O Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV - deverão ser elaborados de forma a permitir a avaliação dos impactos benéficos e dos adversos que um empreendimento ou atividade causará na sua vizinhança, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

I - adensamento populacional;
II - equipamentos urbanos e comunitários;
III - uso e ocupação do solo;
IV - valorização imobiliária;
V - geração de trânsito e demanda por transporte público;
VI - ventilação e iluminação;
VII - paisagem urbana e patrimônio natural e cultural;
VIII - nível de ruídos;
IX - qualidade do ar;
X - vegetação e arborização urbana;
XI - capacidade da infra-estrutura de saneamento.

Art. 212. O Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV - deverão conter, no mínimo, os itens abaixo, contemplando as questões relacionadas no artigo anterior:

I - apresentação das informações necessárias à análise técnica de adequação do empreendimento ou atividade às condições locais e de suas alternativas tecnológicas, contendo no mínimo indicação de:
   a)localização;
   b)atividades previstas;
   c)áreas, dimensões, volumetria e acabamento da edificação projetada;
   d)levantamento plani-altimétrico do terreno;
   e)mapeamento das redes de água pluvial, água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública e telefonia no perímetro do empreendimento;
   f)indicação de entradas, saídas, geração de viagens e distribuição no sistema viário;

II - descrição da área de vizinhança e da respectiva população residente, indicando no mínimo:
   a)levantamento dos usos e volumetria de todos os imóveis e estruturas existentes, localizados na área de vizinhança, conforme definida nesta lei;
   b)indicação das zonas de uso constantes da legislação de uso e ocupação do solo na área de vizinhança, conforme definida nesta lei;
c) indicação dos bens tombados em nível municipal, estadual e federal, na fração urbana e no raio de 100m - cem - metros contados do perímetro do imóvel ou imóveis onde o empreendimento está localizado;

III - compatibilização com planos e programas governamentais, com a legislação urbanística e ambiental e com a infra-estrutura urbana e o sistema viário na área de vizinhança, contemplando no mínimo os seguintes aspectos:
   a) demarcação de melhoramentos públicos, em execução ou aprovados por lei na vizinhança;
   b) certidão de diretrizes referentes à adequação ao sistema viário fornecida pelo órgão municipal competente;
   c) demonstração da viabilidade de abastecimento de água, de coleta de esgotos, de abastecimento de energia elétrica, declarada pela respectiva concessionária do serviço;

IV - identificação e avaliação dos impactos na área de vizinhança durante as fases de implantação, operação ou funcionamento e, quando for o caso, de desativação do empreendimento ou atividade, contendo no mínimo:
   a) destino final do material resultante do movimento de terra;
   b) destino final do entulho da obra;
   c) existência de arborização e de cobertura vegetal no terreno;
   d) produção e nível de ruído;

V - definição de medidas mitigadoras, compatibilizadoras e compensatórias;

VI - elaboração de programas de monitoramento dos impactos e da implementação de medidas mitigadoras.

§ 1.º A Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEPLAN, através da Diretoria de Urbanismo, responsável pela análise e aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV, expedirá Instrução Técnica - IT - com a definição dos requisitos necessários à elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV, de acordo com a natureza específica do empreendimento ou atividade, no prazo máximo de trinta dias a partir da protocolização do projeto para aprovação.

§ 2.º Constará da Instrução Técnica - IT, a indicação do número de exemplares do Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV - necessários para análise pelo órgão municipal competente e a serem entregues aos órgãos públicos que tiverem relação com o empreendimento ou atividade.

§ 3.º O Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV - deverá ser elaborado por equipe multidisciplinar, quando for o caso, cujos membros deverão estar devidamente credenciados na sua área de atuação, que se responsabilizará pelas informações, resultados e conclusões apresentadas.

§ 4.º A Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEPLAN - verificará a adequação do Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV - à Instrução Técnica - IT - expedida e deliberará sobre sua aceitação, num prazo máximo de dez dias a partir da sua entrega.

Art. 213. Durante o prazo da análise técnica do Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV, que deverá ser de, no máximo, 30 - trinta - dias, contados da data de anexação do respectivo estudo ao processo, caberá ao órgão municipal competente:
   I - exigir esclarecimentos e complementação de informações ao empreendedor, quando necessário, nos primeiros trinta dias do prazo de análise técnica, estipulado no caput deste artigo;
II - disponibilizar os documentos integrantes do Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV - para consulta pública após sua aceitação;

III - receber manifestações por escrito;

IV - realizar audiências públicas, sempre que solicitado de acordo com o disposto no § 2º deste artigo.

§ 1.º As exigências ao empreendedor a que se refere o inciso I, deste artigo suspenderão o prazo para análise técnica até que as mesmas sejam devidamente atendidas no prazo de noventa dias, findo o qual o projeto será indeferido, salvo quando a comissão julgar pertinente a prorrogação do prazo.

§ 2.º A audiência pública será realizada sempre que o órgão municipal competente julgar necessário ou por outros órgãos públicos municipais, por mais de cinco organizações não governamentais constituídas há mais de um ano com sede no município de São Leopoldo e documentação atualizada ou por requerimento de, no mínimo, cem cidadãos comprovadamente residentes, um por domicílio, titulares de imóveis na vizinhança do empreendimento ou da atividade em análise.

Art. 214. A análise técnica deverá ser consolidada em parecer técnico conclusivo, no prazo estipulado no caput do artigo 213 desta lei, contendo, no mínimo:

I - caracterização do empreendimento, atividade e da respectiva área;

II - legislação aplicável;

III - análise dos impactos ambientais previstos;

IV - análise das medidas mitigadoras e compensatórias propostas;

V - análise dos programas de monitoramento dos impactos e das medidas mitigadoras;

VI - conclusão sobre a aprovação, proibição ou determinação de exigências, se necessário, para concessão da licença ou autorização do empreendimento ou da atividade em questão.

Art. 215. Caberá ao Conselho Municipal do Plano Diretor - COMPLAD, ou ao órgão que o suceder, a apreciação dos recursos referentes às medidas compatibilizadoras e compensatórias para a adequação as condições locais.

Art. 216. Dar-se-á publicidade dos seguintes procedimentos da análise técnica, através de publicação em jornal do município e de disponibilização em página oficial da Prefeitura na rede mundial de computadores - INTERNET:

I - aceitação do Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV - e endereço, local e horários para sua consulta pública;

II - prazo de análise estipulado pelo órgão ambiental competente;

III - convocação de audiências públicas, quando for o caso;

IV - aviso de disponibilidade do parecer técnico conclusivo.

Art. 217. Para efeito desta lei, o empreendedor público ou privado, arcará com as despesas relativas à:

I - elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV - e fornecimento do número de exemplares solicitados na Instrução Técnica - IT - e de versão digital dos documentos com vistas à sua disponibilização na página oficial da Prefeitura na rede mundial de computadores - INTERNET;

II - cumprimento das exigências, quando necessário, de esclarecimentos e complementação de informações durante a análise técnica do Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV;

III - acesso público aos documentos integrantes do Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV e dos procedimentos de sua análise;

IV - realização de audiências públicas;

V - implementação das medidas mitigadoras e compensatórias e dos respectivos programas de monitoramento;
VI - cumprimento das exigências, quando necessário, para concessão da licença ou autorização.

CAPÍTULO VII - DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, CULTURAL, ECOLÓGICO E PAISAGÍSTICO

Art. 218. O município de São Leopoldo disporá de legislação própria em matéria de proteção e preservação do patrimônio histórico, cultural e natural do município, inclusive de tombamento.

Parágrafo Único. A Constituição Federal de 1988 dispõe que o patrimônio cultural brasileiro é constituído pelos bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, como sejam:

I - as formas de expressão;
II - os modos de criar, fazer, viver;
III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Art. 219. Com a finalidade de proteção do patrimônio natural de São Leopoldo, o órgão ambiental do município participará da promoção de medidas adequadas à preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural, ecológico e paisagístico.

TÍTULO V - DOS RECURSOS HÍDRICOS E ÁREAS ÚMIDAS

CAPÍTULO I - DA PROTEÇÃO ÀS ÁGUAS

Art. 220. As águas, consideradas nas diversas fases do ciclo hidrológico, constituem um bem natural indispensável à vida e às atividades humanas, dotado de valor econômico em virtude de sua qualidade limitada e aleatória disponibilidade temporal e espacial, e que, enquanto bem público de domínio público, deve ser por este gerido, em nome de toda a sociedade, tendo em vista seu uso racional sustentável.

Art. 221. A gestão das águas pelo Poder Público Municipal obedecerá às seguintes diretrizes:

I - a proteção das águas superficiais e subterrâneas contra ações que possam comprometer seu uso sustentável e o propósito de obtenção de melhoria gradativa e irreversível da qualidade das águas hoje degradadas;
II - a preservação e conservação dos ecossistemas aquáticos e dos recursos naturais conexos às águas;
III - a utilização racional das águas superficiais e subterrâneas assegurando o prioritário abastecimento das populações humanas e permitindo a continuidade e desenvolvimento das atividades econômicas;
IV - a adoção da bacia e sub-bacia hidrográfica como unidade básica de planejamento, desenvolvimento e intervenção, considerando o ciclo hidrológico na sua integridade;
V - a participação de usuários, comunidades, órgãos públicos, organizações educacionais e científicas na gestão dos recursos hídricos;
VI - a orientação e educação dos usuários acerca do uso racional e sustentável e do gerenciamento dos recursos hídricos;
VII - a divulgação sistemática dos dados de monitoramento quantitativo, bem como dos planos de bacia e sub-bacias hidrográficas;
VIII - a articulação intersetorial e interinstitucional compatibilizando as políticas incidentes;
IX - a reversão da cobrança pelo uso da água para as respectivas bacias. 

Art. 222. São instrumentos para a gestão dos recursos hídricos: 
I - os planos de bacias e sub-bacias hidrográficas; 
II - a outorga, tarifação e cobrança de uso da água; 
III - enquadramento dos recursos hídricos, aprovado pelo órgão ambiental competente; 
IV - o monitoramento da qualidade e quantidade; 
V - o licenciamento e a fiscalização; 
VI - sistema de informações; 
VII - a preservação das nascentes, dos banhados e demais corpos d'água do município.

Art. 223. Nos processos de outorga e licenciamento de utilizações de águas superficiais ou subterrâneas deverão ser obrigatoriamente considerados pelos órgãos competentes: 
I - as prioridades de uso estabelecidas na legislação vigente; 
II - a comprovação de que a utilização não causará poluição em níveis superiores aos estipulados pela legislação vigente ou desperdício das águas; 
III - a manutenção de vazões mínimas à jusante das captações de águas superficiais; 
IV - a manutenção de níveis históricos médios adequados para a manutenção da vida aquática e o abastecimento público, no caso de lagos, lagoas, banhados, águas subterrâneas e aquíferos em geral.

Art. 224. O ponto de lançamento de efluente industrial em cursos hídricos será obrigatoriamente situado à montante da captação de água do mesmo corpo d'água utilizado pelo agente de lançamento, ressalvados os casos de impossibilidade técnica, que deverão ser justificados perante o órgão licenciador.

Parágrafo Único. O somatório da emissão de efluentes pelos empreendimentos ou atividades não poderá ultrapassar a capacidade global de suporte dos corpos d'água.

Art. 225. Para efeitos de aplicação das disposições desta lei, referentes à outorga, licenciamento, autorização, monitoramento, fiscalização, estudo, planejamento e outras atividades de competência do Poder Público na gestão das águas, os recursos vivos dos corpos d'água naturais e os ecossistemas diretamente influenciados por este serão considerados partes integrantes das águas.

Art. 226. As propostas de enquadramento de águas interiores em classes de uso elaboradas pelos órgãos competentes deverão ser amplamente divulgadas e discutidas com a comunidade e entidades públicas ou privadas interessadas, antes de sua homologação final.

Art. 227. O órgão ambiental competente deverá considerar, obrigatoriamente, em seus processos de licenciamento, os efeitos que a captação de água ou o despejo de resíduos possam ter sobre mananciais utilizados para o abastecimento público de água potável, considerado como prioritário.

Parágrafo Único. Para a salvaguarda do abastecimento público deverão ser levadas em conta as manifestações dos respectivos órgãos colegiados competentes.

Art. 228. Nenhum descarte de resíduo poderá conferir ao corpo receptor características capazes de causar efeitos letais ou alteração de comportamento, reprodução ou fisiologia da vida.

Art. 229. A diluição de efluentes de uma fonte poluidora por meio da importação intencional de águas não poluídas de qualquer natureza, estranhas ao processo produtivo da fonte poluidora, não será permitida para fins de atendimento a padrões de lançamento final em corpos d'água naturais.
Art. 230. Os poços jorrantes e quaisquer perfurações de solo que coloquem a superfície do terreno em comunicação com aqüíferos ou com o lençol freático deverão ser equipados com dispositivos de segurança contra vandalismo, contaminação acidental ou voluntária e desperdícios, nos termos da regulamentação vigente.

Parágrafo Único. As perfurações desativadas deverão ser adequadamente tampadas pelos responsáveis, ou na impossibilidade da identificação destes, pelos proprietários dos terrenos onde estiverem localizadas.

Art. 231. Nas regiões de recursos hídricos escassos, a implantação de loteamentos, projetos de irrigação e colonização, distritos industriais e outros empreendimentos que impliquem intensa utilização de águas subterrâneas ou impermeabilização de significativas porções de terreno deverão ser feitos de forma a preservar ao máximo o ciclo hidrológico original, a ser observado no processo de licenciamento.

Art. 232. Na elaboração de Planos Diretores e outros instrumentos de planejamento e desenvolvimento urbano deverão ser indicados:
I - a posição dos lençóis de águas subterrâneas vulneráveis;
II - as áreas reservadas para o tratamento e o destino final das águas residuárias e dos resíduos sólidos, quando couber.

Parágrafo Único. O órgão ambiental municipal deverá manifestar-se sobre as áreas reservadas mencionadas no inciso II deste artigo, observada a legislação vigente.

Art. 233. Todos os esgotos deverão ser tratados previamente quando lançados no meio ambiente.

Parágrafo Único. Todos os prédios situados em logradouros que disponham de redes coletoras de esgotos sanitários deverão ser obrigatoriamente ligados a elas, às expensas dos proprietários, excetuando-se da obrigatoriedade prevista no caput apenas as situações de impossibilidade técnica, que deverão ser justificadas perante os órgãos competentes e quando estes comprovarem possuir sistema próprio técnica e ambientalmente mais eficaz que o disponibilizado para este fim.

Art. 234. Os responsáveis por incidentes ou acidentes que envolvam imediato ou potencial risco aos corpos d'água superficiais ou subterrâneos ficam obrigados a comunicar esses eventos, tão logo deles tenham conhecimento, ao órgão ambiental e também ao órgão encarregado do abastecimento público de água que possuir captação de água na área passível de comprometimento.

SEÇÃO I - DA OUTORGA DE USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Art. 235. Dependerá da outorga do uso da água qualquer empreendimento ou atividade que altere as condições quantitativas e qualitativas, ou ambas, das águas superficiais ou subterrâneas, observado o Plano Estadual de Recursos Hídricos e os planos de bacias e sub-bacias hidrográficas do Rio dos Sinos.

Parágrafo Único. A outorga será emitida pelo órgão Gestor de Recursos Hídricos mediante autorização ou licença de uso, quando referida a usos que alterem as condições quantitativas das águas.

Art. 236. A outorga de que trata o artigo anterior será condicionada às prioridades de uso estabelecidas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e no planos de bacias e sub-bacias hidrográficas do Rio dos Sinos.

Art. 237. São dispensados da outorga os usos de caráter individual para satisfação das necessidades básicas da vida, assim entendidos como o uso dos recursos hídricos por pequenos núcleos populacionais, as derivações, captações e lançamentos ditos insignificantes e as acumulações de volumes ditas insignificantes.
SEÇÃO II - DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Art. 238. Os valores arrecadados na cobrança pelo uso da água serão destinados a aplicações exclusivas e não transferíveis na gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica de origem:

I - a cobrança de valores está vinculada à existência de intervenções estruturais e não estruturais aprovadas para a respectiva bacia, sendo vedada a formação de fundos sem que sua aplicação esteja assegurada e destinada nos planos de bacias e sub-bacias hidrográficas do Rio dos Sinos;

II - até 8% - oito por cento - dos recursos arrecadados em cada bacia poderão ser destinados ao custeio dos respectivos Comitês e Agências da Região Hidrográfica;

III - até 2% - dois por cento - dos recursos arrecadados em cada bacia poderão ser destinados ao custeio das atividades de monitoramento e fiscalização do órgão ambiental do município desenvolvidas na respectiva bacia.

Art. 239. O valor da cobrança será estabelecido nos planos de bacias e sub-bacias hidrográficas do Rio dos Sinos, obedecidas as seguintes diretrizes gerais:

I - na cobrança pela derivação da água serão considerados:
   a) o uso a que a derivação se destina;
   b) o volume captado e seu regime de variação;
   c) o consumo efetivo;
   d) a classe de uso preponderante em que estiver enquadrado o corpo de água onde se localiza a captação;

II - na cobrança pelo lançamento de efluentes de qualquer espécie serão considerados:
   a) a natureza da atividade geradora do efluente;
   b) a carga lançada e seu regime de variação, sendo ponderados na sua caracterização, parâmetros físicos, químicos, biológicos e toxicidade dos efluentes;
   c) a classe de uso preponderante em que estiver enquadrado o corpo de água receptor;
   d) o regime e variação quantitativa e qualitativa do corpo de água receptor.

Parágrafo Único. No caso do inciso II, os responsáveis pelos lançamentos não ficam desobrigados do cumprimento das normas e padrões ambientais.

SEÇÃO III - DO RATEIO DE CUSTO DE OBRAS DE USO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Art. 240. As obras de uso múltiplo, ou de interesse comum ou coletivo, terão seus custos rateados, direta ou indiretamente, segundo critérios e normas a serem estabelecidos pelo regulamento desta lei, atendidos os seguintes procedimentos:

I - prévia negociação, realizada no âmbito do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica pertinente, para fins de avaliação do seu potencial de aproveitamento múltiplo e consequente rateio de custos entre os possíveis beneficiários;

II - previsão de formas de retorno dos investimentos públicos ou justificativa circunstanciada sobre a destinação de recursos a fundo perdido;

III - concessão de subsídios somente no caso de interesse público relevante e na impossibilidade prática de identificação de beneficiários para o consequente rateio de custos.

CAPÍTULO II - DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Art. 241. Incumbe ao Poder Público Municipal manter programas permanentes de proteção das águas subterrâneas, visando ao seu aproveitamento sustentável, e a privilegiar a adoção de medidas preventivas em todas as situações de ameaça potencial a sua qualidade.
§ 1.º Os órgãos competentes deverão utilizar recursos técnicos eficazes e atualizados para o cumprimento das disposições do caput, mantendo-os organizados e disponíveis aos interessados.

§ 2.º A vulnerabilidade dos lençóis d’água subterrâneos será prioritariamente considerada na escolha da melhor alternativa de localização de empreendimentos de qualquer natureza potencialmente poluidores das águas subterrâneas.

§ 3.º Os programas referidos no caput deverão, onde houver planos de bacia hidrográfica, constituir subprogramas destes, considerando o ciclo hidrológico na sua integralidade.

§ 4.º Toda a pessoa jurídica pública ou privada, ou física, que perfurar poço profundo no território municipal, deverá providenciar seu cadastramento junto aos órgãos competentes, mantendo completas e atualizadas as respectivas informações.

§ 5.º Nas áreas urbanas e de alta concentração industrial deverão ser delimitadas e cadastradas as áreas de proteção de poços utilizados para abastecimento público.

SEÇÃO I - DO CONTROLE DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Art. 242. Fica sob a responsabilidade do órgão ambiental municipal a instituição no âmbito local, do Sistema de Controle das Águas Subterrâneas.

Art. 243. São atribuições do Sistema de Controle das Águas Subterrâneas:
I - cadastrar poços tubulares, cacimbas e fontes existentes no município;
II - manter um banco de dados geológicos e hidrogeológicos do subsolo do município;
III - monitorar e controlar a contaminação dos aquíferos nas áreas de recarga, bem como em áreas que envolvam atividades urbanas, comerciais, industriais ou mineração;
IV - indicar áreas de menor risco de contaminação dos aquíferos para implantação de atividades poluidoras.

SEÇÃO II - DOS POÇOS TUBULARES PROFUNDOS

Art. 244. Fica criado o Cadastro de Poços Tubulares Profundos para utilização de água subterrânea.

Art. 245. Todo poço tubular profundo que vier a ser perfurado no município de São Leopoldo passará por prévia autorização ambiental e deverá ser cadastrado junto ao Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE.

§ 1.º O Cadastro acontecerá em duas etapas:
I - antes da perfuração será encaminhado requerimento de autorização ambiental para perfuração, apresentando a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - registrada junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/RS, e um croqui de localização do mesmo;
II - após a instalação do poço, no prazo máximo de 30 - trinta - dias, o Cadastro será completado com o Relatório Final do Poço.

§ 2.º Cada poço cadastrado deverá receber um número de identificação e será lançado em um mapa de localização, sendo parte integrante do Sistema de Controle das Águas Subterrâneas, coordenado pelo órgão ambiental municipal.

Art. 246. O Relatório Final do Poço deverá conter as seguintes informações:
I - local do poço e nome do proprietário da área;
II - nome do responsável pela perfuração;
III - projeto executado do poço com, no mínimo, as seguintes informações:
   a) revestimento;
   b) filtros e pré-filtros;
   c) especificação da bomba e motor;
   d) proteção sanitária;
IV - características físico-químicas e bacteriológicas da água.


Art. 248. Será permitido livre acesso ao local do poço aos funcionários do órgão ambiental municipal responsáveis pela fiscalização durante a perfuração e após a sua instalação.

Art. 249. As informações contidas no Cadastro deverão estar à disposição de todos que delas queiram fazer uso.

CAPÍTULO III - DOS PLANOS DE BACIA HIDROGRÁFICA

Art. 250. Os Planos de Bacias e Sub-Bacias Hidrográficas têm por finalidade operacionalizar, no âmbito de cada bacia e sub-bacia hidrográfica, por um período de 04 - quatro - anos, com atualizações periódicas bianuais, as disposições do Plano Estadual de Recursos Hídricos, compatibilizando os aspectos quantitativos e qualitativos dos corpos de água.

Art. 251. Serão elementos constitutivos dos Planos de Bacias e Sub-Bacias Hidrográfica:
   I - objetivos de qualidade a serem alcançados em horizontes de planejamento não inferiores ao estabelecido no Plano Estadual de Recursos Hídricos;
   II - programas das intervenções estruturais e não estruturais e sua espacialização;
   III - esquemas de financiamentos dos programas a que se refere o inciso anterior, através de:
      a) determinação dos valores cobrados pelo uso da água;
      b) rateio dos investimentos de interesse comum;
      c) previsão dos recursos complementares alocados pelos orçamentos públicos e privados na bacia.

TÍTULO VI - DO SANEAMENTO AMBIENTAL

Art. 252. A execução de medidas de saneamento básico residencial, comercial e industrial, essenciais à salubridade ambiental, constitui obrigação do Poder Público, da coletividade e do indivíduo, que para tanto, no uso da propriedade, no manejo dos meios de produção e no exercício de qualquer atividade, ficam obrigados ao cumprimento das determinações legais, regulamentares, recomendações e interdições ditadas pelas autoridades ambientais, sanitárias e outras competentes.

Art. 253. É obrigação do proprietário do imóvel a execução e manutenção de adequadas instalações residenciais, comerciais ou industriais ou qualquer outra para armazenamento, distribuição e abastecimento de água, esgotamento de efluentes líquidos e drenagem de águas, cabendo ao usuário do imóvel sua necessária conservação.

Art. 254. Compete ao Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE - o estabelecimento de normas, regras e padrões de uso e cobrança relativos à exploração comercial de água, oriunda de mananciais superficiais ou subterrâneos cujas origens, estejam ou não, nos limites do município, efetuada por quaisquer estabelecimentos e distribuídos por rede ou caminhões-pipa.
Art. 255. É vedado ao Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE - conceder isenção ou redução nas tarifas, taxas, contribuições de melhoria ou preços públicos por ele praticados, inclusive, órgãos da administração pública.

Parágrafo Único. Dos efeitos do caput deste artigo ficam excluídas as entidades beneficentes e de assistência social para as quais são aplicados descontos sobre tarifas e preços públicos referentes aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como taxas e contribuições de melhoria cobradas por todos os serviços prestados pelo Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE.

Art. 256. Fica o Poder Público autorizado a estabelecer normas e procedimentos para a redução dos volumes de água e dos valores das faturas que apresentem, em virtude de vazamentos de água nas instalações prediais, variações além da média dos volumes apurados nos últimos doze meses anteriores à ocorrência.

Art. 257. A utilização da rede de esgotos pluviais para o transporte e afastamento de esgotos sanitários somente será permitida mediante licenciamento pelo órgão ambiental municipal e cumpridas as seguintes medidas:
I - será progressivamente implantada a exigência do tratamento prévio ao lançamento dos esgotos na rede;
II - o processo de tratamento deverá ser dimensionado, implantado, operado e conservado conforme critérios e normas estabelecidas pelos órgãos municipais e estaduais competentes ou, na inexistência destes, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
III - qualquer que seja o processo de tratamento adotado deverão ser previamente definidos todos os critérios e procedimentos necessários ao seu correto funcionamento, em especial: localização, responsabilidade pelo projeto, operação, controle e definição do destino final dos resíduos sólidos gerados no processo;
IV - as bocas de lobo e outras singularidades da rede condutora da mistura de esgotos deverão possuir dispositivos que minimizem o contato direto da população com o líquido transportado.

Art. 258. A utilização das redes de esgoto pluviais, cloacais ou mistas para lançamento de efluentes industriais in natura ou semi-tratados só será permitida mediante licenciamento pelo órgão ambiental e cumpridas as seguintes exigências:
I - as redes deverão estar conectadas a um sistema adequado de tratamento e disposição final;
II - os despejos deverão estar isentos de materiais ou substâncias tóxicas, inflamáveis, interferentes ou inibidoras dos processos de tratamento, danificadoras das instalações das redes ou sistemas de tratamento, produtoras de odores ou obstrutoras de canalizações, seja por ação direta ou por combinação com o líquido transportado.

CAPÍTULO I - DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Art. 259. Os volumes de água consumida serão mensurados através de equipamentos próprios, tecnicamente aprovados pelo Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE, para efeito de controle e cobrança pelos serviços prestados.

§ 1.° A partir desta lei, todas as novas construções multi-pavimentadas deverão possuir sistema individualizado de medição de água, promovendo a racionalização e o combate ao desperdício.

§ 2.° Os equipamentos de medição de volume mencionados no caput deste artigo deverão ser instalados conforme as normas técnicas fixadas pelo Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE, sendo de responsabilidade do usuário a preservação de condições físicas para seu correto funcionamento.

§ 3.° Sempre que julgar conveniente, o Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE - procederá aferições, revisões, reparos ou trocas dos equipamentos de medição de volume, apropriando os custos dessas tarefas e transferindo-os aos usuários, conforme normas e regulamentos.
§ 4.° Nos casos em que não houver possibilidade técnica ou de qualquer outra natureza para a instalação de equipamentos de mensuração citados no caput deste artigo, o Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE - estimará os volumes baseados em parâmetros por ele definidos e efetuará o controle e a cobrança pelos serviços prestados de abastecimento de água, conforme normas e regulamentos próprios.

Art. 260. Quando não for possível medir os volumes de água consumida, em virtude de falhas nos equipamentos de medição ou dificuldades em suas leituras, os volumes serão arbitrados com base na média dos três bimestres anteriores, caso das categorias com lançamento de faturas com validade bimestral ou seis meses anteriores, caso das categorias com lançamento de faturas com validade mensal.

Art. 261. Os imóveis serão dotados de canalizações para a distribuição de água, que se constituem de:
I - ramal predial ou a parte compreendida entre a rede de distribuição e o equipamento de medição do consumo de água;
II - instalação predial ou o conjunto de canalizações, equipamentos e outros dispositivos empregados no abastecimento e distribuição interna de água nos imóveis.

§ 1.° A instalação do ramal predial será executada pelo Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE, sendo seu custo faturado conforme seus regulamentos.

§ 2.° A instalação predial será executada pelo usuário, observadas as normas técnicas e legais fixadas pelo Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE.

Art. 262. Ao usuário que optar pelo abastecimento de água por poço artesiano ou quaisquer outras fontes subterrâneas, é obrigatório disponibilizar local e condições para instalação de equipamentos de medição do volume de água extraída do subsolo, a qual servirá de base para o cálculo e cobrança de tarifa pelo consumo e contribuição direta ou indireta à rede coletora de esgoto, em conformidade com esta lei e a legislação pertinente.

CAPÍTULO II - DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Art. 263. Os esgotos sanitários deverão ser coletados, tratados e receber destinação adequada, de forma a evitar-se contaminação dos recursos naturais.

Art. 264. Os volumes de esgotos coletados serão mensurados através de equipamentos próprios, tecnicamente aprovados pelo Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE, para efeito de controle e cobrança pelos serviços prestados.

Parágrafo Único. A partir desta lei, todas as novas construções deverão ser obrigatoriamente ligadas à rede pública coletora, exceto se comprovarem possuir sistema próprio técnica e ambientalmente mais eficaz que o disponibilizado para este fim.

Art. 265. Nos casos em que não houver possibilidade técnica ou de qualquer outra natureza para a instalação de equipamentos de mensuração citados no artigo anterior, o Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE - estimará os volumes baseados em parâmetros por ele definidos e efetuará o controle e a cobrança pelos serviços prestados de coleta de esgotos, conforme normas e regulamentos próprios.

Art. 266. Quando não for possível medir os volumes de esgoto coletado, em virtude de falhas nos equipamentos de medição ou dificuldades em suas leituras, os volumes serão arbitrados com base na média dos três bimestres anteriores, caso das categorias com lançamento de faturas com validade bimestral ou seis meses anteriores, caso das categorias com lançamento de faturas com validade mensal.

Art. 267. Em habitações desprovidas de rede coletora de esgotos, as medidas adequadas para as instalações sanitárias, de responsabilidade do usuário, ficam sujeitas à aprovação do Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE, sem prejuízo das
de outros órgãos, que fiscalizará a sua execução e a manutenção, sendo vedado o lançamento de esgotos in natura a céu aberto e sendo obrigatória a adoção de medidas adequadas para a solução.

Art. 268. Toda empresa ou instituição responsável por fonte de poluição das águas deverá tratar seu esgoto sanitário sempre que não existir sistema público de coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos, atendendo os padrões de emissão estabelecidos.

CAPÍTULO III - DO MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

Art. 269. Os volumes de águas drenadas serão mensurados através de equipamentos próprios, tecnicamente aprovados pelo Poder Público Municipal, para efeito de controle e cobrança pelos serviços prestados.

Art. 270. Nos casos em que não houver possibilidade técnica ou de qualquer outra natureza para a instalação de equipamentos de mensuração citados no artigo anterior, o Poder Público Municipal estimará os volumes baseados em parâmetros por ele definidos e efetuará o controle e a cobrança pelos serviços prestados de manejo de águas, conforme normas e regulamentos próprios.

Art. 271. Quando não for possível medir os volumes de águas drenadas em virtude de falhas nos equipamentos de medição ou dificuldades em suas leituras, os volumes serão arbitrados com base na média dos três bimestres anteriores, caso das categorias com lançamento de faturas com validade bimestral ou seis meses anteriores, caso das categorias com lançamento de faturas com validade mensal.

CAPÍTULO IV - DO MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 272. A separação dos resíduos sólidos na origem, visando ao seu reaproveitamento otimizado, é responsabilidade de toda a sociedade leopoldense e do Poder Público Municipal, devendo ser implantada gradativamente no município, mediante programas educacionais e projetos de sistemas de coleta seletiva, de acordo com as leis federais, estaduais e municipais, bem como do Programa de Gerenciamento Interno de Resíduos Sólidos - PRÓ-GIRS.

§ 1.º O Programa de Gerenciamento Interno de Resíduos Sólidos é dos instrumentos do Plano Diretor de Resíduos Sólidos - PLANRESOL, fazendo este, parte do Plano Municipal de Gestão Integrada de Saneamento Ambiental - PLAMASA.

§ 2.º Além do Programa de Gerenciamento Interno de Resíduos Sólidos - PRÓ-GIRS, entre outros instrumentos, também fazem parte do Plano Diretor de Resíduos Sólidos - PLANRESOL:
I - o Diagnóstico Situacional dos Resíduos Sólidos do município de São Leopoldo;
II - a Taxa de Coleta de Lixo.

§ 3.º A Taxa de Coleta de Lixo é o instrumento que o Município possui para manter o sistema de coleta ordinária do lixo domiciliar.

§ 4.º A fim de atender as demandas crescentes de serviços de limpeza urbana, bem como aos preceitos da auto-sustentabilidade na prestação dos serviços de saneamento básico, estabelecidos pela Lei n.º 11.445, de 7 de janeiro de 2007, o Poder Público Municipal fica autorizado a atualizar progressivamente, nos termos da lei, os valores da Taxa de Coleta de Lixo.

Art. 273. Aos estabelecimentos públicos ou privados geradores de resíduos sólidos, cabe a responsabilidade de proceder de forma adequada o manejo dos seus resíduos, devendo adaptarem-se às exigências do Programa de Gerenciamento Interno de Resíduos Sólidos - PRÓ-GIRS, que organizará os geradores constantes no
SEÇÃO I - DO PRÓ-GIRS

Art. 274. O Programa de Gerenciamento Interno de Resíduos Sólidos - PRÓ-GIRS - estabelece que os geradores de resíduos sólidos deverão empregar a sistemática da segregação dos resíduos na origem, da coleta interna, do acondicionamento, do transporte e da destinação final ambientalmente adequada para cada tipo de resíduo gerado nos estabelecimentos privados ou públicos.

§ 1.º Os estabelecimentos públicos ou privados que utilizam a coleta domiciliar regular, considerados pequenos geradores de resíduos, deverão prever no projeto de implantação do seu Programa de Gerenciamento Interno de Resíduos Sólidos - PRÓ-GIRS - equipamentos para acondicionamento dos seus resíduos que possibilitem a operação da coleta mecanizada, sendo a aquisição, a manutenção e controle destes contêineres basculantes de inteira responsabilidade dos referidos estabelecimentos.

§ 2.º A partir do ano de 2008, o município de São Leopoldo adotará a sistemática do Ponto de Entrega Voluntária - PEV, a serem instalados em estabelecimentos públicos ou privados espalhados pela cidade, sendo que a instalação desses equipamentos poderá ser feita em parceria com o estabelecimento, o qual fornecerá os respectivos contêineres para a recepção de material reciclável.

§ 3.º A destinação final dos óleos de frituras usados é de responsabilidade de seu gerador, bem como os encargos sobre esta responsabilidade, podendo, o mesmo disponibilizar este resíduo, engarrafado, nos Pontos de Entrega Voluntária - PEV's, ou para o Programa de Coleta Seletiva Compartilhada, para sua destinação final adequada.

Art. 275. A adesão e a inserção no Programa de Gerenciamento Interno de Resíduos Sólidos - PRÓ-GIRS, por parte dos estabelecimentos públicos ou privados e pessoas físicas e jurídicas, localizados no município de São Leopoldo, deverão ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2007, os quais, de acordo com o tipo e o porte da atividade, deverão providenciar também, até esta data, o licenciamento ambiental do estabelecimento e o Termo de Compromisso de Adesão ao Programa de Coleta Seletiva Compartilhada.

§ 1.º Todo empreendimento e/ou estabelecimento que demandar licenciamento ambiental, de acordo com a legislação em vigor, deverá dispor de uma área apropriada em suas dependências para o gerenciamento de seus resíduos sólidos, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Executivo Municipal pertinentes à matéria, devendo o projeto ser previamente aprovado pelos órgãos municipais competentes.

§ 2.º O empreendimento aprovado e licenciado pelo Poder Público Municipal, deverá implantar desde o início das suas operações, o Programa de Gerenciamento de Interno Resíduos Sólidos - PRÓ-GIRS, de forma integrada e estruturada em toda área útil do empreendimento.

§ 3.º A separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, na fonte geradora e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis são reguladas por Decreto Municipal.

§ 4.º As instituições da administração direta ou indireta, do Estado ou da União, sediadas em São Leopoldo, também estão sujeitas às disposições da presente lei, especialmente no que tange aos resíduos sólidos.

Art. 276. Os estabelecimentos públicos ou privados de São Leopoldo deverão destinar, prioritariamente, os resíduos sólidos recicláveis aos projetos de geração de trabalho e renda desenvolvidos pelo Poder Público Municipal, nos termos do
cronograma operacional desenvolvido conjuntamente entre os geradores e ao órgão ambiental do município, estabelecendo o montante projetado, o local de disposição, a periodicidade das respectivas entregas e outras providências necessárias.

Art. 277. O município deverá implantar e manter adequado sistema de coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos, incluindo, segregação, coleta seletiva, reciclagem, compostagem e outras técnicas que promovam a redução do volume total dos resíduos sólidos gerados.

Art. 278. Para a implantação de qualquer método de tratamento e disposição final dos resíduos sólidos deverá ser previamente apresentado projeto específico ao órgão ambiental do município.

Art. 279. São classificadas como serviços de limpeza urbana as seguintes atividades:
I - coleta, transporte e disposição final do resíduo público, ordinário domiciliar e especial;
II - conservação da limpeza de vias, balneários, sanitários públicos, áreas verdes públicas, parques e outros logradouros e bens de uso comum do povo;
III - remoção de bens móveis abandonados nos logradouros públicos;
IV - outros serviços concernentes à limpeza da cidade.

Art. 280. Os serviços de limpeza urbana serão regidos pelas disposições desta lei, da legislação federal vigente e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Saneamento Ambiental - PLAMASA - e, salvo exceções, executados pelo órgão ambiental do município, por meios próprios ou adjudicando-os a terceiros, gratuita ou onerosamente.

§ 1.° O serviço de limpeza urbana, constante do inciso III, do artigo anterior, fica sob responsabilidade de seu gerador.

§ 2.° A programação e operação dos serviços de coleta de resíduos urbanos e de limpeza pública serão organizados e estruturados por sub-bacia hidrográfica.

Art. 281. A responsabilidade de um gerador de resíduos somente cessará sobre estes quando, após uso por terceiro, devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente, tal resíduo sofrer transformações que os descaracterizem como tais.

Art. 282. O serviço público de manejo de resíduos sólidos observará, dentre outras diretrizes, as seguintes:
I - a garantia do manejo dos resíduos sólidos de forma sanitária e ambientalmente adequada, a fim de proteger a saúde pública, a qualidade das águas subterrâneas e superficiais e a prevenção da poluição do solo, subsolo e do ar;
II - o incentivo e a promoção:
   a) implantação e operação da coleta seletiva, prioritariamente, em todo o território do município;
   b) da não-geração, redução, minimização da geração, coleta seletiva, reutilização, reciclagem de resíduos sólidos e aproveitamento energético, objetivando a utilização adequada dos recursos naturais e a sustentabilidade ambiental dos sistemas de gestão de resíduos sólidos;
   c) da inserção social dos catadores de materiais recicláveis, mediante iniciativas de apoio à sua organização para a formação de associações ou de cooperativas de trabalho e que deverão prioritariamente receber delegação para a realização da coleta, processamento e destinação comercial de materiais recicláveis;
   d) da recuperação de áreas degradadas ou contaminadas devido ao manejo inadequado dos resíduos sólidos;
   e) do manejo planejado, integrado e diferenciado dos resíduos sólidos urbanos, com ênfase na utilização de tecnologias limpas e na diminuição da geração;
   f) da gestão do manejo de resíduos sólidos mediante cobrança pela disposição e prestação dos serviços em todas suas etapas;
g) do desenvolvimento e adoção de mecanismos municipais de cobrança que induzam à quantificação da geração de resíduos sólidos urbanos;

h) das ações de criação e fortalecimento de mercados locais de comercialização ou consumo de materiais recicláveis ou reciclados;

III - a promoção das ações de educação sanitária e ambiental, especialmente dirigidas para:

a) a difusão das informações necessárias à correta utilização dos serviços, especialmente horários de coleta e regras para apresentação dos resíduos a serem coletados;

b) a adoção de hábitos higiênicos relacionados ao manejo adequado dos resíduos sólidos;

c) a orientação pelo consumo preferencial de produtos originados total ou parcialmente de material reutilizado ou reciclado;

d) a disseminação de informações sobre as questões ambientais relacionadas ao manejo dos resíduos sólidos e sobre os procedimentos para evitar desperdícios.

Art. 283. O município incentivará à diminuição e racionalização da geração de resíduos sólidos, visando à melhoria da qualidade de vida e da sanidade ambiental, tendo claro que a mudança de hábitos deve partir do cidadão.

Art. 284. O município incentivará à substituição das embalagens plásticas não biodegradáveis por outras, tecnológica e ambientalmente, mais adequadas à sanidade ambiental.

Art. 285. As entidades geradoras de resíduos de saúde, de prestação de serviços, as indústrias, o comércio e os condomínios, residenciais ou não, deverão implantar em seu estabelecimento, até 31 de dezembro de 2007, o Programa de Gerenciamento Interno de Resíduos Sólidos - PRÓ-GIRS, visando à racionalização e minimização da geração de resíduos no seu local de origem.

I - os resíduos sólidos de saúde apenas poderão ser encaminhados a aterro sanitário após prévia descontaminação com a melhor solução técnica disponível;

II - os resíduos sólidos de saúde deverão sofrer separação prévia, visando à diminuição do volume de resíduos encaminhados à descontaminação;

III - os resíduos sólidos industriais não poderão, sob nenhuma hipótese, ser enviados a aterros sanitários, devendo ser encaminhados para o melhor tratamento técnico e ambientalmente disponível.

Art. 286. A coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, inclusive de saúde, são de responsabilidade da fonte geradora independentemente da contratação de terceiros, de direito público ou privado, para execução de uma ou mais dessas atividades.

Art. 287. Em situações especiais, definidas pelo órgão competente, a acumulação de resíduos de qualquer natureza será tolerada pelo prazo máximo de 1 - um - ano, após a publicação desta lei, e desde que o responsável comprove que não há risco à saúde pública e ao meio ambiente.

Art. 288. O tratamento, quando for o caso, o transporte e a disposição final de resíduos de qualquer natureza de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, quando não forem de responsabilidade do município, deverão ser feitas pela própria fonte de poluição e às suas custas.

§ 1.º A execução, pelo município, dos serviços mencionados neste artigo, não eximem a responsabilidade da fonte de poluição, quanto a eventual transgressão de dispositivos desta lei.

§ 2.º O disposto neste artigo aplica-se também aos lodos, digeridos ou não, sistemas de tratamento de resíduos e de outros materiais.
§ 3.º A disposição final dos resíduos de que trata este artigo somente poderá ser feita em locais aprovados no licenciamento ambiental concedido pelo órgão competente.

§ 4.º Ficam, os estabelecimentos geradores de resíduos industriais, responsáveis pelo correto gerenciamento dos seus resíduos, no que se refere a acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, fazendo uso da melhor forma técnica e ambientalmente disponível.

Art. 289. Na execução de qualquer serviço de limpeza urbana, os garis deverão usar equipamentos de proteção individual, definidos em regulamento, visando à prevenção de acidentes do trabalho.

SEÇÃO II - DOS RESÍDUOS SÓLIDOS ORDINÁRIOS DOMICILIARES

Art. 290. O controle da coleta regular, transporte e destinação final do resíduo ordinário domiciliar são de competência do órgão ambiental do município.

Art. 291. O acondicionamento e a apresentação do resíduo sólido ordinário domiciliar à coleta regular deverão ser feitos levando em consideração as determinações que seguem:

I - o volume dos sacos plásticos e dos recipientes não deve ser superior a 100 - cem - litros ou inferior a 20 - vinte - litros;

II - o acondicionamento do resíduo ordinário domiciliar será feito, obrigatoriamente, na forma seguinte:

a) nas zonas de coleta noturna, em sacos plásticos; nas vilas populares e nas zonas de coleta diurna, fica facultado o uso de outros recipientes indicados em regulamento;

b) materiais cortantes ou pontiagudos deverão ser devidamente embalados, a fim de evitar lesão aos garis;

c) os sacos plásticos ou recipientes indicados devem estar convenientemente fechados, em perfeitas condições de higiene e conservação, sem líquido em seu interior;

III - o resíduo sólido ordinário domiciliar será acondicionado e apresentado à coleta separado em “orgânico” e “seco”, visando a seu uso para a coleta seletiva, obedecendo à seguinte classificação:

a) classificam-se como “resíduo sólido orgânico”: os restos de cozinha, de jardim, papel higiênico, guardanapos de papel, lenços de papel e absorventes, borra de café, erva-mate, pó de limpeza caseira, tocos de cigarros e cinza, além das fezes de animais;

b) classificam-se como “resíduo sólido seco”: vidros - quebrados ou não, papel e papelão, metais, plásticos, restos de tecido, restos de madeira;

IV - os órgãos públicos municipais do Executivo e Legislativo deverão implantar sistema interno de separação dos resíduos sólidos para fins de apresentação à coleta seletiva, conforme Programa de Gerenciamento Interno de Resíduos Sólidos - PRÓ-GIRS - e legislação vigente;

V - as escolas da rede municipal de ensino deverão desenvolver programas internos de separação do resíduo sólido;

VI - os estabelecimentos comerciais deverão colocar à disposição de seus clientes recipientes próprios que garantam a coleta seletiva dos resíduos gerados por sua atividade, cabendo ao Poder Executivo Municipal regulamentar a quantidade e capacidade dos referidos recipientes;

VII - os condomínios localizados nos bairros servidos com a coleta seletiva de resíduos sólidos deverão colocar à disposição dos condôminos recipientes próprios que garantam a coleta distinta dos resíduos gerados pelos mesmos, cabendo ao Poder Executivo Municipal determinar a quantidade e capacidade dos referidos recipientes;

VIII - ficam os síndicos ou administradores dos condomínios obrigados a divulgar as disposições desta lei em folhetos explicativos, com o auxílio, orientação e supervisão do órgão ambiental do município.
Art. 292. Os resíduos sólidos ordinários domiciliares devem ser dispostos no logradouro público junto ao alinhamento de cada imóvel ou em local determinado em regulamento.

Art. 293. A coleta seletiva do resíduo sólido ordinário domiciliar processar-se-á regularmente, sendo que o resíduo seco e o resíduo orgânico deverão ser coletados com a utilização de equipamentos que favoreçam o seu reaproveitamento.

§ 1.º O resíduo sólido seco coletado seletivamente será destinado preferencialmente a núcleos de catadores devidamente organizados e cadastrados pelo Poder Público Municipal.

§ 2.º Uma vez implantada a coleta seletiva em determinada região da cidade, a separação dos resíduos de que trata esta lei tornar-se-á obrigatória, sendo passível de punição administrativa aquele que não a observar.

Art. 294. Somente serão recolhidos pelo serviço regular de coleta de resíduos sólidos acondicionados em recipientes que estejam de acordo com o disposto neste capítulo.

Art. 295. Os horários, os meios e os métodos a serem utilizados para a coleta regular de resíduos obedecerão às disposições do Poder Público Municipal.

SEÇÃO III - DOS RESÍDUOS SÓLIDOS ESPECIAIS

Art. 296. O acondicionamento, coleta e transporte dos resíduos sólidos especiais, quando não regulado em contrário nesta lei, deverão ser feitos, obrigatoriamente, pelo gerador dos detritos.

Parágrafo Único. A coleta, o transporte e outros serviços relativos aos resíduos sólidos especiais podem ser realizados pelo Poder Executivo Municipal, desde que solicitado para tanto, sendo cobrados segundo tabela própria, a ser regulamentada em lei, acrescidos da taxa de administração de 20% - vinte por cento - do preço estipulado.

Art. 297. É obrigatório o controle do destino final dos resíduos sólidos especiais.

Parágrafo Único. Toda a carga recebida deve ser identificada e pesada, providenciando-se as devidas anotações em planilha própria, especialmente no que diz respeito a sua origem.

Art. 298. Os estabelecimentos de São Leopoldo, que atuam na comercialização de pilhas, baterias, pneumáticos e lâmpadas fluorescentes deverão afixar, em local apropriado e visível pelos clientes, o cartaz das orientações recomendadas pelo Poder Público Municipal, confeccionado e distribuído pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social - SEMEDES - e pelo órgão ambiental do município.

Art. 299. Independente do tipo, classe e/ou do volume, todos os estabelecimentos públicos ou privados geradores de resíduos sólidos especiais são responsáveis pela implantação dos processos de separação de todos os resíduos na origem, especialmente os resíduos recicláveis, que deverão ser preferencialmente destinados ao Programa de Coleta Seletiva Compartilhada ou às Unidades de Triagem conveniadas com o município.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos públicos ou privados, incluindo os condomínios residenciais, poderão aderir, mediante Termo de Compromisso ou por demanda do Ministério Público - MP, ao Programa de Coleta Seletiva Compartilhada, em funcionamento desde 1º de novembro de 2005, nas empresas, repartições públicas e nos bairros do município.
Art. 300. Os resíduos de produtos químicos e farmacêuticos e de reativos biológicos deverão receber tratamento que eliminem riscos ambientais, antes de lhes ser dada destinação final.

Art. 301. Os resíduos sólidos perigosos, a critério do órgão ambiental do município, deverão sofrer acondicionamento, transporte e tratamento adequados antes de sua disposição final, fixados em projetos específicos que atendam aos requisitos de proteção ambiental, sendo que este transporte deverá obedecer às exigências e determinações das legislações estadual e federal pertinentes.

Art. 302. Os resíduos de qualquer natureza, portadores de patogênicos ou de alta toxicidade, bem como inflamáveis, explosivos, radioativos e outros assemelhados, deverão sofrer, antes de sua disposição final no solo, tratamento e/ou acondicionamento adequados, estabelecidos através de projetos específicos, que atendam aos requisitos de proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

SUBSEÇÃO I - DOS RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO

Art. 303. Quanto ao gerenciamento de resíduos provenientes da construção civil e demolição, os geradores são responsáveis pela adequado gerenciamento dos resíduos da construção civil e demolição, desde a origem até a destinação final, conforme as disposições desta lei, bem como, as determinações da legislação vigente.

§ 1.º O Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil é um instrumento para a implementação da gestão dos resíduos da construção civil e demolição, o qual estará vinculado ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Saneamento Ambiental - PLAMASA e ao respectivo Plano Diretor de Resíduos Sólidos - PLANRESOL, devendo incorporar:

I - o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;
II - os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

§ 2.º Não sendo observado o caput deste artigo, e, vindo o Poder Executivo Municipal a efetuar os serviços, o custo correspondente será cobrado em dobro, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Art. 304. Os serviços previstos no artigo anterior poderão ser realizados pelo Poder Executivo Municipal, a seu critério, desde que solicitado para tanto, cobrando o custo correspondente.

Parágrafo Único. Para fins do caput deste artigo, entende-se por serviços a coleta, o transporte, o destino e a disposição final dos resíduos da construção civil e demolição. Redação alterada pela lei 6879/09

Art. 304. Os serviços previstos no artigo anterior poderão ser realizados pelo Poder Público Municipal, a seu critério, desde que solicitado pelo interessado, cobrando o custo correspondente. Para isto, fica criada a tarifa para recebimento, cadastramento, tratamento e destinação final destes resíduos, visando responsabilizar os geradores no intuito de fornecer subsídios para a sustentabilidade do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos de Construção e Demolição - RCD.

Parágrafo Único - Para fins do caput deste artigo, entende-se por serviços: a coleta, o transporte, tratamento e a disposição final dos resíduos da construção civil e demolição e resíduos extradomiciliares. A tarifa deverá ser recolhida por todos os usuários do sistema, geradores de resíduos extradomiciliares e da construção civil; conforme estabelecido em Decreto do executivo municipal.
Art. 305. No que for pertinente à limpeza e conservação dos logradouros públicos, as construções e demolições reger-se-ão pelas disposições da presente lei e pelas seguintes obrigações:

I - manter em estado permanente de limpeza e conservação o trecho fronteiro à obra;

II - evitar excesso de poeira e queda de detritos nas propriedades vizinhas, vias e logradouros públicos;

III - não dispor material no passeio ou via pública, senão o tempo necessário para sua descarga ou remoção, salvo quando se destinar a obras a serem executadas no próprio logradouro ou muro de alinhamento;

Parágrafo Único. As sanções decorrentes da inobservância do disposto neste artigo serão aplicadas ao responsável pela obra ou ao proprietário do imóvel.

SUBSEÇÃO II - DOS RESÍDUOS DE SAÚDE

Art. 306. Os estabelecimentos geradores de resíduos de serviços de saúde são responsáveis pelo correto gerenciamento dos mesmos, no que se refere a acondicionamento, prévia separação, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

Art. 307. Os estabelecimentos geradores de resíduos sólidos de serviços de saúde deverão implantar sistema interno de gerenciamento, controle e separação dos mesmos para fins de apresentação à coleta, conforme Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PRÓ-GIRS.

Art. 308. São normas para a gestão dos resíduos de saúde:

I - os resíduos serão classificados de acordo com o seu estado físico e o risco potencial de transmissão de agente infeccioso;

II - as possibilidades de transferência do agente infeccioso para o organismo humano e o número de casos de doenças microbianas em relação ao total de admissões hospitalares;

III - obedecer aos atuais conceitos epidemiológicos;

IV - a patogenicidade dos agentes infecciosos, seu habitat e sua possibilidade de sobrevivência nos resíduos sólidos;

V - o tratamento a ser dado a estes resíduos preferencialmente visará ao seu reaproveitamento, ou, em caso de sua impossibilidade, deverá minimizar, ao máximo, o impacto ambiental.

Art. 309. Os estabelecimentos geradores de resíduos de saúde deverão atender aos padrões de qualidade ambiental, conforme legislação em vigor.

Art. 310. Os resíduos provenientes do tratamento de enfermidades infectocontagiosas, bem como os animais mortos que tenham sido usados para experiências, deverão ser coletados separadamente dos demais resíduos, submetidos a imediato tratamento adequado e acondicionados em recipientes apropriados até a sua posterior destinação final.

SUBSEÇÃO III - DAS PILHAS E BATERIAS

Art. 311. Quanto ao gerenciamento de resíduos especiais, tipo pilhas e baterias, os estabelecimentos comerciais de São Leopoldo, revendedores destes produtos, devem colocar à disposição dos seus clientes, reciente coletor para os mesmos, devendo encaminhá-los posteriormente aos fabricantes, conforme determinam as resoluções ambientais em vigor.
SUBSEÇÃO IV - DAS LÂMPADAS FLUORESCENTES

Art. 312. Quanto ao gerenciamento de resíduos especiais, tipo lâmpadas de mercúrio de baixa pressão, também conhecidas como lâmpadas fluorescentes, estas possuem alta capacidade de impactar os meios físico, biológico e antrópico, com vapor de mercúrio.

§ 1.º Os fabricantes de produtos que trata o caput deste artigo e/ou seus respectivos representantes comerciais estabelecidos no município de São Leopoldo, serão responsabilizados pela adoção de mecanismos adequados de destinação e gestão ambiental de seus produtos descartados pelos consumidores.

§ 2.º Das embalagens constarão advertências aos consumidores sobre os riscos dos produtos, bem como a indicação de formas adequadas de destinação após o uso, de acordo com os princípios da co-responsabilidade e da logística reversa regulamentada pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.

SUBSEÇÃO V - DOS PNEUMÁTICOS

Art. 313. Quanto ao gerenciamento de resíduos especiais, tipo pneumáticos, as empresas fabricantes e as importadores destes ficam obrigadas a coletar e dar destinação final, técnica e ambientalmente adequada, aos pneus inservíveis existentes no território leopoldense.

§ 1.º Os estabelecimentos locais distribuidores, os revendedores ou aqueles que realizam processos de reforma ou dão uma destinação final técnica e ambientalmente adequada de pneumáticos ficam dispensadas de atender ao disposto neste artigo.

§ 2.º Os fabricantes e os importadores poderão criar centrais de recepção de pneus inservíveis, a serem localizadas e instaladas no município, de acordo com as normas ambientais e demais normas vigentes, para armazenamento temporário e posterior destinação final ambientalmente segura e adequada.

§ 3.º Os distribuidores, os revendedores e os consumidores finais de pneus, em articulação com os fabricantes, importadores e o Poder Público Municipal, deverão colaborar na adoção de procedimentos, visando a implementar a coleta dos pneus inservíveis existentes no município.

SEÇÃO IV - DO CONTROLE DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

Art. 314. Aquele que utiliza substâncias, produtos, objetos ou resíduos perigosos deve tomar precauções para que não apresentem perigo e não afetem o meio ambiente e a saúde da coletividade, de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo Único. Os resíduos perigosos devem ser reciclados, neutralizados ou eliminados nas condições estabelecidas pelo órgão ambiental do município, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 315. Veículos transportando combustíveis, explosivos ou cargas tóxicas, até a sua descarga e, no caso dos veículos e equipamentos tanques, até a lavagem e completa descontaminação, só poderão permanecer estacionados em áreas previamente determinadas pelas autoridades competentes.
SEÇÃO V - DOS SUPORTES PARA APRESENTAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS À COLETA

Art. 316. É permitida a colocação, no passeio público, de suporte para apresentação dos resíduos sólidos à coleta regular domiciliar, desde que não causem prejuízo ao livre trânsito dos pedestres.

§ 1.º Os resíduos sólidos domiciliares apresentados à coleta em suporte deverão estar adequadamente embalados.

§ 2.º Os suportes para resíduos sólidos deverão obedecer a padrão e localização estabelecidos em regulamento.

§ 3.º São obrigatórias a limpeza e conservação do suporte, pelo proprietário ou possuidor do imóvel em cujo alinhamento estiver instalado.

Art. 317. Os suportes considerados inservíveis serão recolhidos, sem que caiba qualquer espécie de indenização ao seu proprietário e sem prejuízo da multa correspondente à não-conservação ou inobservância do padrão estabelecido pelo município.

Art. 318. O usuário deverá providenciar, por meios próprios, os recipientes necessários ao acondicionamento dos resíduos sólidos gerados, observando as características e especificações determinadas pelo Poder Executivo Municipal e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

SEÇÃO VI - DA COLETA E DO TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS OU PASTOSOS

Art. 319. A coleta de resíduos sólidos ou pastosos deverá ser feita de maneira a não provocar o seu derramamento no local de carregamento.

Art. 320. O transporte de resíduos sólidos ou pastosos deverá ser feito em conformidade com o que segue:

I - os veículos transportadores de material a granel, assim considerados: terra, resíduos de aterro, entulhos de construções ou demolições, areia, barro, cascalho, brita, escória, serragem e similares, deverão ser dotados de cobertura e sistema de proteção que impeça o derramamento dos resíduos;

II - os veículos transportadores de resíduos pastosos, como argamassa, deverão ter sua carroceria estanque de forma a não provocar derramamento nas vias e logradouros público.

SEÇÃO VII - DA FISCALIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 321. O controle e a fiscalização ambiental sobre as disposições desta lei serão efetuados por Fiscais e Agentes de Fiscalização Ambiental do órgão ambiental do município.

Parágrafo Único. As ações fiscalizatórias poderão ser feitas por agentes designados pelo órgão ambiental municipal, através da fiscalização ambiental integrada, sob a coordenação do órgão ambiental do município.

Art. 322. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com órgãos públicos e entidades em especial com a Brigada Militar, que visem a garantir a aplicação desta lei.

Art. 323. Os veículos transportadores de resíduos sólidos deverão ter estampados, destacadamente, os números de telefone do órgão ambiental do município em pelo menos, dois pontos distintos, para auxiliar a fiscalização direta a ser exercida pela população.
SEÇÃO VIII - DA LOGÍSTICA REVERSA

Art. 324. Este preceito visa a:
I - promover ações para garantir que o fluxo dos resíduos sólidos gerados:
   a) seja direcionado para a sua cadeia produtiva;
   b) ou para cadeias produtivas de outros geradores;

II - reduzir a poluição e o desperdício de materiais associados à geração de resíduos sólidos;
III - proporcionar maior incentivo à substituição dos instrumentos por outros que não degradem o meio ambiente;
IV - compatibilizar interesses conflitantes entre os agentes econômicos, ambientais, sociais, culturais e políticos;

V - promover o alinhamento entre os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, com o objetivo de desenvolver estratégias sustentáveis;
VI - estimular a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;
VII - propiciar que as atividades produtivas alcancem marco de eficiência e sustentabilidade;

§ 1.º Na operação de coleta e manuseio dos resíduos sólidos reversos, será incentivada a contratação formal das organizações de catadores de materiais recicláveis existentes no município, as quais passarão a responder solidariamente pelo adequado armazenamento e administração dos mesmos, até que ocorra a sua efetiva entrega ao gerador responsável.

§ 2.º O Poder Público Municipal deverá instituir formas para se ressarcir pela prestação efetiva dos serviços públicos de coleta e tratamento dos resíduos sólidos, bem como pela destinação final dos resíduos e pela eventual ação reversa dos resíduos sólidos abandonados em espaços e logradouros públicos.

Art. 325. As iniciativas de projetos consorciados de logística reversa devem promover:
I - a regulação do mercado de resíduos sólidos sujeitos à reutilização e tratamento;
II - o incentivo ao crescimento deste mercado;
III - a viabilização da infra-estrutura necessária para a coleta, tratamento e comercialização dos resíduos sólidos na forma de novas matérias-primas.

Art. 326. Os resíduos orgânicos provenientes de estabelecimentos de comércio alimentício e de fornecimento de alimentação sofrerão prévio tratamento para efeito de aproveitamento como ração animal ou adubo orgânico.

CAPÍTULO V - DO CONTROLE DE VETORES E ZOONOSES

Art. 327. O Plano Municipal de Controle de Vetores - PMCV - visa a planejar,协调, acompanhar, executar e avaliar as ações de prevenção e controle de vetores no âmbito do município.

Parágrafo Único. O Plano referido no caput deste artigo contemplará, também, o controle de zoonoses.

Art. 328. Para a elaboração do Plano de Controle de Vetores - PMCV - devem, preliminarmente, ser identificados, descritos e mapeados os fatores determinantes para a propagação dos vetores.

Art. 329. A participação da comunidade deve ser feita através de pesquisa, tomando a família como unidade, a fim de se constatar a realidade local nos seus
aspectos sociais, políticos, econômicos e sociais, incluindo os conhecimentos sobre o controle de vetores.

§ 1.º Podem ser realizadas palestras, cursos e debates, nas escolas da rede municipal de ensino, para a instrução e sensibilização dos alunos sobre a importância do controle de vetores.

§ 2.º Nos locais de trabalho também poderão ser realizadas as atividades constantes do parágrafo anterior.

Art. 330. Para a disseminação do controle dos vetores e zoonoses podem ser organizados, sob a coordenação da Secretaria Municipal da Saúde - SEMSAD, grupos de “Vigilantes dos Vetores e Zoonoses”, que participarão de todas as atividades de controle dos vetores.

Parágrafo Único. Os grupos de “Vigilantes de Vetores e Zoonoses” serão treinados pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAD - e pelos órgãos da Administração Pública competente, participando, também, da elaboração do cronograma de atividades.

Art. 331. A criação, reproDUção, manutenção e comercialização de espécies da fauna urbana no município estão disciplinadas no Título III, Capítulo VII, Seção V desta lei.

Art. 332. A prevenção e o controle de vetores e zoonoses implicam responsabilidade de todos os níveis de governo e da sociedade.

Art. 333. O controle de vetores e zoonoses extrapola a esfera da saúde, possuindo interface com a esfera de educação, saneamento básico e meio ambiente, tornando-se um conceito de vigilância ambiental.

TÍTULO VII - DO CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL

Art. 334. O licenciamento para a instalação e operação de atividades a pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, potencial ou efetivamente poluidoras, fica sujeito ao exame e parecer dos técnicos do órgão ambiental do município.

§ 1.º O parecer técnico do órgão ambiental do município terá efeito vinculante sobre a decisão da Administração relativamente ao pedido de licenciamento.

§ 2.º Atividades já instaladas, enquadráveis no que dispõe o caput deste artigo, deverão atualizar seu cadastramento junto ao órgão ambiental do município, no prazo estabelecido em Decreto Municipal.

Art. 335. Para o cumprimento do disposto nesta lei e em seus decretos, o município poderá utilizar-se da participação de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas, mediante convênios, contratos ou termos de cooperação técnica mútua.

Art. 336. Para proceder a fiscalização, licenciamento e demais competências do órgão ambiental do município, fica assegurada aos seus técnicos a entrada, a qualquer dia e hora e a permanência pelo tempo que se tornar necessário, em quaisquer estabelecimentos, públicos ou privados.

Art. 337. O órgão ambiental do município poderá, a seu critério, determinar a execução de análise dos níveis de degradação ambiental em atividades potencial ou efetivamente poluidoras, às expensas da própria empresa.
CAPÍTULO I - DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ÂMBITO MUNICIPAL


Art. 339. O pedido de licença deverá ser acompanhado pelo Estudo de Impacto Ambiental - EIA, se a legislação federal ou estadual exigir ou por solicitação do Poder Público Municipal.

Art. 340. As indústrias incômodas e perigosas, conforme classificação do potencial poluidor, ou qualquer pessoa física ou jurídica, inclusive entidades de administração pública indireta, que gerando atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, ficam obrigadas a se licenciamem no órgão ambiental do município, a fim de obterem ou atualizarem seu alvará de funcionamento.

Art. 341. O município de São Leopoldo, por intermédio do órgão ambiental do município, concederá as licenças ambientais relativas às atividades no âmbito de sua competência, nos termos do convênio firmado com o órgão ambiental estadual, com as Resoluções do CONSEMA e outras legislações que vierem a suceder.

Art. 342. Os casos omissos e de atividades de impacto ambiental local, sujeitas ao licenciamento ambiental, poderão ser regulamentadas pelo Poder Executivo Municipal, através de Decreto Municipal.

Parágrafo Único. Os casos omissos são aqueles não constantes no artigo anterior.

Art. 343. Fica a critério do órgão ambiental do município a exigência de estudos ambientais que se façam necessários, respeitadas as legislações federal e estadual sobre o assunto.

Art. 344. O órgão ambiental do município, no exercício de sua competência e em conformidade com a legislação vigente, expedirá as seguintes licenças:
I - Licença Prévia - LP;
II - Licença de Instalação - LI;
III - Licença de Operação - LO.

Art. 345. As atividades e empreendimentos de mínimo porte, com grau potencial de poluição baixo e médio, assim definidas no Anexo C e conforme artigo 341 desta lei, sujeitar-se-ão ao Licenciamento Único - LU - e serão dispensadas das licenças referidas no artigo anterior.

Parágrafo Único. Não estão contempladas no caput deste artigo as seguintes atividades:
I - condomínio unifamiliar e/ou loteamento residencial;
II - condomínio plurifamiliar e/ou loteamento residencial;
III - desmembramentos;
IV - sítios de lazer;
V - pontes e viadutos;
VI - cemitérios;
VII - transmissão de energia elétrica.

Art. 346. Será expedida a Autorização Ambiental - AA - para as atividades e empreendimentos que não se enquadrem nas licenças constantes nos artigos 344 e 345 desta lei.

Art. 347. As licenças terão os seguintes prazos de validade:
I - Licença Prévia - LP - validade de 01 - um - ano;
II - Licença de Instalação - LI - deverá ser no mínimo, o estabelecido no cronograma de instalação do empreendimento e/ou atividade, não podendo ser superior a quatro anos;

III - Licença de Operação - LO - e a Licença Única - LU - deverão ser de um ano, podendo ser este prazo prorrogado, na hipótese do empreendimento adequar-se a critérios de sustentabilidade, a serem definidos em legislação própria;

IV - Autorização Ambiental - AA - deverá ser, no mínimo, o estabelecido no cronograma de instalação do empreendimento e/ou atividade, não podendo ser superior a 02 - dois - anos.


Art. 348. O órgão ambiental do município, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença quando ocorrer:

I - violação, inadequação e não cumprimento de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiam a emissão da licença;

III - superveniência de riscos ambientais e de saúde.

Art. 349. Nas atividades e empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental deverão ser obrigatoriamente indicadas fontes de utilização de água subterrânea.

Art. 350. A critério do órgão ambiental do município, as atividades efetiva ou potencialmente poluidoras deverão implantar bacias de acúmulo de águas de drenagem, de forma a assegurar o seu manejo adequado.

§ 1.º O disposto no caput deste artigo aplica-se às águas de drenagem correspondentes à precipitação de um período inicial de chuvas, a ser definido em função das concentrações das cargas de poluentes.

§ 2.º A exigência de implantação de bacias de acúmulo poderá estender-se às águas eventualmente utilizadas no controle de incêndios.

Art. 351. Todo e qualquer uso de águas superficiais e de subsolo é objeto de licenciamento, precedida de avaliação do órgão ambiental do município, que levará em conta a política de usos múltiplos da água, respeitadas as demais competências.

Art. 352. Os projetos especiais de interesse social, de origem pública ou privada, respeitando a legislação ambiental vigente, terão seu encaminhamento simplificado e seu trâmite preferencial no órgão ambiental do município.

Parágrafo Único. Para efeitos desta lei, consideram-se projetos especiais de interesse social como os projetos que atendem as políticas públicas dirigidas à população de baixa renda sob vulnerabilidade social.

Art. 353. Os interessados na implantação ou ampliação de redes subterrâneas de serviços somente poderão fazê-lo após o devido processo de licenciamento ambiental, a fim de evitar a proliferação de escavações no espaço local, bem como planejar a compatibilidade destas redes.

SEÇÃO I - DAS ESTAÇÕES DE RADIO BASE

Art. 354. Para a instalação de Estações de Rádio-Base - ERB’s - em São Leopoldo, utilizando as normas urbanísticas aplicáveis, de acordo com o interesse local, o
empreendedor deverá requerer análise da documentação referente às seguintes licenças ambientais:

I - Licença Prévia - LP;
II - Licença Instalação - LI;
III - Licença Operação - LO.

Parágrafo Único. Somente após a emissão da licença constante do inciso III, deste artigo o empreendimento e/ou atividade poderá iniciar seu funcionamento.

Art. 355. Os repetidores e radioenlaces diretos com linha de visada direta ponto-a-ponto não estarão sujeitos à solicitação de emissão de Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO, mas sua instalação deverá ser comunicada ao órgão licenciador competente, mediante requerimento próprio, para a emissão do documento de autorização.

Art. 356. Para encaminhamento do pedido de Licença Prévia - LP - o empreendedor deve apresentar os seguintes documentos:

I - requerimento à autoridade máxima do órgão ambiental do município, solicitando a obtenção da Licença Prévia - LP - para se localizar;
II - cópia da Certidão Informativa de Usos, expedida pela Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEPLAN;
III - protocolo de licença da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL;
IV - plantas de situação e localização do empreendimento, na escala 1:2.000 - um por dois mil, das atividades, prédios e serviços num raio de 50m - cinqüenta metros - do ponto de localização da Estação Rádio-Base - ERB - e equipamentos afins;
V - cópia atualizada da matrícula do imóvel e do contrato de locação do espaço destinado à instalação de Estação Rádio-Base - ERB - e equipamentos afins, quando aplicável;
VI - projeto e/ou anteprojeto de Infra-estrutura da Estação Rádio-Base - ERB - e equipamentos afins, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;
VII - relatório fotográfico do entorno, devendo contemplar a situação local sem a instalação e com a fotomontagem da situação proposta;
VIII - comprovante de pagamento dos custos do serviço de licenciamento ambiental;
IX - para o compartilhamento de infra-estrutura deverá ser apresentado memorial técnico descritivo com apresentação detalhada da proposta.

Art. 357. Após o fornecimento da Licença Prévia - LP - o interessado deve requerer a Licença de Instalação - LI - apresentando a seguinte documentação:

I - requerimento à autoridade máxima do órgão ambiental do município, solicitando a obtenção da Licença de Instalação - LI - do empreendimento;
II - projeto paisagístico contemplando as determinações estabelecidas na Licença Prévia - LP, quando aplicável;
III - projeto aprovado na Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEPLAN - acompanhado de memorial técnico descritivo;
IV - laudo técnico assinado por físico ou engenheiro da área de radiação, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;
V - apresentação de cópia da Licença Prévia - LP - emitida pelo órgão ambiental do município;
VI - plantas de situação e localização, bem como planta baixa do pavimento onde será instalada a Estação Rádio-Base - ERB - e equipamentos afins;
VII - cronograma de execução, a partir do início do empreendimento;
VIII - comprovante de pagamento dos custos do serviço de licenciamento ambiental;
IX - para estruturas com compartilhamento deverá ser apresentado laudo radiométrico teórico com os resultados dos níveis de densidade e de potência individuais e conjuntos, em conformidade com o disposto no artigo 360.

Art. 358. Para encaminhamento do pedido de Licença de Operação - LO, o empreendedor deve apresentar os seguintes documentos:
I - requerimento à autoridade máxima do órgão ambiental do município, solicitando a obtenção da Licença de Operação - LO - do empreendimento;  
II - apresentação de cópia da Licença de Instalação - LI - emitida pelo órgão ambiental do município;  
III - declaração de que o empreendimento atende as exigências especificadas nas licenças ambientais;  
IV - comprovante de pagamento dos custos do serviço de licenciamento ambiental;  
V - para estruturas com e sem compartilhamento deverá ser apresentado laudo radiométrico medido, conforme normas vigentes, com os resultados dos níveis de densidade de potência conjuntas - com compartilhamento - ou individuais - sem compartilhamento, respectivamente, em conformidade com o disposto no artigo 360, assinado por profissional competente da área de radiação, acompanhado da devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

Art. 359. A instalação de Estação Rádio-Base - ERB - e equipamentos afins deverão observar os gabaritos e restrições estabelecidos pelos planos de proteção de aeródromos definidos pela União, os dispositivos legais de proteção ao patrimônio ambiental e de descargas atmosféricas segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 360. O licenciamento das Estações Rádio-Base - ERB’s - e equipamentos afins observarão as seguintes disposições:  
§ 1.º As Estações Rádio-Base - ERB’s - e equipamentos afins deverão obedecer os limites de exposição humana a campos eletromagnéticos fixados na legislação que aprova o Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, bem como o limite de potência irradiada de antenas transmissoras de radiação eletromagnética não-ionizantes, seguindo a orientação das normas adotadas pela comunidade europeia sobre a matéria.  
§ 2.º Nestas frequências de telefonia celular, a densidade máxima de potência é dada pela relação f/200, onde “f” é a frequência em MHz, e o resultado é dado em Watts por metro quadrado - W/m².  
§ 3.º A implantação de Estações Rádio-Base - ERB’s - e equipamentos afins deverá observar a distância mínima de 300m - trezentos metros - entre antenas, contados do eixo da torre ou suporte, admitindo-se, neste caso, uma tolerância de até 10% - dez por cento - nesta distância, a critério do órgão ambiental licenciador, não sendo esta distância mínima exigida no caso de Estações Rádio-Base - ERB’s, MINI-ERB’s e equipamentos afins instalados no topo de edifícios ou em construções assemelhadas pré-existentes.  
§ 4.º A implantação de Estações Rádio-Base - ERB’s - e equipamentos afins deverá observar a distância mínima horizontal inferior de 50m - cinqüenta metros - de escolas de ensino infantil, médio e fundamental, creches, clínicas geriátricas, postos de saúde e hospitais, contados do eixo da torre ou suporte à área de acesso ou da divisa dos lotes.  
§ 6.º Por ocasião do pedido de licenciamento ambiental das Estações Rádio-Base - ERB’s - e equipamentos afins deverão ser apresentados relatório técnico-teórico contendo:  
I - características das instalações;  
II - diagrama vertical e horizontal de radiação das antenas;
III - estimativas de densidades máximas de potência irradiada - quando se tem o número máximo de canais em operação - referentes às áreas do entorno;

IV - indicação das distâncias a partir das quais são respeitados os limites referidos no § 1º deste artigo, contadas a partir do ponto de irradiiação.

§ 7.º As avaliações referentes aos limites de exposição humana a campos eletromagnéticos a que se refere ao § 1º deste artigo, devem conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - as características da Estação Rádio-Base - ERB - e equipamentos afins e a Potência Efetiva Isotropicamente Irradiada - EIRP - considerando todos os canais instalados em plena operação, em dBm - decibel ref. miliwatt;

II - medições de níveis de densidade de potência, com médias obtidas em qualquer período de 06 - seis - minutos, com a Estação Rádio-Base - ERB - e equipamentos afins desligada;

III - medições de níveis de densidade de potência, com médias obtidas em qualquer período de 06 - seis - minutos, em situação de pleno funcionamento, ou seja, com todos os canais da Estação Rádio-Base - ERB - e equipamentos afins em operação;

IV - medições realizadas em diferentes dias e horários, de forma a garantir que os horários de maior tráfego telefônico das Estações Rádio-Base - ERB's - e equipamentos afins sejam considerados, no caso da impossibilidade de garantir que todos os canais estejam simultaneamente acionados;

V - levantamento dos níveis de densidade de potência nos limites da propriedade da instalação, em edificações vizinhas de altura similar ou superior aos pontos de localização das antenas de transmissão e recepção e bem como em escolas de ensino fundamental, e pré-escola, médio e fundamental, creches, clínicas geriátricas, postos de saúde e hospitais.

§ 8.º As medidas de densidade de potência deverão ser realizadas por profissional habilitado na área de radiação eletromagnética, com a correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, e com emprego de equipamento calibrado e certificado por órgão credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - INMETRO.

Art. 361. O empreendedor, para obter a Licença de Operação - LO, deverá manter contrato de seguro de dano patrimonial e físico contra terceiros.

Art. 362. O licenciamento das Estações Rádio-Base - ERB's - e equipamentos afins terão o prazo de vigência de 01 - um - ano, aplicando-se ao procedimento de licenciamento o disposto na legislação municipal sobre a matéria.

§ 1.º A licença de operação será cancelada em caso de verificar-se prejuízo ambiental e/ou sanitário decorrente da operação da Estação Rádio-Base - ERB - e equipamentos afins, sem prejuízo das demais sanções.

§ 2.º Para obtenção e renovação da Licença de Operação - LO, o empreendedor deverá apresentar laudo radiométrico contendo as avaliações realizadas em conformidade com o estabelecido nos § 6º e 7º do artigo 360.

§ 3.º O controle das avaliações de densidade de potência oriundas de radiações eletromagnéticas serão de responsabilidade do Poder Público Municipal, através de medições a serem realizadas pelo empreendedor, com prévia comunicação ao órgão ambiental do município, em periodicidade, no mínimo, anual, que poderão ser acessadas por consulta ao processo administrativo e cadastramento de licenciamento das Estações Rádio-Base - ERB's - e equipamentos afins.

§ 4.º O Poder Público Municipal, de ofício, poderá solicitar, a qualquer momento, novas informações e medições da emissão eletromagnética das Estações Rádio-Base - ERB's - e equipamentos afins já instalados, analisada a critério dos órgãos municipais competentes.
Art. 363. Serão objeto de licença ambiental a pesquisa, a lavra e o beneficiamento de recursos minerais de qualquer natureza, inclusive a extração de arenito - pedra-grés - e areia, ficando seu responsável obrigado a cumprir as exigências determinadas pelo órgão ambiental competente.

§ 1.º Para a obtenção de Licença de Operação - LO para a pesquisa mineral de qualquer natureza, o interessado deve apresentar um Plano de Pesquisa com as justificativas cabíveis, bem como a avaliação dos impactos ambientais e as medidas mitigadoras e compensatórias a serem adotadas.

§ 2.º Caso o empreendimento envolva qualquer tipo de desmatamento será exigida a autorização do órgão público competente.

Art. 364. Para todo o empreendimento mineiro, independentemente da fase em que se encontra, será exigido um Plano de Controle Ambiental, cujas diretrizes serão estabelecidas pelo órgão ambiental competente.

Art. 365. A atividade de mineração não poderá ser desenvolvida nos acidentes topográficos de valor ambiental, paisagístico, histórico, cultural, estético e turístico, assim definidos pelos órgãos competentes.

Art. 366. O concessionário do direito mineral e o responsável técnico inadimplentes com o órgão ambiental, no tocante a algum Plano de Controle Ambiental, não poderão se habilitar a outro licenciamento.

Art. 367. O comércio e indústria de transformação de qualquer produto mineral deverá exigir do concessionário a comprovação do licenciamento ambiental, sob pena de ser co-responsabilizado pelo órgão ambiental competente.

Art. 368. Para fins de planejamento ambiental, o município efetuará o registro, acompanhamento e localização dos direitos de pesquisa e lavra mineral em seu território.

Art. 369. Os equipamentos de extração mineral denominados "dragas" deverão ser licenciados pelo órgão ambiental competente.

Art. 370. O órgão ambiental competente concederá licença para exploração, no território do município, das jazidas minerais, observando o seguinte:

I - não estar situada a jazida em topo de morro ou em área que apresente potencial turístico, importância paisagística ou se caracterize como sendo de preservação permanente ou Unidade de Conservação - UC, declarada por legislação municipal, estadual ou federal;

II - a exploração não atinja as áreas nativas de valor histórico, arqueológico, ambiental e paisagístico;

III - a exploração mineral não se constitua em ameaça ao conforto e à segurança da população, nem comprometa o desenvolvimento urbanístico da região;

IV - a exploração não prejudique o funcionamento normal de escola, hospital, ambulatório, educandário, instituições científicas, estabelecimentos de saúde ou repouso, ou similares;

V - a exploração mineral e obras de terraplenagem em encostas cuja declividade seja igual ou superior a 30% - trinta por cento - fica condicionada a projeto geotécnico comprovando a estabilidade do talude resultante; a inclinação das rampas de corte nunca deverá ultrapassar 45 - quarenta e cinco - graus, exceto quando a exploração se der em pedreiras e cortes em rochas com uso de explosivos;

VI - ao redor das nascentes é vedada a exploração em um raio menor de 50m - cinquenta - metros, assim como deverá ser preservada a Área de Preservação Permanente - APP - nos trechos de escoamento da água proveniente das mesmas;

VII - a exploração nunca deverá comprometer o lençol freático local, conforme legislação estadual;
VIII - no caso de terraplenagem será exigida a construção de sistema de contenção de sedimentos, provenientes da erosão do solo exposto às intempéries, além da obrigatoriedade de cobertura dos caminhões, para evitar o derramamento de minério nas vias públicas do município.

Parágrafo Único. Admitir-se-ão exceções ao disposto nesse artigo para empreendimentos temporários, que destinam o minério para obras de relevante interesse social e econômico para o município, como usinas hidrelétricas, barragem para abastecimento público de água, rodovias e outras de igual natureza, desde que sejam apresentados Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA.

Art. 371. As obras que, a critério do órgão ambiental competente, se fizerem necessárias, com vistas ao desassoreamento de rios e demais cursos d'água serão realizadas, exclusivamente, pelo Poder Público que, para tanto, poderá contratar empresas que atuarem sob sua fiscalização.

§ 1.º Em sendo o Poder Público quem realizará o serviço, não contratando terceiros, deverá obter o licenciamento ambiental e o registro de extração junto ao órgão competente, sendo vedada a comercialização do mineral extraído pela atividade, devendo empregá-lo, apenas, em obras públicas.

§ 2.º Em caso da contratação de que trata o caput desse artigo, a empresa deve possuir licença ambiental e concessão da poligonal da área objeto do serviço a ser realizado.

§ 3.º Os casos não contemplados nos parágrafos anteriores serão regulados pela legislação vigente.

Art. 372. O titular da licença para mineração ou para terraplenagem ficará obrigado a:

I - executar a exploração de acordo com o projeto aprovado;

II - extrair somente as substâncias minerais que constam da licença outorgada;

III - comunicar ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - e ao órgão ambiental do município o descobrimento de qualquer outra substância mineral não incluída na licença de exploração;

IV - confiar a responsabilidade dos trabalhos de exploração a técnicos legalmente habilitados para atividades de mineração e/ou terraplenagem;

V - impedir o extravio ou obstrução das águas e drenar as que possam ocasionar prejuízos aos vizinhos;

VI - impedir a poluição do ar ou das águas que possam resultar dos trabalhos de desmonte ou beneficiamento;

VII - proteger e conservar as fontes d'água e a vegetação natural;

VIII - proteger com vegetação adequada as encostas de onde foram extraídos materiais;

IX - manter a erosão sob controle durante a execução do projeto e por cinco - 5 - anos depois de terminada a obra, de modo a não causar prejuízo a todo e qualquer serviço e bens públicos ou privados.

Art. 373. Qualquer novo pedido de licença para exploração mineral ou para terraplenagem somente será deferido se o interessado comprovar que a área, objeto da licença que lhe tenha sido anteriormente concedida, se encontre recuperada ou em fase de recuperação, segundo o cronograma de trabalho então apresentado.

Parágrafo Único. Será exigido acervo técnico comprobatório de obras já realizadas pela empresa.

Art. 374. O Poder Executivo Municipal poderá, em qualquer tempo, determinar a execução de obras na área ou local de exploração das atividades previstas neste capítulo, visando à proteção das propriedades circunvizinhas ou para evitar efeitos que comprometam a qualidade ambiental.
Art. 375. Os atuais titulares de licença de exploração de jazidas a que se refere este capítulo, deverão no prazo de 60 - sessenta - dias antes do vencimento, solicitar a sua renovação, quando for o caso, na forma da presente lei.

Art. 376. Obras de terraplenagem no perímetro urbano, que envolvam a retirada ou movimentação de material de encostas, em áreas nativas, de valor histórico, ambiental, paisagístico e cultural somente serão permitidas se em conformidade com o disposto em lei e demais legislações complementares.

Parágrafo Único. As obras de terraplenagem essenciais à coletividade, que confitem com a proibição deste artigo, serão avaliadas pelo órgão ambiental competente, que poderá autorizá-las, no caso de ficar demonstrada a limitação e mitigação de tais impactos, através de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA.

Art. 377. O titular de autorização de pesquisa de permissão de lavra garimpeira, de concessão de lavra, de licenciamento de manifesto de mina, ou de qualquer outro título minério, responde pelos danos causados ao meio ambiente, sem prejuízo das cominações legais pertinentes.

Art. 378. Toda obra licenciada pelo órgão ambiental do município deverá ter afixada, em local de fácil acesso visual, uma placa de 1,20m x 0,90m, informando à população a finalidade da obra, o número e a data de validade da licença expedida, o nome do técnico responsável pela sua execução, número de registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA, número da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e a empresa executora do projeto.

Art. 379. No caso de danos ao meio ambiente, decorrentes das atividades de mineração e/ou de terraplenagem, ficam obrigados os seus responsáveis a cumprir as exigências de imediata recuperação do local, de acordo com projeto que a viabilize, sob pena de fazê-lá ao Executivo Municipal, diretamente ou por entidades especializadas, às expensas exclusivas do agressor, independentes das cominações civis e criminais pertinentes.

Art. 380. A realização de trabalhos de extração de substâncias minerais de qualquer classe, sem a competente permissão concessão ou licença, sujeitará o responsável à pena cabível, sem prejuízo das cominações administrativas e da obrigação de recuperar o meio ambiente degradado.

Parágrafo Único. O órgão ambiental do município adotará todas as medidas para a comunicação do fato a que alude este artigo aos órgãos federais e estaduais competentes, para as providências necessárias.

SEÇÃO III - DAS REDES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

Art. 381. Visando ao desenvolvimento sustentável do ambiente urbano e ao uso racional do espaço subterrâneo e aéreo, a instalação de serviços que necessitem utilizar estes espaços será objeto de licenciamento específico, nos termos desta lei e da legislação ambiental vigente.

Parágrafo Único. No conceito dos serviços descritos no caput deste artigo incluem-se as redes de fibra óptica, extensão de redes para televisão a cabo e internet, as redes para telefonia fixa, redes de gás canalizado, os postes de distribuição de energia elétrica e o mobiliário urbano, bem como outras tecnologias que impliquem ampliação de redes aéreas ou subterrâneas para disponibilização de serviços.

Art. 382. O licenciamento dos serviços descritos no parágrafo único do artigo anterior também tem como objetivo a organização do espaço subterrâneo e aéreo e o desenvolvimento do zoneamento destas redes, bem como evitar que a desorganização destes serviços venham a inviabilizar a instalação de empreendimentos no município.

Art. 384. Quando da instalação das redes de infra-estrutura urbana, deve-se preconizar o compartilhamento das redes entre as empresas que possuam atividades afins, bem como fomentar o consorciamento destas redes.

Art. 385. Os projetos de redes de infra-estrutura urbana devem seguir os padrões técnicos da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 386. Para os ramos, o órgão ambiental do município poderá dispensar o procedimento de licenciamento ambiental, devendo haver análise do órgão municipal de urbanismos e do Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE.

Art. 387. Na hipótese das redes aéreas ou subterrâneas incidirem sobre imóvel de propriedade particular ou de outro ente federativo, é imprescindível a anuência do proprietário para o licenciamento ambiental.

Parágrafo Único. Nas matrículas dos imóveis deverá constar a limitação de área não edificável demarcada como a anuência do proprietário.

Art. 388. As prestadoras dos serviços descritos no parágrafo único do artigo 381, cujas redes de infra-estrutura já estiveram instaladas, deverão providenciar Licença de Operação - LO, nos termos desta lei, no prazo de 6 - seis - meses.

SEÇÃO IV - DOS POSTOS DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

Art. 389. Esta seção regula, observado o princípio constitucional do interesse local e da precaução, a instalação e fiscalização dos Postos de Abastecimento de Veículos Automotores, considerando as normas de meio ambiente.

Parágrafo Único. Consideram-se Postos de Abastecimento de Veículos Automotores as edificações, especialmente em logradouro público, em terreno de domínio do município, de propriedade privada, para atender ao abastecimento de veículos automotores e que, com requisito de estética, higiene e de segurança, reúna em um mesmo local, aparelhos destinados à limpeza e à conservação desses mesmos veículos, bem como o suprimento de ar, água e serviço de reparos urgentes.

Art. 390. Somente poderão efetuar venda e troca de óleos lubrificantes, os estabelecimentos que possuírem local apropriado para troca e armazenagem de óleo utilizado, ou estiverem convenientes a outro estabelecimento que atenda esta condição.

Parágrafo Único. Nesta caso, deverá ser observada a Resolução n.º 09 do CONAMA de 31 de agosto de 1993 ou outra que vier a substituir.

Art. 391. Em caso de constatação de vazamento de combustíveis, será obrigatória a imediata comunicação do fato ao órgão ambiental do município, bem como a imediata desativação e substituição do - s - tanques - s - comprometido - s, conforme os parâmetros da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Parágrafo Único. Quando for constatada a impossibilidade da remoção do tanque com vazamento o mesmo deverá ser isolado após a desativação, devendo ser removidos todo o combustível e gases do seu interior, providenciando-se ainda, todas as entradas e saídas de ar, inspeção e combustível.

Art. 392. Os Postos de Abastecimento de Veículos Automotores, lubrificação, lavagem de veículos, garagem pública, estabelecimentos industriais e empresas de transporte deverão, observar as demais normas de proteção contra incêndio e do meio ambiente.
SEÇÃO V - DA TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 393. A Taxa de Licenciamento Ambiental tem como fato gerador o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades no âmbito do município de São Leopoldo.

Art. 394. É contribuinte da Taxa de Licenciamento Ambiental o empreendedor, público ou privado, responsável pelo pedido da licença ambiental para o exercício da respectiva atividade.

Art. 395. A Taxa de Licenciamento Ambiental, bem como a sua renovação, terá o valor apurado conforme o tipo de licença, porte do empreendimento e/ou atividade e potencial poluidor, conforme disposto no Anexo B.

Parágrafo Único. O porte do empreendimento e/ou atividade, o potencial poluidor e a sua tipologia serão definidos no Anexo C desta lei e/ou conforme o artigo 341 desta lei.

Art. 396. A Taxa de Licenciamento Ambiental será atualizada conforme a Unidade Padrão Municipal - UPM.

Art. 397. É devido pelo requerente Taxa para emissão de segunda via e/ou atualização de licenças ambientais, conforme valor fixado no Anexo B desta lei.

Art. 398. As Taxas de Licenciamento Ambiental serão recolhidas para o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, sendo uma percentagem repassada ao órgão ambiental estadual, de acordo com o convencionado em cada convênio firmado.

Art. 399. Terão eficácia, em âmbito municipal, as licenças concedidas pelo órgão ambiental estadual, entretanto deverão os empreendimentos e/ou atividades obter a Declaração Municipal expedida pelo órgão ambiental do município.

Parágrafo Único. Os empreendimentos e atividades licenciados pelo órgão ambiental estadual, cujos portes e potencial poluidor estão enquadrados no artigo 341 desta lei, submeter-se-ão ao regramento municipal, após expirada a validade das respectivas licenças.

CAPÍTULO II - DOS CONTRATOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS

SEÇÃO I - DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC

Art. 400. Fica instituído no âmbito do órgão ambiental do município, o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, cujo objetivo é adequar, cessar, adaptar, recompor, corrigir, minimizar ou transacionar os efeitos do dano e/ou infração ambiental ocorrido.

Parágrafo Único. Com a formalização do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - fica possibilitado, ao infrator e/ou causador de dano ambiental, a possibilidade de ser revertido, após o atendimento e/ou firmamento de todas as condicionantes ambientais constantes nos atos administrativos elencados nos incisos I, II, VII, VIII e X do artigo 495, a conversão de até 90% - noventa por cento - do valor da multa aplicada em investimentos no meio ambiente, sendo recolhido ao Fundo Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA - os 10% - dez por cento - restantes, por meio da obtenção da guia DARM.

Art. 401. O Termo de Ajustamento de Conduta tem por objetivo precipuo a recuperação do meio ambiente degradado, por meio da fixação de obrigações e condicionantes técnicas que deverão ser rigorosamente cumpridas pelo infrator em relação à atividade degradadora a que causa, de modo a cessar, adaptar, recompor, corrigir, minimizar ou transacionar seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.
Parágrafo Único. As obrigações e condicionantes citadas no caput deste artigo não se limitam a penas pecuniárias, podendo ser exigíveis, pelo órgão ambiental do município, medidas alternativas que englobem ações de educação, prevenção e conservação ambientais.

Art. 402. A formalização do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - não implica a suspensão da exigibilidade da penalidade de multa aplicada, no caso de seu descumprimento.

Art. 403. Constatada a ocorrência de infração ambiental os órgãos de licenciamento e fiscalização do órgão ambiental do município deverão diligenciar, junto ao infrator ambiental, no sentido de formalizar o Termo de que trata este capítulo, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

Art. 404. O requerimento de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - será formulado pelo infrator ou seu representante legal, mediante prévio pagamento do preço público correspondente, em qualquer instância recursal, sendo obrigatória sua análise pelos setores técnico e jurídico competentes.

§ 1.º O requerimento deverá ser instruído com projeto técnico de reparação do dano.

§ 2.º A pedido do infrator, a autoridade competente poderá dispensá-lo da apresentação de projeto técnico de reparação do dano, desde que justificadamente acolhidas as razões motivadoras do pedido.

§ 3.º A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - não impede a execução de eventuais multas aplicadas antes da protocolização do requerimento.

§ 4.º Constatada a ocorrência de infração ambiental, ao órgão ambiental do município deverá aplicar as sanções cabíveis, independentemente da formalização do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC.

Art. 405. Os Termos de Ajustamento de Conduta deverão ser submetidos à apreciação da Assessoria Jurídica do órgão ambiental do município.

Art. 406. Através do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado entre o órgão ambiental e o infrator, serão ajustadas as condições e obrigações a serem cumpridas pelos responsáveis pelas fontes de degradação ambiental, visando a cessar os danos e recuperar o meio ambiente.

§ 1.º No Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - deverá constar obrigatoriamente a penalidade para o caso de descumprimento da obrigação assumida.

§ 2.º Na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar e corrigir a degradação ambiental, quer seja por decisão da autoridade ambiental ou por culpa do infrator, poderá a Administração Pública Municipal, através da Procuradoria Geral do Município - PGM, executar judicialmente o Termo, sem prejuízo das sanções penais e administrativas aplicáveis à espécie.

§ 3.º Os objetos do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - deverão ser recolhidos ao Fundo Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, no prazo estabelecido no respectivo Termo.


Art. 408. O órgão ambiental do município é competente para a prática do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC.
Art. 409. O Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - deverá observar as exigências mínimas previstas na legislação em vigor, sem prejuízo da formulação de outras estabelecidas por ato do órgão ambiental do município.

Art. 410. Cabe à autoridade máxima do órgão ambiental do município firmar o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, bem como atestar seu integral cumprimento, ouvidas as unidades técnicas competentes, podendo o atestamento ser delegado a outrem.

Parágrafo Único. A autoridade máxima do órgão ambiental do município poderá delegar as atribuições a que alude o caput deste artigo.

Art. 411. O Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - produzirá efeitos legais a partir de sua celebração e possui força de Título Executivo Extrajudicial, nos termos do artigo 585, VII, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil e desta lei.

SEÇÃO II - DO TERMO DE COMPENSAÇÃO VEGETAL - TCV

Art. 412. A emissão de Autorização para supressão de espécimes vegetais fica condicionada ao compromisso do requerente em compensar o impacto gerado.

§ 1.º A compensação dar-se-á através de plantio de espécimes nativas, preferencialmente, no imóvel em que se deu a supressão.

§ 2.º A critério do órgão ambiental do município, o plantio compensatório a que se refere o parágrafo anterior poderá ser convertido em:
I - serviços de manejado da arborização pública urbana;
II - obras e serviços para fins de projeto implantação, urbanização e manutenção de áreas verdes públicas;
III - doação de mudas, materiais e equipamentos a serem utilizados no manejado e gestão da vegetação, localizada em espaços públicos;
IV - pecúnia, que reverterá para o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA.

§ 3.º O custo de uma muda de árvore plantada para efeito de conversão fica fixado em 10 - dez - UPM's.

Art. 413. A compensação vegetal de que trata esta lei poderá ser dispensada para supressão de vegetais:
I - em situação de risco de queda;
II - em área pública, quando necessária ao manejado da arborização urbana, de acordo com o Plano Diretor Municipal - PDM, Lei Municipal n.º 6.125, de 19 de dezembro de 2006;
III - quando necessária ao manejado da vegetação para as atividades relacionadas à produção primária, tais como:
   a) roçada e melhoria de pastagens nativas;
   b) roçada nas entrelinhas de pomares e silvicultura;
   c) na implantação de culturas anuais, desde que a área seja pastagem nativa ou exótica.

Parágrafo Único. Quando a supressão decorrer de atividades e/ou obras sujeitas ao licenciamento ambiental, a compensação vegetal obedecerá aos critérios definidos pelo órgão ambiental do município.

Art. 414. O compromisso de que trata o artigo 412 será firmado através de Termo de Compensação Vegetal - TCV, que conterá no mínimo:
I - nome do requerente/compromitente;
II - a compensação vegetal determinada;
III - número da Autorização que gerou a compensação.
IV – a obrigação, no caso de conversão em plantio e demais atividades de manejo da arborização pública, de serem os serviços executados sob a responsabilidade técnica – ART;
V – cláusula penal. Redação alterada pela lei 6879/09

Art. 414. O compromisso de que trata o artigo 412 será firmado através de Termo de Compensação Vegetal - TCV, que conterá no mínimo:
I - nome do requerente/compromitente;
II - a compensação vegetal determinada;
III - número da Autorização que gerou a compensação;
IV - a obrigação, no caso de conversão em plantio e demais atividades de manejo da arborização pública, de serem os serviços executados sob a responsabilidade técnica – ART;
V - cláusula penal.

§ 1º - A compensação vegetal por espécime isolado se dará conforme tabela constante no anexo G desta Lei.

§ 2º - A listagem das espécies nativas e o seu tamanho de que trata a tabela do anexo G, a serem compensadas por manejo de vegetação, será estabelecida por meio de ordem de serviço ou portaria do órgão ambiental municipal.

§ 3º - Ficam sujeitas a compensação vegetal diferenciada da tabela do anexo G, as atividades passíveis de licenciamento ambiental que necessitarem de manejo em vegetação, desde que constantes na documentação licenciatória.

§ 4º - Maciços vegetais, tais como capões e arboretos, em áreas urbanas estarão sujeitas a compensação vegetal diferenciada da constante na tabela do anexo G, que deverão estar de acordo com ordem de serviço ou portaria emitida pelo órgão ambiental municipal.


Art. 416. O Termo de Compensação vegetal - TCV - produzirá efeitos legais a partir de sua celebração e possui força de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, VII, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil e desta lei.

CAPÍTULO III - DO CADASTRO DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS

Art. 417. Fica instituído, sob administração do órgão ambiental do município, o Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, de inscrição obrigatória, pelas pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna, flora e demais organismos vivos.

§ 1.º Este cadastro passa a fazer parte do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente - SISNIMA.

§ 2.º O órgão ambiental do município solicitará ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - o registro das pessoas físicas ou jurídicas constantes no Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, com domicílio ou sede neste município.

§ 3.º Compete ao órgão ambiental do município manter atualizando o cadastro aqui instituído, suprindo, permanentemente, o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente - SISNIMA.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
Estado do Rio Grande do Sul

Art. 418. As pessoas físicas ou jurídicas que trata o artigo anterior, não inscritas no Cadastro Técnico até o último dia útil do trimestre civil que ocorrer após a publicação desta, incorrerão em infração punível com sanção pecuniária.

SEÇÃO I - DA TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - TCFA

Art. 419. Fica instituída a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.

Art. 420. É sujeito passivo da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA - todo aquele que exerça as atividades constantes do Anexo E desta lei.

§ 1.º O potencial de poluição e o grau de uso de recursos naturais de cada uma das atividades sujeitas à fiscalização encontram-se no Anexo E.

§ 2.º Caso o estabelecimento exerça mais de uma atividade sujeita à fiscalização, pagará a taxa relativamente a apenas uma delas, pelo valor daquela de maior potencial poluidor.

§ 3.º A comprovação do porte do empreendimento dar-se-á pela apresentação anual de cópia da Declaração do Imposto de Renda, substituível por declaração do contador responsável técnico nos casos de pessoa jurídica que ainda não efetuou a primeira Declaração Anual do Imposto de Renda.

Art. 421. São isentas do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA - as entidades públicas federais, distritais, estaduais e municipais, as entidades filantrópicas, aqueles que praticam agricultura de subsistência e as populações tradicionais.

Art. 422. A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA - será devida no último dia útil de cada trimestre do ano civil, nos valores definidos e o recolhimento será efetuado em conta bancária vinculada ao Fundo Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, através de documento próprio de arrecadação, até o terceiro dia útil do mês subsequente.

Art. 423. Constitui crédito para compensação com o valor devido a título de Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA, até o limite de sessenta por cento e relativamente ao mesmo ano, o montante efetivamente pago pelo estabelecimento ao Estado e ao município, em razão de taxa de fiscalização ambiental.

Parágrafo Único. Valores recolhidos ao Estado e ao município, a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento e venda de produtos, não constituem crédito para compensação com a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA.

Art. 424. Os recursos arrecadados a título de Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA - terão utilização restrita em atividades de manutenção, custeio e investimento nas atividades de controle e fiscalização ambiental exercidos pelo órgão municipal do município.

Art. 425. Os dispositivos aqui previstos não alteram ou revogam outros que contenham exigências próprias para o exercício de atividades específicas, sequer aqueles que necessitem de licença ambiental a ser expedida por órgão ambiental competente.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
Estado do Rio Grande do Sul

CAPÍTULO IV - DA LICENÇA TURÍSTICA AMBIENTAL - LTA

Art. 426. Fica instituída a Licença Turística Ambiental - LTA, cujo fato gerador é a realização de atividades turísticas e/ou o fornecimento de produtos e/ou serviços de turismo.

Art. 427. É sujeito passivo da Licença Turística Ambiental - LTA, todo aquele que exerça as atividades constantes do artigo anterior.

§ 1.º Este licenciamento deverá ser feito junto ao órgão ambiental do município e renovado anualmente.

§ 2.º O valor do licenciamento corresponderá a 20 - vinte - UPM's, devendo ser pago, em parcela única, até 30 - trinta - de abril de cada ano e recolhido ao Fundo Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA.

Art. 428. A Licença Turística Ambiental - LTA - não recolhida, nas condições estabelecidas no artigo anterior, será cobrada com os seguintes acréscimos:

I - juros de mora, na via administrativa ou judicial, contados do mês seguinte ao do vencimento da obrigação, à razão de um por cento;

II - multa de mora de vinte por cento, reduzida a dez por cento se o pagamento for efetuado até o último dia útil do mês subseqüente ao do vencimento da obrigação;

III - encargo de vinte por cento, substitutivo da condenação do devedor em honorários de advogado, calculado sobre o total do débito inscrito como Dívida Ativa, reduzido para dez por cento se o pagamento for efetuado antes do ajuizamento da execução.


Art. 430. Os recursos arrecadados a título da Licença Turística Ambiental - LTA - terão utilização restrita em atividades de manutenção, custeio e investimento no controle e fiscalização ambiental definidas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA.

Art. 431. Os dispositivos aqui previstos não alteram ou revogam outros que contrem exigências próprias para o exercício de atividades específicas.

TÍTULO VIII - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

CAPÍTULO I - DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL OBJETIVA

Art. 432. Responde pelo dano contra o meio ambiente quem por ação ou omissão lhe deu causa, ou concorreu para a sua prática, ou dele se beneficiou.

Art. 433. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, contidas nas leis, decretos, regulamentos e normas federais e estaduais, bem como as exigências técnicas delas decorrentes, constantes das infrações ambientais.

§ 1.º Considera-se infração administrativa tentada, quando iniciada a execução, a mesma não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

§ 2.º Qualquer pessoa constatando infração ambiental poderá dirigir representação às autoridades ambientais, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§ 3.º A autoridade ambiental que tiver reconhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo próprio,
sob pena de co-responsabilidade.

§ 4.º As infrações ambientais serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta lei.

Art. 434. Aquele que direta ou indiretamente causar dano ao meio ambiente será responsabilizado administrativamente, independentemente de culpa ou dolo, sem prejuízo das sanções cíveis e criminais.

Art. 435. Sem obstar a aplicação das penalidades previstas nesta lei, o infrator, independentemente da existência de culpa, é obrigado a reparar os danos causados ao meio ambiente por sua atividade.

§ 1.º Sem prejuízo das sanções cíveis, penais e administrativas, e da responsabilidade em relação a terceiros, fica obrigado o agente causador do dano ambiental a avaliá-lo, recuperá-lo, corrigi-lo e monitorá-lo, nos prazos e condições fixados pela autoridade competente.

§ 2.º Se o responsável pela recuperação do meio ambiente degradado não o fizer no tempo aprazado pela autoridade competente, deverá o Poder Público Municipal fazê-lo com recursos fornecidos pelo responsável ou a suas próprias expensas, sem prejuízo da cobrança administrativa ou judicial de todos os custos e despesas incorridos na recuperação.

§ 3.º Por motivo relevante, a critério da autoridade competente, poderá ser prorrogado o prazo anteriormente concedido, para a conclusão de regularização, desde que requerido fundamentadamente e antes de seu vencimento.

Art. 436. Além das penalidades que lhe forem impostas, o infrator será responsável pelo ressarcimento à Administração Pública das despesas que esta vier a fazer em caso de perigo iminente à saúde pública ou ao meio ambiente.

Art. 437. O servidor público que culposa ou dolosamente concorra para a prática de infração às disposições desta lei e de seu regulamento, ou que facilite o seu cometimento, fica sujeito às cominações administrativas e penais cabíveis, inclusive a perda do cargo, sem prejuízo da obrigação solidária com o autor de reparar o dano ambiental a que deu causa.


Revogado pela Lei 6.628/08

Art. 439. Os valores das multas de que trata esta lei serão fixados em regulamento e corrigidos periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de 50 - cinqüenta - UPM's e o máximo de 25.000.000 - vinte e cinco milhões - de UPM's.

Art. 440. A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Art. 441. Para a imposição e gradação da penalidade a autoridade competente observará:

I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente;

II - os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;

III - circunstâncias atenuantes ou agravantes;

IV - a situação econômica do infrator, no caso de multa.

Art. 442. Para o efeito de aplicação de pena de multa, serão atenuantes as
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
Estado do Rio Grande do Sul

seguintes circunstâncias:
I - menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;
II - arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano ou limitação da degradação ambiental causada;
III - comunicação imediata do infrator às autoridades competentes, em relação a perigo iminente de degradação ambiental;
IV - colaboração com os agentes encarregados da fiscalização e do controle ambiental;
V - ser o infrator primário.

Art. 443. Para o efeito de aplicação de pena de multa, serão agravantes as seguintes circunstâncias:
I - a reincidência;
II - a extensão e gravidade da degradação ambiental;
III - a infração atingir um grande número de vidas humanas;
IV - danos permanentes a saúde humana;
V - a infração atingir área sob proteção legal;
VI - a infração ter ocorrido em Unidades de Conservação - UC’s;
VII - impedir ou causar dificuldades ou embaraço à fiscalização, bem como prestar falsas informações ou omitir dados técnicos;
VIII - utilizar-se, o infrator, da condição de agente público para a prática de infração;
IX - tentativa de se eximir da responsabilidade atribuindo-a a outrem;
X - ação sobre espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção;
XI - pichação, grafitagem ou depredação de monumentos ou coisa tombada em virtude do seu valor histórico, artístico, cultural e paisagístico;
XII - deixar de comunicar imediatamente a ocorrência de incidentes que ponham em risco a qualidade do meio ambiente;
XIII - a infração ocorrer no período noturno, em dias de feriado ou durante os finais de semana.

Art. 444. Constitui reincidência a prática de nova infração ambiental cometida pelo mesmo agente no período de 03 - três - anos, classificada como:
I - específica: cometimento de infração da mesma natureza;
II - genérica: o cometimento de infração ambiental de natureza diversa.

Parágrafo Único. No caso de reincidência específica ou genérica, a multa a ser imposta pela prática da nova infração terá seu valor aumentado ao triplo ou ao dobro, respectivamente.

CAPÍTULO II - DAS PROIBIÇÕES

Art. 445. Fica proibido no município de São Leopoldo:
I - atividades poluidoras cujas emissões estejam em desacordo com os padrões definidos em lei;
II - a colocação de resíduo radiativo no território municipal;
III - a pesca predatória;
IV - qualquer tipo de caça ou apanha de animais silvestres, bem como práticas que possam causar prejudícios à preservação da fauna, da flora e demais organismos vivos;
V - qualquer atividade que provoque alteração no ecosistema dos banhados do Rio dos Sinos e seus afluentes, assim como a fauna, flora e demais organismos vivos de suas margens;
VI - qualquer atividade geradora de modificações ambientais nas Áreas de Preservação Permanente - APP’S, como coleta, apanha ou introdução de fauna, flora e demais organismos vivos exóticos, sem a devida autorização;
VII - depósitos de resíduos sólidos e/ou líquidos em local não licenciado pelo órgão ambiental competente;
VIII - o corte e poda de árvores em áreas públicas e particulares sem a autorização do órgão ambiental do município;
IX - o transporte de cargas perigosas, tóxicas, radioativas e poluentes em desacordo com as normas exigidas em legislação vigente;
X - lançar conduto de águas servidas, efluente cloacal ou resíduos de qualquer natureza nos lagos, represas, açudes, arroios, nascentes, nos banhados, ou em qualquer via pública;
XI - a implantação e/ou ampliação de atividade efetiva ou potencialmente poluidora, em desacordo com os padrões de qualidade ambiental em vigor, sem as devidas licenças ou suas respectivas renovações, sem implantação de sistemas de tratamento dos resíduos gerados ou sem a promoção de medidas necessárias para prevenir ou corrigir os inconvenientes danos decorrentes da poluição;
XII - a produção, o transporte, a comercialização e o uso de medicamentos, biocidas, agrotóxicos ou produtos químicos ou biológicos, cuja produção ou emprego se tenha comprovado nocivo em qualquer parte do território nacional, ou outros países, por razões toxicológicas, farmacológicas ou de degradação ambiental;
XIII - pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano;
XIV - praticar ou induzir atos que tragam sofrimento à fauna urbana;
XV - soltar balões com utilização de produto combustível.

SEÇÃO I - POLUIÇÃO DO AR

Art. 446. Ficam vedadas:
I - a queima ao ar livre de resíduos sólidos, provenientes de atividades industriais, domiciliares e/ou ambulatoriais, que comprometam de alguma forma o meio ambiente ou a sadia qualidade de vida, exceto mediante autorização prévia do órgão ambiental competente;
II - a emissão de fumaça preta acima de 20% - vinte por cento - da Escala de Ringelman, em qualquer tipo de processo de combustão, exceto durante os 2 - dois - primeiros minutos de operação, para os veículos automotores, e até 5 - cinco - minutos de operação para outros equipamentos nas operações de partida ou ramonagem;
III - as emissões visíveis de poeiras, névoas e gases, excetuando-se o vapor d’água, em qualquer operação de britagem, moagem e estocagem;
IV - a emissão de odores que possam criar incômodos à população;
V - a emissão de substâncias tóxicas, conforme enunciado em legislação específica;
VI - a transferência de materiais que possam provocar emissões de poluentes atmosféricos acima dos padrões estabelecidos pela legislação;
VII - instalação ou operação de incineradores domiciliares ou prediais de qualquer espécie.

§ 1.º O período de 05 - cinco - minutos referidos no inciso II, poderá ser ampliado até o máximo de 10 - dez - minutos, nos casos de justificada limitação tecnológica dos equipamentos.

§ 2.º Somente será permitida a execução de fogueiras por ocasião de festas juninas, em locais que não interfiram no tráfego, nem apresentem perigo ao bem-estar da população.

Art. 447. São vedadas a localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de atividades que não atendam às normas, critérios, diretrizes e padrões estabelecidos por esta lei.

SEÇÃO II - POLUIÇÃO DO SOLO E SUBSOLO

Art. 448. É proibido depositar, dispor, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular, no solo ou subsolo, resíduos em qualquer estado de matéria, de natureza poluente, conforme legislação em vigor.
§ 1.º O solo e o subsolo somente poderá ser utilizado para destino final de resíduos poluentes de qualquer natureza se a sua disposição for feita de forma adequada, estabelecidos em projetos específicos previamente avaliados pelo órgão ambiental competente, incluindo seu transporte, vedando-se a simples descarga ou depósito, seja em propriedade pública ou particular.

§ 2.º Toda e qualquer disposição de resíduo no solo ou subsolo deverá possuir licenciamento prévio e sistema de monitoramento das águas subterrâneas.

SEÇÃO III - POLUIÇÃO SONORA

Art. 449. Fica proibido perturbar o sossego e o bem estar público através de ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer fonte geradora de poluição sonora que contrarie os níveis máximos estabelecidos no regulamento desta lei.

Art. 450. Fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento que produza, reproduza ou amplifique o som, no período noturno, de modo que crie distúrbio sonoro através do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível a ruídos.

§ 1.º Fica proibida a utilização de carros de som ou propagandas por meios ruidosos no município de São Leopoldo, sendo somente permitida mediante autorização prévia do Poder Público Municipal.

§ 2.º Os padrões de emissão e os limites máximos de som nos períodos diurno e noturno estão disciplinados no inciso CV, do artigo 10 desta lei.

§ 3.º Os equipamentos e técnicas utilizadas no controle da poluição sonora, quando não especificados, deverão seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 451. Fica proibido o uso ou a operação, residencial, comercial ou de qualquer outro estabelecimento, inclusive os religiosos, de instrumentos e/ou equipamentos, de modo que o som emitido provoque som incômodo à comunidade circunvizinha.

Parágrafo Único. Fica proibido ainda:
I - a utilização de matracas, cornetas, apitos, buzinas ou outros sinais exagerados ou contínuos, usados como anúncios por ambulantes e distribuidores de gás, para venderem ou propagandearem seus produtos;
II - soar ou permitir soar a qualquer hora, sinal de sinos, cigarras, sirenes, apitos ou similares, estacionários, destinados a não emergência, por mais de um minuto, exceto no caso de não se caracterizarem como distúrbio sonoro;
III - utilizar alto-falantes, fonógrafos, rádios e outros aparelhos sonoros usados como meio de propaganda, mesmo em casas de negócios ou para outros fins, desde que causem distúrbios sonoros;
IV - carregar e descarregar, abrir, fechar e outros manuseios de caixas, engradados, recipientes, materiais de construção, latas de lixo ou similares, no período noturno, de modo que cause distúrbio sonoro em unidades territoriais residenciais ou em zonas sensíveis a ruídos;
V - operar ou permitir a operação de qualquer veículo motorizado ou qualquer equipamento auxiliar atrelado a tal veículo por período maior que trinta minutos, enquanto o veículo estiver estacionado por motivos outros que não o congestionamento de trânsito, em qualquer horário, exceto no caso de não se caracterizarem como distúrbio sonoro;
VI - operar, ou permitir a operação ou a execução de qualquer instrumento musical, amplificado eletronicamente ou não, rádio, aparelho de televisão ou dispositivo que produza ou amplifique som em qualquer lugar de entretenimento público, sem autorização do órgão competente do município;
VII - operar ou permitir a operação de qualquer veículo motorizado, em qualquer dia ou horário, que produza distúrbio sonoro capaz de causar danos de qualquer natureza aos seres vivos de qualquer espécie em zona sensível a ruídos;

Art. 452. Sem a devida autorização especial, ficam proibidos os serviços de construção civil nos seguintes dias e horários:
I - domingos e feriados - a qualquer hora;
II - em dias úteis - nos horários vespertinos e noturnos.

Parágrafo Único. Fica a critério ao órgão responsável do Poder Público Municipal limitar os dias e horários permitidos em unidades territoriais residenciais e zonas sensíveis a ruído.

Art. 453. Não é permitida a utilização de quaisquer ferramenta ou equipamentos, execução de serviços de carga e descarga, consertos, serviços de construção em dias úteis, domingos e feriados, de modo que o som assim originado ultrapassasse aos valores fixados em lei.

Art. 454. Não é permitido o acionamento intencional ou permissão de acionamento de alarme de incêndio, roubo, de defesa civil, sirene, apito ou dispositivo fixo de emergência, exceto quando estiver realmente caracterizado um estado de emergência ou em situações de treinamento de emergência.

Art. 455. É proibida a detonação de explosivos, armas de fogo ou similares, que criem som impulsionado, de modo a causar poluição sonora além dos limites de propriedade real ou em espaço público, sem prévia autorização do órgão responsável do Poder Público Municipal.

Art. 456. A licença para localização de indústrias, oficinas, casa de diversão e qualquer outro estabelecimento em zonas que, pela sua proximidade, possam perturbar os moradores com som e/ou ruídos que produzam, somente poderá ser concedida mediante apresentação de projeto de isolamento acústico, assinado por técnico responsável.

§ 1.º Os estabelecimentos localizados anteriormente a esta lei deverão revestir as paredes do prédio com isolamento acústico, de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - e no prazo estabelecido pelo órgão ambiental do município.

§ 2.º Ocorrendo a impossibilidade de atender o disposto no parágrafo anterior, o estabelecimento terá suas atividades suspensas, até sua transferência para local conveniente, de acordo com as normas estabelecidas nesta lei.

Art. 457. É proibida a utilização de dispositivos que produzam vibrações, além do limite real da propriedade da fonte poluidora.

Parágrafo Único. Quando este limite confrontar-se com espaços públicos, as vibrações não poderão ultrapassar a distâncias de 15m - quinze - metros.

Art. 458. Não se compreendem nas proibições deste capítulo os sons produzidos por:
I - bandas de música, desde que em procissões, cortejos ou desfiles públicos;
II - sirenes ou aparelhos de sinalização sonora de ambulâncias, carro de bombeiros ou assemelhados;
III - apitos, buzinas ou outros aparelhos de advertência de veículos em movimento, dentro do período diurno, respeitando a legislação do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;
IV - manifestações em recintos destinados à prática de esportes, com horário previamente licenciado pelo órgão responsável do Poder Público Municipal, excluindo-se a queima de foguetes, morteiros, bombas ou outros fogos de artifício, quando utilizados indiscriminadamente;
V - alto falantes, na transmissão de avisos de utilidade pública procedentes de entidades de direito público, associações comunitárias, partidos políticos, sindicatos, movimentos culturais e ecológicos e entidades representativas da população;

VI - coleta de lixo, promovida pelo órgão competente;

VII - vozes ou aparelhos, usados na propaganda eleitoral, de acordo com a legislação própria.

SEÇÃO IV - POLUIÇÃO ELETROMAGNÉTICA

Art. 459. Ficam vedadas às instalações de Estações Rádio-Base - ERB’s, torres e equipamentos afins abrangidos por esta lei, nas seguintes áreas:

I - em Áreas de Preservação Permanente - APP’s;

II - em Unidades de Conservação - UC’s e preservação da vida silvestre das áreas de proteção ambiental;

III - em áreas verdes, e de relevante interesse ecológico;

IV - em praças e parques urbanos;

V - em zonas intangíveis, primitivas e de uso extensivo localizadas em parques, conforme legislação vigente;

VI - em bens tombados e áreas de tutela.

Parágrafo Único. Respeitada a legislação de proteção ambiental em vigor, poderá ser admitida a instalação de Estações Rádio-Base - ERB’s - e equipamentos afins nas áreas citadas nos incisos I a VI acima, desde que sejam do interesse do município, para efeito de monitoração ambiental, vigilância e atividades afins, bem como estações de comunicação do governo estadual e federal, mediante análise e aprovação do órgão municipal responsável pela gestão ambiental, que poderá impor exigências para autorização das instalações.

SEÇÃO V - POLUIÇÃO DAS ÁGUAS

Art. 460. Constituem infrações ambientais para os efeitos desta lei:

I - utilizar os recursos hídricos para qualquer finalidade, com ou sem derivação, sem a respectiva outorga do uso ou em desacordo com as condições nela estabelecidas;

II - iniciar a implantação ou implantar empreendimento ou exercer atividade relacionada com a utilização de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos, que implique alterações no regime, quantidade ou qualidade das águas, sem aprovação dos órgãos ou entidades competentes;

III - executar a perfuração de poços ou a captação de águas subterrâneas sem a devida aprovação;

IV - fraudar as medições dos volumes de água utilizados ou declarar valores diferentes dos medidos;

V - descumprir determinações normativas ou atos emanados das autoridades competentes visando à aplicação desta lei;

VI - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções;

VII - diluir efluentes de uma fonte poluidora com águas não poluídas de qualquer natureza estranhas ao processo produtivo desta fonte poluidora;

VIII - lavar veículos automotores de qualquer espécie com água potável distribuída pela rede pública;

IX - irrigar gramados, jardins e floreiras, bem como qualquer outro uso de água tratada que possa significar uso não prioritário com água potável distribuída pela rede pública;

X - repor totalmente ou trocar águas de piscinas e reservatórios de clubes, entidades ou residências com água potável distribuída pela rede pública;

XI - lavar calçadas de prédios, condomínios ou residências com água potável distribuída pela rede pública.

Art. 461. É proibida a utilização de organismos vivos de qualquer natureza
na despoluição de corpos d'água naturais sem prévio estudo de viabilidade técnica e impacto ambiental e sem autorização do órgão ambiental competente.

Art. 462. É proibida a disposição direta de poluentes e resíduos de qualquer natureza em condições de contato direto com corpos d'água naturais superficiais ou subterrâneas, em regiões de nascentes ou em poços e perfurações ativas ou abandonadas, mesmo secas.

Art. 463. É proibido o lançamento, direto ou indireto em corpos d’água, de qualquer resíduo sólido, líquido ou pastoso em desacordo com os parâmetros definidos nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, legislação federal e estadual.

SEÇÃO VI - SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Art. 464. Constituem infrações graves, para as quais o Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE - fica autorizado a interromper o fornecimento de água, além de aplicar as sanções, penalidades e multas previstas em leis e regulamentos estabelecidos pelo Poder Executivo Municipal, os seguintes casos:

I - inadimplemento das faturas cobradas pelo Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE - para remunerar os serviços por ele prestados;

II - restabelecimento não autorizado pelo Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE - do fornecimento de água interrompido em virtude de inadimplemento de faturas;

III - lançamento de esgotos in natura;

IV - ligações às redes de água, esgoto ou drenagem efetuadas de forma irregular, clandestina ou não autorizada pelo Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE;

V - vazamentos de esgotos de responsabilidade do usuário e infiltração em imóveis vizinhos;

VI - danos causados, retiradas ou manipulações sem autorização expressa do Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE, nos equipamentos de medição de volume de água consumido ou esgoto coletado, desde que devidamente comprovados.

Parágrafo Único. As infrações cominadas no inciso III não incidirão sobre os imóveis situados em locais não providos de rede pública de coleta de esgoto sanitário, ressalvidas as disposições penais cabíveis.

Art. 465. Também se constituem como infração grave, a exploração ou comercialização de recursos hídricos de origem superficial ou subterrânea sem autorização expressa do Poder Público e sem o pagamento das tarifas e taxas relativas a essas atividades, conforme legislação pertinente.

Art. 466. A coleta, o transporte, o destino e a disposição final de resíduos especiais e extradomiciliares, gerados em imóveis, residenciais ou não, são de exclusiva responsabilidade de seus proprietários.

Parágrafo Único. Na hipótese de transgressão pelo proprietário, e vindo o Poder Público efetuar os serviços, o custo correspondente será cobrado em dobro, sem prejuízo das sanções cabíveis.


SEÇÃO VII - POLUIÇÃO VISUAL AO AR LIVRE

Art. 468. Fica proibida a colocação ou fixação de veículos de divulgação de qualquer espécie ao ar livre:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
Estado do Rio Grande do Sul

I - nos logradouros públicos, viadutos, túneis, pontes, elevadas, monumentos, pistas de rolamento de tráfego, nos muros e fachadas, ainda que em domínio estatal ou federal;

II - que obstruam a atenção dos motoristas ou obstruam a sua visão ao entrar e sair de estabelecimentos, caminhos privados, ruas e estradas;

III - em veículos automotores sem condições de operacionalidade, ou que tenha como finalidade precípua a veiculação de anúncios de divulgação;

IV - que se constituam em perigo à segurança e à saúde da população, ou de qualquer forma prejudique a fluidez dos seus deslocamentos nos logradouros públicos;

V - que atravessem a via pública;

VI - que prejudiquem os lindeiros;

VII - que prejudiquem a insolação ou a aeração da edificação em que estiverem instalados, ou de lindeiros;

VIII - no imobilíario urbano, se utilizado como mero suporte de anúncios, desvirtuadas as suas funções próprias;

IX - em elementos significativos da paisagem de São Leopoldo, assim considerados como a orla do Rio dos Sinos, os morros, os maciços vegetais expressivos, os parques, as praças, as áreas funcionais de interesse cultural e paisagístico, os monumentos públicos, as obras de arte, os prédios de interesse sócio-cultural e os prédios tombados, salvo os anúncios de cooperação entre o Poder Público e a iniciativa privada, a serem definidos por legislação específica, bem como as placas de trânsito;

X - mediante emprego de balões inflamáveis;

XI - veiculada mediante uso de animais;

XII - nas linhas de cumeada, em morros não urbanizados;

XIII - acima da cota de 50m - cinqüênta metros;

XIV - que desfigurem, de qualquer forma, as linhas arquitetônicas dos edifícios;

XV - quando se refira desrespeitosamente a pessoas, instituições, crenças, ou quando utilize incorretamente o vernáculo;

XVI - quando favorecer ou estimular qualquer espécie de ofensa ou discriminação racial, social, política ou religiosa;

XVII - quando veicularem elementos que possam induzir a atividades criminosas ou ilegais no contexto ambiental, ou que possam favorecer, enaltecer ou estimular tais atividades;

XVIII - quando veicularem mensagens de produtos proibidos ou que estimulem qualquer tipo de poluição ou degradação do ambiente natural;

XIX - na pavimentação das ruas, meios-fios, calçadas e rotas, salvo em se tratando de anúncio orientador ou prestador de serviço de utilidade pública;

XX - no interior de cemitérios, salvo os anúncios orientadores;

XXI - em árvores de qualquer porte;

XXII - postes de iluminação pública ou de rede de telefonia, inclusive cabines e telefones públicos;

XXIII - nos dutos de gás e de abastecimento de água, hidrantes, torres d’água e outros similares.

§ 1.º Fica vedada a veiculação de anúncios ao longo das rodovias dentro dos limites do município, sem autorização deste, independentemente das exigências contidas nas legislações federal e estadual.

§ 2.º Constituirá também matéria de regulamentação destes dispositivos, a distribuição de prospectos e folhetos de propaganda, os veículos publicitários em edificações, os anúncios em tabuletas, placas e painéis, a colocação de postes com anúncios e as faixas, dentre outros que o Poder Público Municipal julgar necessário, bem como a estipulação das penalidades administrativas.

SEÇÃO VIII - ATIVIDADE PESQUEIRA

Art. 469. É proibida a importação ou exportação de quaisquer espécies aquáticas, em qualquer estágio de evolução, bem como a introdução de espécies nativas ou exóticas, sem autorização do órgão competente.
Art. 470. É proibido pescar:
I - nos lugares e épocas interditados pelo órgão competente;
II - em locais onde a pesca cause embaraço à navegação;
III - com dinamite e outros explosivos comuns que, em contato com a água, possam agir de forma explosiva;
IV - com substâncias tóxicas;
V - a menos de 500m - quinhentos metros - das saídas de esgotos;
VI - em águas poluídas;
VIII - em cursos d'água, nos períodos em que ocorrem fenômenos migratórios para reprodução, nos períodos de desova, reprodução ou defeso;
IX - com redes de espera com malhas inferiores a 70mm - setenta milímetros, ângulos opostos, medidas esticadas e cujo comprimento ultrapasse a 1/3 - um terço - dos ambientes aquáticos, colocadas a menos de 200m - duzentos metros - das zonas de confluência de rios e arreios.

SEÇÃO IX - FLORA

Art. 471. É vedada a supressão e o aterramento da vegetação dos banhados, no âmbito do município.

Art. 472. É vedada a supressão de vegetação primária dos ecossistemas do município de São Leopoldo, para fins de loteamento ou edificação, nas regiões metropolitanas e áreas urbanas consideradas como tal em lei específica, aplicando-se à supressão da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração as seguintes restrições:
I - nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta lei, a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração dependerá de prévia autorização do órgão municipal competente e somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio avançado de regeneração em no mínimo 50% - cinqüenta por cento - da área total coberta por esta vegetação e atendido o disposto no Plano Diretor Municipal - PDM, Lei Municipal n.º 6.125, de 19 de dezembro de 2006 e demais normas urbanísticas e ambientais aplicáveis;
II - nos perímetros urbanos aprovados após a data de início de vigência desta lei, é vedada a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração dos ecossistemas de São Leopoldo para fins de loteamento ou edificação.

Art. 473. É proibido provocar incêndios em matas, florestas, banhados, ou quaisquer outros ecossistemas de São Leopoldo.

Art. 474. Fica proibida a regularização da situação dos estabelecimentos localizados em áreas verdes ou institucionais, mesmo que comprovem mais de dois anos de residência no local.

SEÇÃO X - CIROS E ESPETÁCULOS

Art. 475. Fica proibida a estadia de espetáculos circenses, teatrais e similares no município de São Leopoldo, quando estes utilizarem, explorarem ou mantiverem animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, em espetáculos, cativeiros ou similares, e que tenham como atrativo sua exibição ou exploração.

Parágrafo Único. Excetuam-se ao disposto no artigo anterior:
I - os parques zoológicos, devidamente licenciados pelos órgãos ambientais competentes;
II - as exposições de animais por estabelecimento comerciais, onde o principal objetivo é a venda destes, desde que estejam devidamente registrados na Prefeitura Municipal e atendam à legislação ambiental vigente;
III - as exposições de animais organizadas por entidades governamentais ou não-governamentais, desde que devidamente licenciadas e que tenham caráter científico, educacional, proteacional ou de doação à comunidade;
IV - eventos e competições com característica tradicionalista, como cavalgadas e desfiles, que tenham como propósito a manutenção da cultura riograndense, incluindo-se a programação oficial da Semana Farroupilha.

SEÇÃO XI - ARBORIZAÇÃO

Art. 476. Fica proibida a poda drástica de árvores, estando os infratores sujeitos às penas previstas nesta lei, salvo se feita por servidor do órgão ambiental do município, devidamente qualificado, com ordem de serviço assinada pela autoridade máxima do órgão ambiental do município, juntamente com laudo expedido por técnico legalmente habilitado.

Art. 477. É proibida a realização de anelamento em qualquer vegetal de porte arbóreo ou em logradouro público do município.

Art. 478. Fica proibido, ainda:
I - danificar qualquer vegetal de porte arbóreo definido nesta lei, salvo nos casos dispostos no artigo 101;
II - caiar, pintar, pichar, fixar pregos, faixas, cartazes ou similares em árvores, seja qual for o fim;
III - plantar árvores em qualquer dos locais listados no inciso I, do artigo 81 desta lei, sem autorização por escrito do órgão ambiental do município;
IV - depositar resíduos ou entulhos em canteiros centrais, praças e demais áreas verdes municipais;
V - plantar em vias públicas, salvo com a devida autorização do órgão ambiental municipal, além de outras espécies que venham a ser reguladas por Decreto Municipal:
   a) Eucaliptus spp - Eucalipto;
   b) Schizolobium parayba - Guapuruvu;
   c) Ficus spp - Figueiras;
   d) Delonix regia - Flamboyant;
   e) Chorisia speciosa - Paineira;
   f) Pinus spp - Pinheiro;
   g) Spathodea campanula - Tulipa africana;
   h) Holvenia dulcis - Uva-do-Japão;
   i) Eucalyptus globulus - Eucalipto;
   j) Populus spp - Populo;

VI - executar poda ou supressão vegetal em desacordo com a autorização técnica fornecida pelo órgão ambiental do município.

SEÇÃO XII - ATOS LESIVOS À LIMPEZA PÚBLICA

Art. 479. Fica expressamente proibido:
I - descarte de resíduos sólidos a céu aberto, em terrenos baldios, áreas erodidas e Áreas de Preservação Permanente - APP’s;
II - descarte de resíduos sólidos em cursos d'água, banhados, nascentes e suas respectivas áreas de drenagem;
III - descarte de resíduos sólidos em locais que afetem áreas de drenagem de águas pluviais, esgotos, bueiros e assemelhados;
IV - armazenamento em edificações técnica e ambientalmente inadequadas;
V - descarte de resíduos de serviços de saúde sem prévia neutralização de seus patógenos;
VI - encaminhamento a aterro sanitário de resíduos industriais, os quais deverão ser neutralizados da forma mais adequada técnica e ambientalmente;
VII - fica proibida a fixação de pregos no tronco das árvores com a finalidade de pendurar sacolas com resíduos.
Art. 480. É proibida a diluição ou lançamento de resíduos sólidos e semilíquidos em sistemas de esgoto sanitário ou tratamento de efluentes líquidos, salvo em casos especiais, a serem individualmente analisados pelo órgão ambiental competente.

SEÇÃO XIII - FAUNA SILVESTRE E URBANA

Art. 481. É proibida a utilização, perseguição, destruição, caça, pesca, apanha, captura, coleta, exterminio, depauperação, mutilação e manutenção em cativo e em semicativo de exemplares da fauna silvestre, por meios diretos ou indiretos, bem como o seu comércio e de seus produtos e subprodutos, a menos que autorizado na forma da lei.

Art. 482. É proibida a introdução, transporte, posse e utilização de espécies de animais silvestres não-autóctones, salvo as autorizadas pelo órgão ambiental competente, com rigorosa observância à integridade física, biológica e sanitária dos ecossistemas, pessoas, culturas e animais do território leopoldense.

§ 1.º No caso de autorização legal, os animais devem ser obrigatoriamente mantidos em regime de cativo, proibido seu repasse a terceiros sem autorização prévia.

§ 2.º Quando aplicável, será exigido Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA - na forma da lei estadual ou federal.

Art. 483. Fica proibida condução de cães com peso superior a vinte quilos por menores, mesmo que portando coleiras, guias, ou por focinheiras, por lugares públicos.

Parágrafo Único. Aplica-se, a mesma proibição a adultos que conduzirem um ou mais cães, com tamanho e força que o impossibilitem de conter o animal.

Art. 484. Fica terminantemente proibido o empréstimo, cedência ou aluguel de animais para fins de guarda e/ou vigilância em quaisquer situações ou condições.

Art. 485. Referente aos animais de carga, fica proibido:
I - atrelar no mesmo veículo animais de espécies diferentes, atrelá-los sem os apetrechos indispensáveis, incômodos ou em mau estado ou descer ladeiras sem utilização de travas;
II - utilizar, em serviço, animal cego, ferido, enfermo, extenuado ou desferrado, bem como castigar por qualquer forma a um animal caído ou atá-lo a cauda de outro;
III - transportar animal doente, fraco, ferido, fatigado, em estado adiantado de gestação, exceto para atendimento de urgência;
IV - circular, com veículos de tração animal, executando transportes de carga, na área central da cidade, entre às 20:00 - vinte - horas e às 08:00 - oito - horas;
V - fica vedada a condução de veículo de tração animal por parte de menores de 16 - dezesseis - anos.

SEÇÃO XIV - CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL

Art. 486. Destruir, inutilizar ou deteriorar:
I - bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial;
II - arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial.

Art. 487. Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico,
etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.

Art. 488. Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.

Art. 489. Pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano.

SEÇÃO XV - CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL

Art. 490. Fazer ao funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonigar informações ou dados técnico em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental.

Art. 491. Conceder, o funcionário público, licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizador do Poder Público.

Art. 492. Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental.

Art. 493. Obstavar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais.

SEÇÃO XVI - DOS POSTOS DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

Art. 494. Fica vedada a instalação de Postos de Abastecimento de Veículos Automotores, lubrificação, lavagem de veículos, garagem pública, estabelecimentos industriais e empresas de transporte destinados ao atendimento público, abrangidos nesta seção, com distância mínima de 1.500 - um mil e quinhentos - metros contados da divisa mais próxima das seguintes áreas:

I - em Áreas de Preservação Permanente - APP’s;
II - em Unidades de Conservação - UC’s;
III - em áreas verdes de especial interesse ambiental, conforme definição do Plano Diretor Municipal - PDM, Lei Municipal n.º 6.125, de 19 de dezembro de 2006;
IV - em praças e parques urbanos;
V - as macrozonas de proteção ambiental, conforme definição do Plano Diretor Municipal - PDM, Lei Municipal n.º 6.125, de 19 de dezembro de 2006 e legislação complementar;
VI - hospitais, escolas de ensino infantil, médio e fundamental, postos de saúde, a critério do órgão ambiental do município;
VII - das Estações de Rádio Base - ERB’s já instaladas no município;
VIII - as hipóteses não contempladas neste artigo serão reguladas pela Lei Municipal n.º 1.890, de 23 de dezembro de 1976 - Código de Obras e suas atualizações. 
Revogado pela Lei 6.628/08

CAPÍTULO III - DAS PENALIDADES

Art. 495. As infrações às disposições desta lei, critérios, parâmetros e padrões estabelecidos em decorrência dela e das demais legislações ambientais, serão punidas com as seguintes sanções:

I - Advertência;
II - Notificação;
III - multa simples;
IV - multa diária;
V - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna, flora e demais organismos, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer
natureza utilizados na infração:
   VI - destruição ou inutilização do produto;
   VII - suspensão de venda e fabricação do produto;
   VIII - embargo de obra ou atividade;
   IX - demolição de obra;
   X - suspensão parcial ou total das atividades;
   XI - restritiva de direitos.

§ 1.º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, serão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2.º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízos das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3.º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 4.º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo ou nas hipóteses do não cumprimento das providências e/ou exigências constantes dos incisos I e II, deste artigo, ou do Auto de Infração lavrado.

§ 5.º A classificação do artigo 498, incisos I e II, observada quando da aplicação do Auto de Infração ou Notificação, será o parâmetro de mensuração para aplicação da multa diária.

§ 6.º As penalidades de multa aplicadas a infratores não reincidentes poderão ser substituídas, a critério da autoridade coatora, pela execução de programas e ações de educação ambiental destinadas à área atendida pelas infrações ambientais que originaram as multas, desde que os valores se equivalham e que haja aprovação dos programas e ações pelo órgão autuante.

§ 7.º A apreensão e destruição referidas nos incisos V e VI, do caput deste artigo, obedecerá o disposto no artigo 496 desta lei.

§ 8.º As sanções indicadas nos incisos VII a XI serão aplicadas, quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo as prescrições legais ou regulamentares.

§ 9.º As sanções restritivas de direito são:
   I - suspensão de registro, licença ou autorização;
   II - cancelamento de registro, licença ou autorização;
   III - perda ou suspensão da participação em linha de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;
   IV - proibição de contratar com a Administração Pública Municipal pelo período de até 3 – três – anos. Redação alterada pela lei 6879/09

Art. 495. As infrações às disposições desta lei, critérios, parâmetros e padrões estabelecidos em decorrência dela e das demais legislações ambientais, serão purificadas, através da emissão de notificações com as seguintes sanções:

I - Advertência;
II - multa simples;
III - multa diária;
IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna, flora e demais organismos, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;
V - destruição ou inutilização do produto;
VI - suspensão de venda e fabricação do produto;
VII - embargo de obra ou atividade;
VIII - demolição de obra;
IX - suspensão parcial ou total das atividades;
XI - restritiva de direitos.

§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízos das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 4º A multa diária será aplicada sempre que o comitimento da infração se prolongar no tempo ou nas hipóteses de o não cumprimento das providências e ou exigências constantes dos incisos I e II, deste artigo, ou do Auto de Infração lavrado.

§ 5º A classificação do artigo 498, incisos I e II, observada quando da aplicação do Auto de Infração ou Notificação, será o parâmetro de mensuração para aplicação da multa diária.

§ 6º As penalidades de multa aplicadas a infratores não reincidentes poderão ser substituídas, a critério da autoridade co-autora, pela execução de programas e ações de educação ambiental destinadas à área afetada pelas infrações ambientais que originaram as multas, desde que os valores se equivalentam e que haja aprovação dos programas e ações pelo órgão autuante.

§ 7º A apreensão e destruição referidas nos incisos V e VI, do caput deste artigo, obedecerá o disposto no artigo 496 desta lei.

§ 8º As sanções indicadas nos incisos VII a XI serão aplicadas, quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo as prescrições legais ou regulamentares.

§ 9º As sanções restritivas de direito são:

I - suspensão de registro, licença ou autorização;
II - cancelamento de registro, licença ou autorização;
III - perda ou suspensão da participação em linha de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;
IV - proibição de contratar com a Administração Pública Municipal pelo período de até 3 - três - anos.

Art. 496. A apreensão, destruição ou inutilização, referidas nos incisos V e VI, do artigo 495 desta lei, obedecerão ao seguinte:

I - os animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos, veículos e embarcações de pesca, objeto de infração administrativa, serão apreendidos, lavrando-se os respectivos termos;
II - os animais apreendidos terão a seguinte destinação:
   a) libertados em seu habitat natural, após verificação da sua adaptação às condições de vida silvestre;
   b) entregues a jardins zoológicos, fundações ambientalistas ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados;
   c) ou na impossibilidade de atendimento imediato das condições previstas nas alíneas anteriores, o órgão ambiental autuante poderá confiar os animais a fiel depositário, na forma da legislação vigente, até implementação dos termos antes mencionados;
III - os produtos e subprodutos perecíveis ou a madeira apreendidos pela fiscalização serão avaliados e doados pela autoridade competente as instituições científicas, hospitalares, penais, militares, públicas e outras com fins beneficentes, bem como as comunidades carentes, lavrando-se os respectivos termos, sendo que, no caso de produtos da fauna não perecíveis, os mesmos serão destruídos ou doados a...
instituições científicas, culturais ou educacionais;

IV - os produtos e subprodutos de que tratam os incisos anteriores, não retirados pelo beneficiário no prazo estabelecido no documento de doação, sem justificativa, serão objeto de nova doação ou leilão, a critério do órgão ambiental, revertendo os recursos arrecadados para o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, correndo os custos operacionais de depósito, remoção, transporte, beneficiamento e demais encargos legais a conta do beneficiário;

V - os equipamentos, os petrechos e os demais instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos pelo órgão responsável pela apreensão, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem;

VI - caso os instrumentos a que se refere o inciso anterior tenham utilidades para uso nas atividades dos órgãos ambientais e de entidades científicas, culturais, educacionais, hospitariares, penais, militares, públicas e outras entidades com fins beneficentes, serão doados a estas, após previa avaliação do órgão responsável pela apreensão;

VII - tratando-se de apreensão de substâncias ou produtos tóxicos, perigosos ou nocivos à saúde humana ou ao meio ambiente, as medidas a serem adotadas, seja destinação final ou destruição, serão determinadas pelo órgão competente e correrão às expensas do infrator;

VIII - os veículos, embarcações e similares utilizados na prática da infração, apreendidos pela autoridade competente, somente serão liberados após o cumprimento da penalidade que vier a ser imposta, podendo ser os bens confiados a fiel depositário na forma da legislação vigente, até implementação dos termos antes mencionados, a critério da autoridade competente;

IX - fica proibida a transferência a terceiros, a qualquer título, dos animais, produtos, subprodutos, petrechos, equipamentos, veículos e embarcações, de que trata este artigo, salvo na hipótese de autorização da autoridade competente;

X - a autoridade competente poderá encaminhar cópia dos termos de que trata este artigo ao Ministério Público - MP, para conhecimento.

Art. 497. A pena de multa será aplicada quando não forem atendidas as exigências constantes na Advertência, Notificação ou Auto de Infração; Redação alterada pela lei 6879/09

Art. 498. Para aplicação da pena de multa, as infrações são classificadas em:

I - Grupo I - eventuais, as que possam causar prejuízos ao meio ambiente, aos patrimônios público e privado ou ao bem estar da população, bem como causem dano ou risco a espécies animais, mas não provoquem efeitos significativos ou que importem em inobservância de quaisquer disposições desta lei ou de seus decretos e leis complementares;

II - Grupo II - eventuais ou permanentes, as que provoquem efeitos significativos, embora reversíveis, sobre o meio ambiente, aos patrimônios público e privado ou ao bem estar da população, bem como causem dano ou risco a espécies animais, podendo vir a causar danos temporários;

III - Grupo III - eventuais ou permanentes, as que provoquem efeitos significativos ou irreversíveis ao meio ambiente, aos patrimônios público e privado, às espécies animais ou à população.

§ 1º São considerados efeitos significativos aqueles que:

a) conflitam com planos de preservação ambiental da área onde está localizada a atividade;

b) gerem dano efetivo ou potencial à saúde pública ou ponham em risco a segurança da população;

c) contribuam para a violação de padrões de emissão e de qualidade ambiental em vigor;

d) degradam os recursos de água subterrânea;
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
Estado do Rio Grande do Sul

e) interfiram substancialmente na reposição das águas superficiais e/ou subterrâneas;
f) causem ou intensifiquem a erosão dos solos;
g) expiram pessoas ou estruturas aos perigos de eventos geológicos;
h) ocasionem distúrbio por ruído;
i) atuem substancialmente espécies animais e vegetais nativas ou em vias de extinção ou degradem seus habitats naturais;
j) interfiram no deslocamento e/ou preservação de quaisquer espécies animais migratórias;
l) induzam a um crescimento ou concentração anormal de alguma população animal, vegetal e/ou outros organismos vivos.

§ 2.º São considerados efeitos significativos reversíveis aqueles que após sua aplicação de tratamento convencional de recuperação e com o decurso do tempo, demarcado para cada caso, conseguem reverter ao estado anterior.

§ 3.º São considerados efeitos significativos irreversíveis aqueles que, nem mesmo após a aplicação de tratamento convencional de recuperação e com o decurso do tempo, demarcado para cada caso, não conseguem converter ao estado anterior.
Redação alterada pela lei 6879/09

Art. 498. Para aplicação da pena de multa, as infrações são classificadas em:

I - Grupo I - eventuais, as que possam causar prejuízos ao meio ambiente, aos patrimônios público e privado ou ao bem estar da população, bem como causem dano ou risco a espécies animais, mas não provoquem efeitos significativos ou que importem em inobservância de quaisquer disposições desta lei ou de seus decretos e leis complementares;

II - Grupo II - eventuais ou permanentes, as que provoquem efeitos significativos, embora reversíveis, sobre o meio ambiente, aos patrimônios público e privado ou ao bem estar da população, bem como causem dano ou risco a espécies animais, podendo vir a causar danos temporários;

III - Grupo III - eventuais ou permanentes, as que provoquem efeitos significativos ou irreversíveis ao meio ambiente, aos patrimônios público e privado, às espécies animais ou à população.

IV - Grupo IV - eventuais, para empreendimentos que operem sem as devidas licenças e/ou autorizações ambientais, ou que operem com as licenças ambientais vencidas ou ainda em desacordo com as mesmas. Os valores das penas de multas correspondem aos valores devidos pelas respectivas licenças em desconformidade ou faltantes, conforme art. 395, anexos B e anexo C desta lei.

§ 1º São considerados efeitos significativos aqueles que:
a) conflitem com planos de preservação ambiental da área onde está localizada a atividade;
b) gerem dano efetivo ou potencial à saúde pública ou ponham em risco a seguranc a da população;
c) contribuíam para a violação de padrões de emissão e de qualidade ambiental em vigor;
d) degradam os recursos de água subterrânea;
e) interfiram substancialmente na reposição das águas superficiais e/ou subterrâneas;
f) causem ou intensifiquem a erosão dos solos;
g) expiram pessoas ou estruturas aos perigos de eventos geológicos;
h) ocasionem distúrbio por ruído;
i) atuem substancialmente espécies animais e vegetais nativas ou em vias de extinção ou degradem seus habitats naturais;
j) interfiram no deslocamento e/ou preservação de quaisquer espécies animais migratórias;
§ 2.º São considerados efeitos significativos reversíveis aqueles que após sua aplicação de tratamento convencional de recuperação e com o decurso do tempo, demarcado para cada caso, conseguem reverter ao estado anterior.

§ 3.º São considerados efeitos significativos irreversíveis aqueles que, nem mesmo após a aplicação de tratamento convencional de recuperação e com o decurso do tempo, demarcado para cada caso, não conseguem converter ao estado anterior.

Art. 499. Na aplicação da pena de multa serão observados os seguintes limites:
I - de 50 - cinqüenta - UPM's a 500 - quinhentas - UPM's, quando se tratar de infração do Grupo I;
II - de 501 - quinhentas e uma - UPM's a 5.000 - cinco mil - UPM's, quando se tratar de infração do Grupo II;
III - de 5.001 - cinco mil e uma - UPM's a 25.000.000 - vinte e cinco milhões - de UPM's, quando se tratar de infração do Grupo III.

Art. 500. Sempre que da infração cometida resultar prejuízo ao serviço público de abastecimento de água, riscos à saúde ou à vida, perecimento de bens ou animais, ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, independentemente de revogação ou cassação da outorga, a multa a ser aplicada nunca será inferior à metade do valor máximo previsto no inciso II.


Parágrafo Único. Consideram-se medidas de emergência aquelas demandadas por episódios com real potencial de impacto ou degradação ambiental.

Art. 505. A pena de interdição, observada a legislação em vigor, será aplicada:
I - em caráter temporário para equipamentos ou atividades efetivos ou potencialmente poluidores;
II - em caráter definitivo para equipamentos, nos casos de iminente risco à saúde pública e de infração continuada.

Art. 506. No caso de resistência à interdição, poderá ser solicitado auxílio de força policial ou da Guarda Municipal, ficando a fonte poluidora sob custódia e, havendo justificativa, pelo tempo que se fizer necessário, a critério do órgão ambiental do município.
Art. 507. A determinação da demolição de obra de que trata o inciso IX, do artigo 495 desta lei, será de competência da autoridade ambiental, a partir da efetiva constatação pelo agente autuante da gravidade do dano decorrente da infração.

SEÇÃO I - CIRCOS E ESPETÁCULOS

Art. 508. O descumprimento às disposições desta lei implicará a retirada do espetáculo do território municipal, cumulado com multa de 10.000 - dez mil - UPM's, bem como a apreensão do animal, da seguinte forma:
I - quando animal silvestre ou nativo, este receberá tratamento veterinário e posterior entrega ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA;
II - quando animal doméstico receberá tratamento veterinário e posteriormente será devolvido ao respectivo dono, quando este já estiver fora de jurisdição municipal.

Art. 509. A multa referida no artigo anterior será recolhida pelos órgãos competentes do Poder Executivo Municipal e destinada ao Fundo Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, podendo ser destinada a instituições de proteção e cuidados dos animais, sediadas no município, sob aprovação do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA.

SEÇÃO II - ARBORIZAÇÃO

Art. 510. Ao infrator serão aplicadas penalidades na seguinte ordem:
I - arrancar mudas de árvores: multa de 50 - cinqüenta - UPM's por muda e replantio;
II - por infração ao disposto no artigo 478 desta lei: multa de 50 - cinqüenta - a 500 - quinhentas - UPM's;
III - promover poda drástica em qualquer espécie vegetal de porte arbóreo: multa de 50 - cinqüenta - a 5.000 - cinco mil - UPM's por árvore;
IV - suprimir ou anelar espécie arbórea sem a devida autorização: multa de 50 - cinqüenta - a 5.000 - cinco mil - UPM's por árvore e replantio;
V - desrespeitar quaisquer dos artigos referentes ao planejamento de arborização urbana: multa de até 5000 - cinco mil - UPM's e embargo das obras, até que se cumpra com as obrigações impostas na lei;
VI - não replantio legalmente exigido: multa de 10 - dez - UPM's por muda de árvore;
VII - efetuar poda ou corte em desacordo com a autorização expedida pelo órgão ambiental do município: multa de 50 - cinqüenta - a 500 - quinhentas - UPM's.

Parágrafo Único. Se a infração for cometida contra árvore declarada imune ao corte, a multa será de 05 - cinco - vezes maior do que a penalidade cabível.

Art. 511. Caberá à autoridade máxima do órgão ambiental do município o direito de substituir a multa lavrada por mudas doadas pelo infrator ao órgão ambiental do município.

§ 1.º A substituição da pena deverá ocorrer quando do julgamento do Recurso Administrativo interposto.

§ 2.º Na reincidência não caberá substituição da pena.

Art. 512. Ocorrendo substituição da pena, essa deverá ser cumprida no prazo estabelecido no Termo ou acordo firmado com o órgão ambiental do município.

Art. 513. Provado dolo ou culpa de pessoas credenciadas pelo órgão ambiental do município, essas terão suas credenciais cassadas, além da aplicação das penalidades previstas nesta lei.
Parágrafo Único. Se a infração for cometida por servidor público municipal, aplicar-se-ão as penalidades prevista nesta lei e naquelas que disciplina a lei.

Art. 514. O órgão ambiental do município, nos limites de sua competência, poderá expedir as resoluções que julgar necessárias ao cumprimento desta lei.

SEÇÃO III - FAUNA URBANA

Art. 515. As infrações ao disposto no Título VIII do Capítulo II, Seção XIII implicarão:
I - advertência verbal;
II - Notificação;
III - multa de 50 - cinquenta - a 200.000 - duzentas mil - UPM's, de acordo com o tipo da infração, devidamente motivada;
IV - outras sanções prevista em legislação especial.

SEÇÃO IV - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - TCFA

Art. 516. As pessoas físicas e jurídicas que exercem as atividades mencionadas no Anexo E desta lei e que não estiverem inscritas nos respectivos cadastros até o último dia útil do terceiro mês que se seguir ao da publicação desta lei incorrerão em infração punível com multa de:
I - 30 - trinta - UPM's, se pessoa física;
II - 85 - oitenta e cinco - UPM's, se micro-empresa;
III - 510 - quinhentas e dez - UPM's, se empresa de pequeno porte;
IV - 1.020 - mil e vinte - UPM's, se empresa de médio porte;
V - 5.010 - cinco mil e dez - UPM's, se empresa de grande porte.

CAPÍTULO IV - DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 517. Este capítulo objetiva estabelecer normas básicas sobre o Processo Administrativo de análise e julgamento das infrações administrativas ambientais, excetuados os casos em que a lei define Processo Administrativo próprio.

Parágrafo Único. As infrações administrativas ambientais, praticadas por servidores da administração direta do município, no exercício de sua função, serão apuradas em procedimento administrativo próprio.

Art. 518. O órgão ambiental do município, por intermédio do servidor público municipal ocupante do cargo de Agente de Fiscalização Ambiental ou outro que vier a ser criado ou designado, é a autoridade competente para lavrar Notificação, Auto de Infração e instaurar Processo Administrativo.

Art. 519. No exercício da sua função, cabe ao servidor do órgão ambiental do município, dentre outras atribuições, as seguintes:
I - a de subsidiar as decisões de seus superiores, pronunciando-se sobre os procedimentos técnicos e administrativos mais adequados às situações concretas;
II - analisar processos administrativos de apuração de infrações ambientais.

Art. 520. Os responsáveis pelos empreendimentos ou atividades, considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou degradadores do meio ambiente, são obrigados a fornecer ao órgão ambiental do município as informações que lhe forem requeridas, mediante Notificação.

Art. 521. O servidor responsável pela fiscalização ambiental é competente para adoção de medidas administrativas emergenciais, em caso de risco ambiental grave ou irreversível, coerente com o princípio da precaução.

Art. 522. As infrações ambientais serão processadas em expediente administrativo próprio, obedecidos, durante o processo, dentre outros, os princípios da
legalidade, da responsabilidade objetiva por dano ambiental, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, supremacia do interesse público e eficiência.

Art. 523. O Processo Administrativo para análise e julgamento de infração administrativa ambiental terá início com os seguintes termos:
I - reclamação ou comunicação da infração ambiental;
II - simples Notificação do infrator para cessar o dano ou para prestar informações;
III - lavratura do Auto de Infração.

§ 1º O processo de reclamação ou comunicação da infração ambiental deverá ocorrer em separado do processo de apuração da infração ou de penalização do infrator.

§ 2º Sempre que não constatada a infração ambiental, o processo deverá ser arquivado.

§ 3º Em todos os processos de reclamação ou comunicação de infrações ambientais, antes do arquivamento, os requerentes deverão ser informados dos procedimentos adotados pela fiscalização. Redação alterada pela lei 6879/09

Art. 524. Notificação é o procedimento administrativo formulado por escrito, através do qual se dá conhecimento à parte de providência ou medida que a ela incumbe realizar.

Art. 525. Pela gravidade do fato ou persistindo a situação proibida por esta lei, será lavrado o Auto de Infração, no qual se assinalar a irregularidade constatada e a sanção prevista.

Art. 526. O procedimento administrativo de penalização do infrator inicia com a lavratura do Auto de Infração.

Art. 527. O Processo Administrativo será instruído com os seguintes elementos:
I - relatório, parecer ou laudo técnico;
II - cópia da Notificação;
III - cópia do Auto de Infração;
IV - outros documentos necessários à apuração dos fatos e julgamento do processo;
V - atos e documentos de defesa apresentados pela parte infratora;
VI - decisão fundamentada de aplicação, ou não, da pena.
Art. 528. O Auto de Infração será lavrado pela autoridade ambiental que a houver constatado, na sede da repartição competente ou no local em que foi verificada a infração, devendo conter:
I - nome do infrator, seu domicílio e/ou residência, bem como os demais elementos necessários a sua qualificação e identificação civil;
II - local, data e hora da infração;
III - descrição da infração e menção do dispositivo legal transgredido;
IV - penalidade a que está sujeito o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza sua imposição;
V - notificação do autuado;
VI - prazo para oferecimento de Defesa Administrativa e a interposição de Recurso Administrativo;
VII - prazo para recolhimento da sanção pecuniária.

Art. 529. Os servidores ficam responsáveis pelas declarações que fizerem nos autos de infrações, sendo passíveis de punição por falta grave, em falsidade ou emissão dolosa.

Art. 530. O infrator será notificado para ciência da infração:
I - pessoalmente;
II - pelo correio, através de Aviso de Recebimento – AR;
III - por edital, se estiver em lugar incerto e não sabido.

§ 1º Se o infrator for notificado pessoalmente e se recusar a exarar ciência, deve essa circunstância ser mencionada expressamente, mediante duas testemunhas.

§ 2º O edital referido no inciso III, deste artigo, será publicado uma única vez, na imprensa oficial ou em jornal de circulação local, considerando-se efetivada a intimação 30 – trinta – dias após a publicação. Redação alterada pela lei 6879/09.

Art. 531. Os autuados por infração ambiental poderão:
I - apresentar Defesa Administrativa, no prazo de 20 – vinte – dias, a contar da ciência do Auto de Infração, à Diretoria competente pela autuação, para julgamento;
II - interpor Recurso Administrativo, no prazo de 20 – vinte – dias, a contar da ciência da decisão de julgamento da defesa que trata o inciso I, deste artigo, à autoridade máxima do órgão ambiental do município;
III - interpor Recurso Administrativo, no prazo de 20 – vinte – dias, a contar da notificação da decisão de julgamento, ao Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA.

§ 1º O recurso que trata o inciso III, deste artigo, compreende a última instância administrativa.

§ 2º A Defesa Administrativa apresentada e os Recursos Administrativos interpostos das decisões não terão efeito suspensivo, exceto quando houver aplicação de penalidades pecuniárias ou que determinem a destruição ou inutilização de produtos.
objetos da autuação, ou demolição da obra, mas nunca impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação de reparação do dano ambiental.

§ 3.º As notificações para o infrator cessar o dano ou prestar informações deverão ser lavradas com prazo máximo de 15 - quinze - dias para cumprimento total por parte do infrator.

§ 4.º O disposto no parágrafo anterior não impede o cumprimento da determinação de suspensão, interdição, embargo imediato de obra ou atividade causadora de poluição ou degradação do ambiente, inclusive as que ocorrem sem anuência, ou desacordo com a licença ou autorização recebida, do Poder Público Municipal. Redação alterada pela lei 6879/09

Art. 531. Os autuados por infração ambiental poderão:

I - apresentar Defesa Administrativa, no prazo de 08 - oito - dias, a contar da ciência do auto de infração, à Diretoria competente pela autuação, para julgamento;
II - interpor Recurso Administrativo, no prazo de 08 - oito - dias, a contar da ciência da decisão de julgamento da defesa que trata o inciso I, deste artigo, à autoridade máxima do órgão ambiental do município;
III - interpor Recurso Administrativo, no prazo de 08 - oito - dias, a contar da notificação da decisão do julgamento, ao Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA.

§ 1.º O recurso que trata o inciso III, deste artigo, compreende a última instância administrativa.

§ 2.º A Defesa Administrativa apresentada e os Recursos Administrativos interpostos das decisões não terão efeito suspensivo, exceto quando houver aplicação de penalidades pecuniárias ou que determinem a destruição ou inutilização de produtos objetos da autuação, ou demolição da obra, mas nunca impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação de reparação do dano ambiental.

§ 3.º As notificações para o infrator cessar o dano ou prestar informações deverão ser lavradas com prazo máximo de 15 - quinze - dias para cumprimento total por parte do infrator.

§ 4.º O disposto no parágrafo anterior não impede o cumprimento da determinação de suspensão, interdição, embargo imediato de obra ou atividade causadora de poluição ou degradação do ambiente, inclusive as que ocorrem sem anuência, ou desacordo com a licença ou autorização recebida, do Poder Público Municipal.

Art. 532. A Defesa Administrativa apresentada e o Recurso Administrativo interposto serão indeferidos, sem julgamento do mérito, quando:
I - protocolados fora do prazo;
II - não estiverem firmados por representante legal da empresa ou procurador com poderes recebidos por instrumento de mandato;
III - não forem endereçadas à autoridade competente para sua apreciação, conforme artigo anterior;

Art. 533. Quando aplicada sanção pecuniária, esgotadas as instâncias administrativas, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 10 - dez - dias, contados da data do recebimento da Notificação, devendo recolher o respectivo valor ao Fundo Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA.

§ 1.º A Notificação para recolhimento da sanção pecuniária será feita nos mesmos moldes dos incisos II e III, do artigo 530.

§ 2.º O não recolhimento da sanção pecuniária, no prazo fixado no parágrafo anterior, implicará sua inscrição em Dívida Ativa e demais cominações contidas na legislação tributária e ambiental vigente no município.
TÍTULO IX - DOS INCENTIVOS FISCAIS E FINANCEIROS

CAPÍTULO I - DOS INCENTIVOS FISCAIS

Art. 534. O Poder Público Municipal fomentará a proteção do meio ambiente e a utilização sustentável dos recursos ambientais através de apoio financeiro, técnico e operacional, contemplando o financiamento do desenvolvimento da pesquisa ambiental, execução de obras, de saneamento, atividades que desenvolvam programas de educação ambiental, criação e manutenção de Unidades de Conservação - UC's, privilegiando também, na esfera pública e privada:

I - as entidades ambientais legalmente constituídas, em especial as que visem à proteção da biota nativa e as de educação e pesquisa;

II - recuperação e conservação dos ecossistemas, Áreas de Preservação Permanente - APP's - e de reservas legais;

III - desenvolvimento de pesquisa e utilização de energias alternativas renováveis;

IV - racionalização do aproveitamento de água e energia;

V - incentivo a utilização de matéria-prima recicláveis;

VI - os proprietários de áreas destinadas à preservação e que por isso não serão consideradas ociosas;

VII - projetos de pesquisa em ecologia, agroecologia e etologia;

VIII - localidades e particularidades que privilegiarem o ecoturismo;

IX - levantamento faunístico e florístico em áreas destinadas à preservação e ao ecoturismo;

X - reflorestamento com espécies nativas;

XI - pesquisa em biotecnologia quando relacionada com controle biológico e desenvolvimento das espécies bioindicadoras.

Art. 535. O município de São Leopoldo, mediante convênio ou consórcio, poderá repassar ou conceder auxílio financeiro a instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, para execução de serviços de relevante interesse ambiental, para proteção, preservação, conservação e melhoria da qualidade ambiental e pelo uso de recursos ambientais de interesse coletivo.

§ 1.º Poderá ser instituído prêmio de mérito ambiental para incentivar a pesquisa e apoiar os intitentes e introdutores de inovações tecnológicas que visem a proteger o meio ambiente, em homenagem àqueles que se destacarem em defesa da ecologia.

§ 2.º A concessão deste prêmio fica vinculada à aprovação do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA.

Art. 536. O Poder Público Municipal incentivará os proprietários de áreas de interesse ambiental a instituírem Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, localizadas em áreas urbanas ou rurais, conforme disposto na legislação vigente.

§ 1.º A área de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, instituída nesta lei, é excluída da área total do imóvel, para o efeito de apuração do Imposto Territorial Rural - ITR, nos termos do artigo 10, § 1º, inciso II, da Lei n.º 9.393, de 19 de dezembro de 1996.

§ 2.º A considerar a predominância de zona urbana no município de São Leopoldo e a pressão antrópica sobre as Áreas de Preservação Permanente - APP's, a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, localizada na área urbana, poderá ter a redução do valor venal proporcional às Áreas de Preservação Permanente - APP's - e Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, para fins de apuração de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.
CAPÍTULO II - DO SELO VERDE MUNICIPAL

Art. 537. O Selo Verde Municipal é o instrumento pelo qual é concedido, somente a ações e a produtos desenvolvidos no município, um certificado de qualidade ambiental.

Art. 538. São objetivos do Selo Verde Municipal:
I - criar na comunidade o hábito conservacionista, preservacionista e crítico com relação às ações diárias por elas praticadas;
II - criar nas instituições públicas ou privadas o hábito conservacionista, preservacionista e crítico com relação aos produtos por elas gerados;
III - incentivar as instituições publicas e privadas a manterem padrões de qualidade ambiental adequados;
IV - promover o desenvolvimento sustentável.

Art. 539. O Selo Verde Municipal será concedido pelo órgão ambiental do município, após análise e parecer do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA.

Parágrafo Único. O órgão ambiental do município poderá exigir laudos, visitas e análises, inclusive feitas por outros órgãos, federais ou estaduais, ou até mesmo, da iniciativa privada, porém com habilitação técnica para tanto.

Art. 540. É vedada a concessão de Selo Verde para:
I - ações de caráter ofensivo, personalista ou eleitoreiro;
II - produtos que utilizem metais pesados ou substâncias altamente tóxicas em qualquer um de suas fases de produção ou que contenham estes materiais em seu conteúdo;
III - empresas de alto risco potencial para o meio ambiente;
IV - empresas que sofreram penalidades ou advertências ambientais no período de sua existência;
V - empresas que se utilizarem de embalagem a base de Policloreto de Vinila - PVC, Poliestireno Expandido - isopor - ou produzida a partir de gases do tipo Clorofluorcarbonetos - CFC.

Art. 541. São condicionantes favoráveis a obtenção do Selo Verde Municipal:
I - ações concretas em prol da proteção dos arroios e/ou áreas de preservação ambiental;
II - desenvolvimento de ações e programas externos e/ou internos de qualidade ambiental;
III - desenvolvimento de ações e programas em educação ambiental com os funcionários e mesmo com familiares dos funcionários da empresa;
IV - financiamento de ações e projetos ambientais no município;
V - programas internos de limpeza, reciclagem de lixo e economia de água e energia;
VI - existência de certificados de qualidade como os padrões ISO 9000 e ISO 14.000 ou prêmios de destaque ambiental.

Art. 542. A ação ou produto indicado para o Selo Verde Municipal receberá um certificado de qualidade ambiental, com validade de um ano, juntamente com o símbolo que poderá ser utilizado na divulgação da instituição.

Parágrafo Único. As empresas poderão utilizar a certificação nas suas embalagens e/ou nos seus produtos.

Art. 543. Qualquer desrespeito às normas ambientais ou aos padrões de qualidade e gerenciamento ambiental por parte da instituição poderá acarretar a suspensão do Certificado por prazo indeterminado, não excluindo as penalidades cabíveis.

Art. 544. A instituição pública ou privada que tiver seu pedido de concessão do Selo Verde indeferida receberá relatório informando sobre sua situação e
quais as causas da reprovação da ação ou do produto.

TÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS


Art. 546. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 547. Revogam-se as disposições em contrário da Lei Municipal n.º 1.418, de 23 de janeiro de 1969; da lei Municipal n.º 1.890, de 23 de setembro de 1976 e da Lei Municipal n.º 3.505, de 12 de setembro de 1989.

Art. 548. Revogam-se as disposições em contrário e revoga-se a Lei Municipal n.º 648, de 04 de julho de 1956; Lei Municipal n.º 857, de 08 de maio de 1959; Lei Municipal n.º 936, de 02 de maio de 1960; Lei Municipal n.º 1.732, de 14 de dezembro de 1973; Lei Municipal n.º 1.960, de 14 de dezembro de 1977; Lei Municipal n.º 3.089, de 05 de setembro de 1986; Lei Municipal n.º 3.470, de 26 de maio de 1989; Lei Municipal n.º 3.485, de 27 de julho de 1989; Lei n.º 3.520, de 16 de outubro de 1989; Lei Municipal n.º 3.602-A, de 10 de outubro de 1990; Lei Municipal n.º 3.638, de 26 de dezembro de 1990; Lei Municipal n.º 3.673-A, de 02 de agosto de 1991; Lei Municipal n.º 3.705, de 08 de novembro de 1991; Lei Municipal n.º 3.703-A, de 06 de novembro de 1991; Lei Municipal n.º 3.713-A, de 19 de dezembro de 1991; Lei Municipal n.º 3.714-A, de 19 de dezembro de 1991; Lei Municipal n.º 4.033, de 28 de dezembro de 1994; Lei Municipal n.º 4.036, de 30 de dezembro de 1994; Lei Municipal n.º 4.111, de 17 de julho de 1995; Lei Municipal n.º 4.178, de 29 de dezembro de 1995; Lei Municipal n.º 4.444, de 26 de dezembro de 1997; Lei Municipal n.º 4.469, de 03 de março de 1998; Lei Municipal n.º 4.874, de 27 de dezembro de 2000; Lei Municipal n.º 5.191, de 26 de dezembro de 2002; Lei Municipal n.º 5.192, de 26 de dezembro de 2002; Lei Municipal n.º 5.247, de 25 de abril de 2003; Lei Municipal n.º 5.256, de 13 de maio de 2003; Lei Municipal n.º 5.644, de 20 de junho de 2005; Lei Municipal n.º 5.671, de 26 de julho de 2005; Lei Municipal n.º 5.737, de 18 de outubro de 2005; Lei Municipal n.º 5.967, de 02 de junho de 2006; Lei Municipal n.º 6.009, de 18 de julho de 2006; Lei Municipal n.º 6.020, de 26 de julho de 2006; Lei Municipal n.º 6.045, de 01º de setembro de 2006; Lei Municipal n.º 6.079, de 17 de novembro de 2006; Lei Municipal n.º 6.085, de 24 de novembro de 2006, além do Decreto Municipal n.º 4.156, de 13 de maio de 2005; Decreto Municipal n.º 4.512, de 15 de março de 2006 e Decreto Municipal n.º 4.947 de 08 de fevereiro de 2007.
Anexo A - Padrões para substituição de mudas

Especificações das mudas a serem plantadas:

1. Das mudas de árvores (padrão geral):
   As mudas devem obedecer ao seguinte padrão:
   a) Altura mínima do fuste – 1,80 metros;
   b) Sistema radicular embalado (não serão aceitas mudas com raízes nuas);
   c) diâmetro do caule proporcional à altura total da muda e de acordo com as
      características da espécie a que pertencem;
   d) ramificações da copa dispostas de forma equilibrada;
   e) sem injúrias mecânicas;
   f) não apresentar ataque por pragas e doenças.

2. Das palmeiras:
   As palmeiras devem obedecer ao seguinte padrão:
   a) Estipe (caule) retílineo com altura mínima de 1,00 metro, exceto para
      butiazeiros;
   b) Sistema radicular embalado;
   c) Ramificações da copa dispostas de forma equilibrada;
   d) Sem injúrias mecânicas;
   e) Não apresentar ataque por pragas e doenças.
   No caso de conversão em serviços de manejo da arborização pública, poderão ser
   exigidas outras especificações.
### Anexo B - Tabela de valores, em UPM's, para licenças ambientais

<table>
<thead>
<tr>
<th>MÍNIMO</th>
<th>PEQUENO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>LU</td>
<td>B</td>
</tr>
<tr>
<td>58,48</td>
<td>87,72</td>
</tr>
<tr>
<td>LP</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>LI</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>LO</td>
<td>-</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>MÉDIO</th>
<th>GRANDE</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>LU</td>
<td>B</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>LP</td>
<td>218,42</td>
</tr>
<tr>
<td>LI</td>
<td>619,78</td>
</tr>
<tr>
<td>LO</td>
<td>310,58</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### LEGENDA

<table>
<thead>
<tr>
<th>TIPO DE LICENÇA</th>
<th>POTENCIAL POLUIDOR</th>
<th>DEMAIS DOCUMENTOS</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>LU = Licença Única</td>
<td>B = Baixo</td>
<td>Autorização = 120,30</td>
</tr>
<tr>
<td>LP = Licença Prévia</td>
<td>M = Médio</td>
<td>Declaração = 32,43</td>
</tr>
<tr>
<td>LI = Licença de Instalação</td>
<td>A = Alto</td>
<td>Atualização de Licença = 32,80</td>
</tr>
<tr>
<td>LO = Licença de Operação</td>
<td></td>
<td>2ª Via de Licença = 32,80</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**Anexo C - Tipologias, Porte e Potencial Poluidor de Empreendimentos Licenciáveis no Âmbito do Município de São Leopoldo**

<table>
<thead>
<tr>
<th>ATIVIDADES</th>
<th>UNIDADE DE MEDIDA</th>
<th>MÍNIMO</th>
<th>PEQUENO</th>
<th>MÉDIO</th>
<th>GRANDE</th>
<th>EXCEPCIONAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>INDÚSTRIAS DIVERSAS</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Fabricação/ Recuperação de letreiros, out doors e similares</td>
<td>Área útil (m²)</td>
<td>&lt;= 250</td>
<td>&gt; 250 e &lt;= 1000</td>
<td>&gt; 1000 e &lt;= 2000</td>
<td>&gt; 2000 e &lt;= 5000</td>
<td>demais</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>PRESTADORES DE SERVIÇOS</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços de desinsetização e similares</td>
<td>Área útil (m²)</td>
<td>&lt;= 400</td>
<td>&gt; 400 e &lt;= 1000</td>
<td>&gt; 1000 e &lt;= 2000</td>
<td>&gt; 2000 e &lt;= 5000</td>
<td>demais</td>
</tr>
<tr>
<td>Postos de lavagem, lubrificação de veículos</td>
<td>Área útil (m²)</td>
<td>&lt;= 400</td>
<td>&gt; 400 e &lt;= 1000</td>
<td>&gt; 1000 e &lt;= 2000</td>
<td>&gt; 2000 e &lt;= 5000</td>
<td>demais</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços de manutenção mecânico, elétrico e hidráulico em equipamentos/ máquinas</td>
<td>Área útil (m²)</td>
<td>&lt;= 400</td>
<td>&gt; 400 e &lt;= 1000</td>
<td>&gt; 1000 e &lt;= 2000</td>
<td>&gt; 2000 e &lt;= 5000</td>
<td>demais</td>
</tr>
<tr>
<td>Oficinas mecânicas/ chapecação e pintura de veículos automotivos</td>
<td>Área útil (m²)</td>
<td>&lt;= 400</td>
<td>&gt; 400 e &lt;= 1000</td>
<td>&gt; 1000 e &lt;= 2000</td>
<td>&gt; 2000 e &lt;= 5000</td>
<td>demais</td>
</tr>
<tr>
<td>Retificação de motores</td>
<td>Área útil (m²)</td>
<td>&lt;= 400</td>
<td>&gt; 400 e &lt;= 1000</td>
<td>&gt; 1000 e &lt;= 2000</td>
<td>&gt; 2000 e &lt;= 5000</td>
<td>demais</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>SERVIÇOS DE UTILIDADE</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Estação de Radio base</td>
<td>Conforme Decreto Municipal N.º 4.813, de 31/10/2006</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Estação de Radio Base de Telefonia Celular - ERB</td>
<td>Conforme Decreto Municipal N.º 4.813, de 31/10/2006</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Estação de Radio Base de Telefonia Celular MINI-ERB</td>
<td>Conforme Decreto Municipal N.º 4.813, de 31/10/2006</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Armários telefônicos assentados em área pública</td>
<td>MINIMO</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>COMÉRCIO</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Supermercados com as seguintes atividades: panificação, açougue, lavagem e classificação de alimentos</td>
<td>Área útil (m²)</td>
<td>&lt;= 400</td>
<td>&gt; 400 e &lt;= 2000</td>
<td>&gt; 2000 e &lt;= 5000</td>
<td>&gt; 5000 e &lt;= 10000</td>
<td>demais</td>
</tr>
<tr>
<td>Shopping Center/ Hipermercado</td>
<td>Área útil (m²)</td>
<td>&lt;= 2000</td>
<td>&gt; 2000 e &lt;= 10.000</td>
<td>&gt; 10.000 e &lt;= 25.000</td>
<td>&gt; 25.000 e &lt;= 50.000</td>
<td>demais</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ATIVIDADES DIVERSAS</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Instituições científicas e tecnológicas</td>
<td>Área útil (m²)</td>
<td>&lt;= 2000</td>
<td>&gt; 2000 e &lt;= 10.000</td>
<td>&gt; 10.000 e &lt;= 25.000</td>
<td>&gt; 25.000 e &lt;= 50.000</td>
<td>demais</td>
</tr>
<tr>
<td>Código</td>
<td>Definição</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>--------</td>
<td>-----------------------------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A</td>
<td>Área útil (m²)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AI</td>
<td>Área inundada (ha)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AIR</td>
<td>Área irrigada (ha)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>AT</td>
<td>Área total (ha)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>C</td>
<td>Comprimento (km)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>NV</td>
<td>Número de veículos/ embarcações/ aeronaves</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>PA</td>
<td>População atendida (nº hab.)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Q</td>
<td>Vazão de água (m³/ dia)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VR</td>
<td>Volume total de resíduos recebidos (m³/ mês)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>VP</td>
<td>Volume de produção (m³/ dia)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>NC</td>
<td>Número de cabeças</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>NM</td>
<td>Número de matrizes</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>&lt;=</td>
<td>Menor ou igual</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>&gt;=</td>
<td>Maior ou igual</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Anexo D - Valores, em Reais, devidos a títulos de TCFA por estabelecimento, por trimestre

<table>
<thead>
<tr>
<th>Potencial de Poluição, Grau de utilização de Recursos Naturais</th>
<th>Pesso a Física</th>
<th>Microempresa</th>
<th>Empresa de Pequeno Porte</th>
<th>Empresa de Médio Porte</th>
<th>Empresa de Grande Porte</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Pequeno</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>112,50</td>
<td>225,00</td>
<td>450,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Médio</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>180,00</td>
<td>360,00</td>
<td>900,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Alto</td>
<td>-</td>
<td>50,00</td>
<td>225,00</td>
<td>450,00</td>
<td>2.250,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Código</td>
<td>Categoria</td>
<td>Descrição</td>
<td>Pp/gu</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>--------</td>
<td>-----------</td>
<td>-----------</td>
<td>-------</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>01</td>
<td>Extração e Tratamento de Minerais</td>
<td>- pesquisa mineral com guia de utilização; lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento; lavra subterrânea com ou sem beneficiamento, lavra garimpeira, perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural.</td>
<td>AAlto</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>02</td>
<td>Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos</td>
<td>- beneficiamento de minerais não metálicos, não associados a extração; fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto, vidro e similares.</td>
<td>MMédio</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>03</td>
<td>Indústria Metalúrgica</td>
<td>- fabricação de aço e de produtos siderúrgicos, produção de fundidos de ferro e aço, forjados, arames, laminados com ou sem tratamento; de superfície, inclusive galvanoplastia, metalurgia dos metais não-ferrosos, em formas primárias e secundárias, inclusive ouro; produção de laminados, liga, artefatos de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia; relaminação de metais não-ferrosos, inclusive liga, produção de soldas e anodos; metalurgia de metais preciosos; metalurgia do pó, inclusive peças moldadas; fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive; galvanoplastia, fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia, têmpera e cimentação de aço, recozimento de arames, tratamento de superfície.</td>
<td>AAlto</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>04</td>
<td>Indústria Mecânica</td>
<td>- fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico ou de superfície.</td>
<td>MMédio</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>05</td>
<td>Indústria de material Elétrico, Eletrônico e Comunicações</td>
<td>- fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores, fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática; fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos.</td>
<td>MMédio</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Código</td>
<td>Nome da Indústria</td>
<td>Descrição</td>
<td>Nível de Desenvolvimento</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>--------</td>
<td>-------------------------------------------------------</td>
<td>-------------------------------------------------------------------------------------------------</td>
<td>--------------------------</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>06</td>
<td>Indústria de Material de Transporte</td>
<td>fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios; fabricação e montagem de aeronaves; fabricação e reparo de embarcações e estruturas flutuantes.</td>
<td>Médio</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>07</td>
<td>Indústria de Madeira</td>
<td>serraria e desdobramento de madeira; preservação de madeira; fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada; fabricação de estruturas de madeira e de móveis.</td>
<td>Médio</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>08</td>
<td>Indústria de Papel e Celulose</td>
<td>fabricação de celulose e pasta mecânica; fabricação de papel e papelão; fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada.</td>
<td>Alto</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>09</td>
<td>Indústria de Borracha</td>
<td>beneficiamento de borracha natural, fabricação de câmara de ar, fabricação e recondicionamento de pneumáticos; fabricação de laminados e fios de borracha; fabricação de espuma de borracha e de artefatos de espuma de borracha, inclusive látex.</td>
<td>Pequeno</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>10</td>
<td>Indústria de Couros e Peles</td>
<td>secagem e salga de couros e peles, curtimento e outras preparações de couros e peles; fabricação de artefatos diversos de couros e peles; fabricação de cola animal.</td>
<td>Alto</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>11</td>
<td>Indústria Têxtil, de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos</td>
<td>beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, de origem animal e sintéticos; fabricação e acabamento de fios e tecidos; tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos; fabricação de calçados e componentes para calçados.</td>
<td>Médio</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>12</td>
<td>Indústria de Produtos de Matéria Plástica.</td>
<td>fabricação de laminados plásticos, fabricação de artefatos de material plástico.</td>
<td>Pequeno</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>13</td>
<td>Indústria do Fumo</td>
<td>fabricação de cigarros, charutos, cigarrilhas e outras atividades de beneficiamento do fumo.</td>
<td>Médio</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>14</td>
<td>Indústria Diversas</td>
<td>usinas de produção de concreto e de asfalto.</td>
<td>Pequeno</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Código</td>
<td>Setor de Atividade</td>
<td>Descrição</td>
<td>Nível de Risco</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>--------</td>
<td>-------------------</td>
<td>-----------</td>
<td>---------------</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>15</td>
<td>Indústria Química</td>
<td>- produção de substâncias e fabricação de produtos químicos, fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira; fabricação de combustíveis não derivados de petróleo, produção de óleos, gorduras, ceras, vegetais e animais, óleos essenciais, vegetais e produtos similares, da destilação da madeira, fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borrarcha e látex sintéticos, fabricação de pólvora, explosivos, detonantes, munição para caça e desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos; recuperação e refinio de solventes, óleos minerais, vegetais e animais; fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos; fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, insecticidas, germicidas e fungicidas; fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes; fabricação de fertilizantes e agroquímicos; fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários; fabricação de sabões, detergentes e velas; fabricação de perfumarias e cosméticos; produção de álcool etílico, metanol e similares.</td>
<td>Alto</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>16</td>
<td>Indústria de Produtos Alimentares e Bebidas</td>
<td>- beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares; matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal; fabricação de conservas; preparação de pescados e fabricação de conservas de pescados; beneficiamento e industrialização de leite e derivados; fabricação e refinação de açúcar; refinio e preparação de óleo e gorduras vegetais; produção de manteiga, cacau, gorduras de origem animal para alimentação; fabricação de fermentos e leveduras; fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais; fabricação de vinhos e vinagre; fabricação de cervejas, chopes e maltes; fabricação de bebidas não-alcoólicas, bem como engarrafamento e gaseificação e águas minerais; fabricação de bebidas alcoólicas.</td>
<td>Médio</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Número</td>
<td>Atividade</td>
<td>Descrição</td>
<td>Nível</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>--------</td>
<td>--------------------------------</td>
<td>-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------</td>
<td>------</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>17</td>
<td>Serviços de Utilidade</td>
<td>- produção de energia termoelétrica; tratamento e destinação de resíduos industriais líquidos e sólidos; disposição de resíduos especiais tais como: de agroquímicos e suas embalagens; usadas e de serviço de saúde e similares; destinação de resíduos de esgotos sanitários e de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas; dragagem e derrocamentos em corpos d'água; recuperação de áreas contaminadas ou degradadas.</td>
<td>Médio</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>18</td>
<td>Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio</td>
<td>- transporte de cargas perigosas, transporte por dutos; marinas, portos e aeroportos; terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos; depósitos de produtos químicos e produtos perigosos; comércio de combustíveis, derivados de petróleo e produtos químicos e produtos perigosos.</td>
<td>Alto</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>19</td>
<td>Turismo</td>
<td>- complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos.</td>
<td>Pequeno</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>20</td>
<td>Uso de Recursos Naturais</td>
<td>- silvicultura; exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais; importação ou exportação da fauna e flora nativas brasileiras; atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre; utilização do patrimônio genético natural; exploração de recursos aquáticos vivos; introdução de espécies exóticas ou geneticamente modificadas; uso da diversidade biológica pela biotecnologia.</td>
<td>Médio</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Anexo F - Tabela de porte para cobrança de tarifa de análise técnica, com vistas à viabilidade de autorização ambiental para manejo da vegetação (poda, supressão e transplante) em exemplares arbóreos.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Porte</th>
<th>Nº de espécies vegetais a ser manejada</th>
<th>Valor cobrado para autorização em UPM</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Pequeno</td>
<td>De 1 a 3</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>Médio</td>
<td>De 4 a 10</td>
<td>3</td>
</tr>
<tr>
<td>Grande</td>
<td>Mais de 10</td>
<td>6</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Anexo G - Tabela de Compensação Vegetal por Espécime Isolado a ser manejado.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Espécimes vegetais isolados a serem manejadas</th>
<th>Número de mudas de espécies nativas a serem compensadas, por indivíduo</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Espécies nativas</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>Espécies exóticas</td>
<td>5</td>
</tr>
</tbody>
</table>